



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 03/2023

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2023

INICIADA ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 50 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>08</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>36</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>40</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>111</b>

ATA N.º 03/2023ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - *Apreciação e votação da Ata n.º 02/2023 de 17 de abril de 2023***
- 1.2 - *Tomada de conhecimento do Expediente***
- 1.3 - *Intervenções***

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - *Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã***
- 2.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 2.3 - *Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã***
- 2.4 - *Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2022***
- 2.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos***
- 2.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica***
- 2.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã***
- 2.8 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano***
- 2.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Municipal – Programa Covilhã Mais Social***

**2.10 - Tomada de conhecimento dos Termos de Funcionamento e da Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local**

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Senhora Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa em substituição da Senhora Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas em substituição do Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Paulo Jorge da Silva Maças Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), Patrick Bizarro de Matos em substituição do Senhor António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

**Não estiveram presentes: Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----



PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.<sup>o</sup> José Miguel Ribeiro Oliveira e Eng.<sup>o</sup> Jorge Humberto Martins Simões em substituição da Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.<sup>o</sup> Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. João José Casteleiro Alves, propôs que o ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Intervenção do Público) fosse alterada para o ponto 2, alterando-se todos os pontos agendados no ponto 2 para o ponto 3. -----

--- Colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade**, ficando com a seguinte estrutura: -----

## ORDEM DE TRABALHOS

### **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Apreciação e votação da Ata n.º 02/2023 de 17 de abril de 2023**
- 1.2 - Tomada de conhecimento do Expediente**
- 1.3 - Intervenções**

### **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 3.1 - Apreciação e votação da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã**
- 3.2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3.3 - Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã**
- 3.4 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2022**
- 3.5 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos**
- 3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica**
- 3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã**
- 3.8 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano**
- 3.9 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Regulamento Municipal – Programa Covilhã Mais Social**
- 3.10 - Tomada de conhecimento dos Termos de Funcionamento e da Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local**

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os(as) Senhores(as): Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 02/2023 DE 17 DE ABRIL DE 2023

--- Submetida à apreciação e não tendo havido inscrições, a **Ata n.º 02/2023 de 17 de abril de 2023**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD), Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV), Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de São Miguel), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e Patrick Bizarro de Matos (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

### 1.2 - TOMADA DE CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Senhor Presidente Chairman da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações a responder à reclamação relativa ao mau funcionamento da distribuição postal na Covilhã - Moção aprovada na Assembleia Municipal da Covilhã de 19/12/2022; -
- Email do Senhor Doutor Francisco José Nave do Adro a agradecer o Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã de 17/04/2023; -----
- Carta do Senhor João Manuel Gonçalves Nabeiro a agradecer, em nome da família Nabeiro, o Voto de Pesar em memória do Comendador Manuel Rui Azinhais Nabeiro; -----
- Ofício da Província Portuguesa da Companhia de Jesus a agradecer o Voto de Pesar em memória do Padre José Augusto Alves de Sousa SJ; -----
- Email da Senhora Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo a remeter Proposta de Recomendação "Asfaltamento das ruas: 1ª Transversal da Rua da

Palmeira, Ria do Carrapatelo, Caminho do Brasileiro, Rua da Boavista, Caminho de Alto de S. Gião e Cabeço do Castelo e início da Variante de Gibraltar". -----

--- Foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, lembrou que a Assembleia Municipal tinha aprovado a constituição de uma Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município na aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, tendo sido indicado pelo seu grupo municipal a Senhora Doutora Mónica Ramôa. Recordou ainda que tinham solicitado o envio do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, documento base que não foi enviado até ao momento e que é fulcral para que a dita comissão, que ainda não se reuniu, possa iniciar o seu trabalho. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que iriam tomar posse, na presente sessão, os elementos que fazem parte da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra, sendo que quem não estivesse presente iria tomar posse posteriormente. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “estamos a 26 de junho, portanto, já no início da época de incêndios, e a comissão foi criada para acompanhar a execução e aplicação do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

A confiar nas notícias e na informação do Governo e da Comunicação Social, 90% desse Plano está atualmente aplicado. A questão que resta é: o que é que vai fazer a Comissão nesta fase?” -----

### 1.3 - INTERVENÇÕES

#### LÍDERES DE BANCADA

--- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.01)** -----

*“Com uma Assistência que muito deve orgulhar e agradar a todos nós, constituída por estudantes do nosso concelho, é indicativo que a democracia está viva e deve ser preservada. -----*

*Em democracia, temos e devemos ter, opiniões diferentes, para que possamos com as ideias dos vários grupos políticos convergir para fazer o melhor pelo e para o nosso concelho. -----*

*Estar nesta casa de debate político, não é sinónimo de dizer e estar sempre em desacordo com as políticas encetadas pelo executivo, e, uma vez que temos estudantes connosco, devemos felicitar o executivo pela medida implementada dos passes gratuitos para os estudantes dos vários níveis de ensino do Concelho, medida que sempre defendemos e a que demos ênfase no 20 de Outubro do ano anterior.* -----

*Contudo não poderei deixar de chamar a atenção do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, para o estado em que muitas escolas se encontram, escolas essas, muitas vezes as segundas casas para as crianças e jovens, onde deve existir uma sempre aturada preservação dos espaços, de cuidado, de comodidade, de conforto e de infraestruturas, onde a mobilidade e o bem-estar de todos deve existir, uma vez que a educação é uma garantia dada pela nossa Constituição.* -----

*Uma nota final de agradecimento pela visita que estes estudantes nos vieram fazer, e um reiternar de uma questão que tem sido abordada desde a instalação da presente Assembleia Municipal.* ----

*Sr. Presidente para quando a transmissão das Sessões da Assembleia, através das plataformas digitais, de forma a que chegue a todos os interessados, nomeadamente às Escolas e às suas aulas de Cidadania!?!?!?* -----

Tivemos realmente o privilégio de ter hoje a escola connosco, mas também podemos chegar à escola e podemos chegar à toda a população. Por isso, mais uma vez, faz todo o sentido que haja discussão em relação a isto. -----

Deixar aqui uma palavra final que tem que ver com aquilo que uma criança disse aqui “temos que ser felizes nas escolas; queremos ser felizes nas escolas.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes e quanto à intervenção dos alunos das escolas presentes na presente sessão, iniciou saudando “a iniciativa e a vinda das crianças à Assembleia Municipal” e sublinhou “as questões que foram colocadas ao nível dos espaços escolares e esta ideia de que a qualidade desses espaços, logradouros escolares e da escola em si motiva e leva a que as crianças tenham vontade de ir à escola, tenham motivação para ir para a escola e serem felizes, como foi indicado. -----

Outras crianças colocaram questões do espaço urbano, do espaço da cidade, daquilo que é necessário mudar. Daquilo que muitos de nós dizemos aqui durante o ano inteiro, vieram as crianças colocar de forma simples e sintética aquilo que poderia ser um programa eleitoral para a Junta de Freguesia da cidade ou para integrar um programa para o concelho inserido na cidade. –

Espaços verdes, espaços lúdicos desportivos, a ideia dos pátios desportivos, da área urbana... não só no espaço limite ou perímetro da cidade. Temos aí situações de prédios abandonados e degradados que poderiam, de facto, ser substituídos por esses espaços lúdicos ou desportivos. ---

Casas de banho públicas – Já foi aqui dito várias vezes. Nem as velhas a funcionar, nem as novas e modernas foram adquiridas. Ouve-se e cheira-se, que o Centro Histórico não cheira a rosmaninho nem cheira a outro tipo de plantas e de flores. Estamos a falar de higiene e de saúde pública na cidade.” -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.02)** -----

*“O Grupo Parlamentar do PCP realizou nos dias 19 e 20 as suas Jornadas Parlamentares na Serra da Estrela envolvendo os distritos de Castelo Branco e da Guarda. -----*

*O centro da atividade teve lugar na cidade da Covilhã. -----*

*Com visitas várias no Concelho da Covilhã procuraram os senhores deputados conhecer os problemas e apontar soluções em iniciativas próprias na Assembleia da República. -----*

*Concluíram que -----*

- 1 - Cada um destes distritos perdeu, entre 2011 e 2021, mais de 18 mil habitantes, o que no distrito da Guarda corresponde a 11% da população. -----*
- 2 - O processo de desindustrialização teve efeitos nefastos na região. -----*
- 3 - O tradicional sector têxtil viu encerrar muitas empresas e continua a sofrer encerramentos e dificuldades. Os dois distritos continuam a perder postos de trabalho. -----*
- 4 - A persistência de portagens na A23 e A25 limita a acessibilidade à maioria da população e às pequenas empresas para favorecer o negócio ruinoso das parcerias público-privadas. A falta de investimento em acessibilidades como o IC6, o IC7, o IC31 ou o IC37, a degradação do transporte ferroviário e a não reabertura da linha do Douro entre Pocinho e Barca d’Alva, o encerramento durante anos da Linha da Beira Baixa e agora o arrastamento das obras na Linha da Beira Alta, assim como a ausência de melhoria de oferta de transportes rodoviários e de passes sociais acessíveis, **comprometem a mobilidade das populações.** --*
- 5 - As soluções para a região não passarão pelo incentivo ao teletrabalho no interior, nem pelos projetos predadores da natureza e exploradores de mão-de-obra, ou pelos mega projectos turísticos na Serra da Estrela, enquanto prossegue o encerramento de escolas, serviços de saúde, estações dos CTT, agências bancárias, ou postos da GNR. -----*
- 6 - A fusão e agregação de serviços de saúde conduziu à perda de capacidade e de valências. São cada vez mais frequentes as notícias de dificuldades de funcionamento dos serviços no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, mais recentemente na urgência e no serviço de obstetrícia, invariavelmente relacionados com a falta de pessoal. -*
- 7 - Também o Hospital de Seia foi esvaziado de valências desde a criação da ULS da Guarda há quinze anos e dezenas de extensões de saúde encerraram, num caminho contrário às necessidades das populações. -----*

*O desinvestimento no SNS tem sido acompanhado por mais transferências para os grupos privados que fazem investimentos a partir da predação de fundos públicos, multiplicando os anúncios de mais unidades hospitalares privadas na Covilhã e na Guarda, ou o da construção de uma estrutura residencial para idosos por uma multinacional do sector, também na Covilhã. -----*

*A extensão e gravidade dos problemas que os Distritos de Castelo Branco e da Guarda enfrentam exigem a adoção de uma política que rompa com a política de direita. -----*

*Concluíram, ainda que -----*

*É necessária outra política que avance com investimento público (na Saúde, Educação, Rede Viária) e apoio à produção nacional, apoio à agricultura familiar e às MPME, assim como é necessário um processo sério de descentralização, inseparável da criação das regiões administrativas. -----*

*Só valorizando quem trabalha, valorizando as funções sociais do Estado e os serviços públicos será possível combater as assimetrias sociais e regionais. -----*

*Como medidas e iniciativas futuras o grupo parlamentar anunciou que -----*

*- No próximo dia 28 de junho, o Grupo Parlamentar do PCP vai realizar uma Interpeleção ao Governo, que será centrada no agravamento das condições de vida, no combate às desigualdades e injustiças sociais, e na degradação do acesso a serviços públicos que asseguram o cumprimento de direitos fundamentais. -----*

*- Apresentar uma iniciativa legislativa para a revogação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, reconstituindo as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, garantindo a manutenção dos seus núcleos de atendimento e restabelecendo os serviços de proximidade junto dos agricultores. -----*

*- Apresentar Projeto de Resolução para que o Governo desenvolva uma estratégia de valorização da lã nacional e particularmente a proveniente de raças autóctones, em articulação com a valorização do leite e queijo de ovelha, envolvendo as estruturas representativas dos produtores. -----*

*- Apresentar um Projeto de Resolução para que o Governo assegure, de forma célere, a requalificação e modernização do regadio da Cova da Beira, bem como a construção do regadio a sul da Gardunha de modo a melhorar as condições de produção agrícola e pecuária na região, salvaguardando água para consumo humano. -----*

*- Requerer a audição do Ministro do Ambiente e da Ação Climática para se conhecer o planeamento e o estado de concretização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) e para obter esclarecimentos quanto à execução da medida inscrita no OE2023, por proposta do PCP, relativa à atualização dos planos de ordenamento das áreas protegidas. -----*

*- Apresentar um projeto de lei para a elaboração e concretização de um programa de identificação, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras, de espécies oportunistas e outras pragas nas áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas. -----*

*- Apresentar de imediato um projeto de resolução para uma nova política de proteção civil, bem como um projeto de resolução para que o país seja dotado de meios aéreos próprios afetos às missões de proteção civil, incluindo busca, salvamento, evacuação de sinistrados e combate aos fogos rurais, de modo a pôr termo à situação existente em que para combate aos fogos rurais o país está sujeito às contingências do mercado para ter acesso aos meios aéreos de que necessita. -----*

*- Requerer a audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Educação e Ciência para o reforço do orçamento das instituições do ensino superior garantindo o correto funcionamento geral das mesmas e permitindo a integração dos milhares de -----*



*investigadores precários que têm prestado um papel essencial no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (STCN)."* -----

--- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que "o CDS-PP, nas últimas intervenções que tem feito, tem sempre no seu discurso várias questões pertinentes e que não se devem esquecer naquilo que é a vida política e naquilo que é a ética que devemos ter no dia-a-dia, enquanto parceiros e enquanto intervenientes. -----

Estava prestes a trazer aqui o nosso discurso do 25 de Abril, tão atual que ele está, mas acho que seria um desperdício por essa mesma atualidade. -----

Indicar que o CDS-PP está muito preocupado pela forma como este Município tenta ou não fixar jovens no Concelho. E quando falamos disto, falamos do preço das rendas, do preço da água, da taxa de subsolo, das portagens, da mobilidade, ..., que contribuem ou podem contribuir para a afixação de jovens neste Concelho. -----

A questão é: o que é que está a ser feito para isso?" -----

Seguidamente, e quanto ao período de intervenção do público, em que escolas e jovens pautaram "claramente a questão que temos defendido e que tem a ver com a liberdade", afirmou que "a liberdade é algo que se deve preservar. Fala-se muito na liberdade de Abril, mas hoje, nos órgãos locais, ela muitas vezes não acontece. Aquilo que aconteceu com o Senhor Vereador da Oposição na última reunião de Câmara tem claramente, para nós, muito que se diga. -----

Mas não fiquemos por aí. Há muito mais por onde a nossa liberdade pode circular e por onde aquilo que nos pode eticamente fazer com que sejamos verdadeiros políticos muitas vezes não aconteça. -----

Quando somos brindados com estas situações na comunicação social é, de facto, algo que para nós é muito preocupante. Não é neste fórum que o vamos aqui julgar. Existem fóruns próprios. Mas, claramente, são situações que têm que ser esclarecidas, até porque enxovalha aquilo que somos (autarcas), enxovalha a Covilhã e enxovalha Portugal." -----

--- Mandatada pelo líder da Bancada do **PPD/PSD**, a **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.03)** -----

*"Faltam 4 dias para ser implementado, em pleno, o sistema de Mobilidade da Covilhã, que tem como responsável a empresa "MOBI Covilhã" pertencente ao grupo TRANSDEV. -----*

*Trata-se de um dos projetos deste executivo camarário, que teve a maior contestação por parte da sua oposição à direita. -----*

*Desde que os atuais protagonistas e responsáveis políticos da Coligação Covilhã Juntos Fazemos Melhor, quer na Câmara Municipal, quer nesta Assembleia Municipal, tomaram posse, nunca votaram a favor ou sequer apoiaram este contrato de mobilidade para a Covilhã. Antes pelo contrário, sempre se manifestaram contra e sempre instigaram o executivo camarário a esclarecer*

*publicamente, detalhe a detalhe, o contrato de mobilidade, por forma a que os covilhanenses pudessem avaliar o que realmente estava a ser negociado. -----*

*Nesta casa, foram várias as diligências feitas pela bancada do PSD, para a empresa vencedora do concurso de concessão vir prestar esclarecimentos a este órgão, pedido que nunca obteve resposta positiva por parte do executivo camarário. -----*

*O atual mandato político iniciou já com este Contrato “desenhado” e a aguardar visto do Tribunal de Contas, pelo que as primeiras manifestações públicas de repúdio por este contrato megalómano e monopolista manifestaram-se, assim que houve necessidade de se realizarem contratos de 6 em 6 meses com a Transdev, uma vez que o Contrato de mobilidade ainda não tinha o visto do TdC. --*

*Foram 6 contratos assinados ao longo deste período, que honoraram o município em mais de cerca de 3 milhões de euros, e que não contaram com o voto favorável dos vereadores da oposição, nas várias reuniões de câmara. -----*

*A par destes contratos estava no TdC um contrato de quase 21 milhões de euros, concessionando, em regime de Monopólio, todos os transportes públicos, todo o estacionamento, os elevadores, as bicicletas e trotinetes e ainda centenas de plataformas de publicidade, pela cidade. Um contrato onde todas as receitas vão para a empresa concessionária e todos os encargos ficam no município.*

*As contas, os prós e contras deste Sistema de Mobilidade integrado foram exaustivamente feitas, apresentadas e explicadas nos vários “esclarecimentos” que a coligação e os partidos que a integram tornaram públicas no mês de Janeiro. -----*

*Só perante estas iniciativas o executivo e o partido que o apoia viu necessidade de esclarecer os Covilhanenses. Mas ficaram os Covilhanenses bem esclarecidos? -----*

*Parece-nos que não!!! até porque hoje se mostram, os covilhanenses, surpreendidos e revoltados com algumas iniciativas já feitas pela TRANSDEV e ainda só passaram 5 meses do início da concessão. -----*

*Mas o que mais impressiona é que não é só o comum dos cidadãos que se mostra surpreendido e revoltado, mas também o próprio titular da decisão desta concessão, o Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira. -----*

*Pois é Sr. Presidente, desculpe, mas vai ter mesmo que ouvir isto: Nós avisamos, nós alertamos. Uma concessão tão monopolista só podia dar nisto... -----*

*Agora vê a necessidade de fazer ultimatoss à empresa concessionária!!! -----*

*Vamos ver se resultam... Mas os problemas antes de se resolverem, evitam-se e para isso bastava terem-nos dado ouvidos. -----*

*Mas vamos lá falar do que efetivamente importa às pessoas e na vida das pessoas. Sr. Presidente, o problema não está só no estacionamento dos silos do Pelourinho, eu sei que já lhe chegaram outras queixas, nomeadamente dos utentes dos transportes públicos, que se estão a ver obrigados a financiar a alteração do sistema de leitura de cartões nos autocarros, com o pagamento de 5 €, para substituição do cartão que já possuem. -----*

*Como imagino que concorde com isto só tem um nome: roubo. E acredite que não vão ser as borlas que o contrato publicita que irão calar a injustiça desta cobrança. -----*

*Continuamos a estar convictos que este não é o contrato de concessão que serve os interesses dos covilhanenses, de todos os que estudam e trabalham na Covilhã e daqueles que nos visitam. -----*

*Faltam 4 dias para todos os equipamentos e serviços constantes no “famoso” contrato de Mobilidade da Covilhã arranquem em pleno. Pelo menos este foi o compromisso feito em comunicado a 31/01/2023 pela empresa concessionária Transdev. Estamos a falar de 10 novos autocarros, 200 trotinetes, 120 bicicletas, 21 estações e 172 docas, 50 novos abrigos, uma APP, um novo site e um novo sistema de Bilhética. -----*

*Por isso sr. Presidente e a par destes 2 problemas específicos: estacionamento e cartões de utilizador, parece-me que vai ter de fazer muitos ultimatos, porque dia 1 é já sábado e será que temos mesmo o sistema de mobilidade a funcionar em pleno e sem problemas? -----*

*Estaremos cá todos para avaliar...” -----*

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, saudou a participação das escolas e dos alunos na sessão, e expressou o desejo de que a sua presença “seja inspiradora para outras escolas”, enaltecendo “o espaço democrático que hoje a Covilhã vive, que permite e mobiliza a intervenção destes jovens, para que venham a este palco dizer aquilo que entendem, aquilo que querem e aquilo que sentem. -----

Isso só pode ser um exemplo e uma inspiração para todos nós. Que todos estejamos à altura destas futuras gerações, dando-lhes o nosso trabalho neste órgão como um exemplo de atividade política correta e profícua em prol dos nossos cidadãos e dos interesses do nosso Concelho! -----

Aproveitando a intervenção dos nossos jovens e em resposta a algumas intervenções da Oposição que me antecedeu, perspetivámos e vislumbrámos, nesta participação dos estudantes, uma Covilhã muito diferente daquilo de que a nossa Oposição nos procura convencer. -----

Vimos uma intervenção de jovens de uma diversidade étnica extraordinária, o que significa que hoje a Covilhã é uma cidade cosmopolita, aberta ao mundo, atrativa para a fixação desses jovens, exatamente aqueles que os senhores dizem que não se fixam e que não encontram na Covilhã essas oportunidades. -----

A melhor demonstração é vivenciarmos a nossa cidade, percorrermos as suas ruas e conhecermos as pessoas que nela habitam, que nela trabalham e que nela escolhem viver, trabalhar e visitar. --

O Município da Covilhã tem feito muito, sobretudo nestes últimos mandatos da responsabilidade do Partido Socialista. Não o suficiente, não tudo o que é necessário, mas tem feito muito daquilo que são as condições que hoje temos para que estes jovens aqui se fixem. -----

Não podemos esquecer, escamotear ou esconder a requalificação das escolas, que tem sido permanente desde 2013. Começou pelos jardins-de-infância, pelas escolas primárias, passou pelas escolas secundárias e é um trabalho que é feito para requalificar as infraestruturas e melhorar as

condições de educação dos nossos jovens. Não nos devemos esquecer de todo o trabalho que tem sido feito. -----

Sobre a Mobilidade, Senhora Deputada, ficava-lhe bem reconhecer que é também através desse Sistema de Mobilidade que, hoje, todos os jovens do Concelho da Covilhã não pagam passes escolares. Têm um passe escolar gratuito! Não sei se tem noção, mas, para muitas famílias, um passe escolar para quem vem do fundo do Concelho custa à volta de 100 euros: porventura, esta foi uma das medidas com mais impacto financeiro nos orçamentos familiares. -----

E, já que se critica e se fala sobre o Sistema de Mobilidade, talvez fosse justo e correto saudar aquilo que está bem feito, porque não há só coisas que estão a correr mal. Já foi assumido pelo Senhor Presidente da Câmara que há coisas que não estão a correr bem, e quero aqui reforçar, em nome da bancada do Partido Socialista, que a nossa primeira obrigação é ressaltar e garantir os superiores interesses da Covilhã, dos Covilhanenses e do serviço público de mobilidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara já anunciou que a Câmara Municipal estará intransigente naquilo que é o cumprimento rigoroso e escrupuloso dos contratos assinados e faço votos, na qualidade de representante do Partido Socialista, que a concessionária coloque rapidamente todos os serviços em funcionamento em prol dos cidadãos porque, continuo a dizer (e estou convencido de que o futuro nos dará razão), o modelo de integração multimodal que hoje se vive na Covilhã é o modelo que está a ser seguido em todas as áreas urbanas neste planeta em termos de transportes públicos; é um modelo que se centra nas necessidades de transporte dos cidadãos. O principal é que os cidadãos precisam de se deslocar de um sítio para o outro, seja em mobilidade suave, seja em veículo próprio, seja em transportes públicos. -----

Quero destacar, no âmbito da atividade municipal, dois recentes momentos que foram notícia: --

- 1.º Assinatura do Protocolo Interadministrativo com o Ministério da Administração Interna, com um financiamento de 1,6 milhões de euros, para a construção do quartel da GNR no Tortosendo. Trata-se de uma necessidade com mais de 20 anos. Quero felicitar o Senhor Ministro da Administração Interna e o Senhor Presidente da Câmara, fazendo votos para que esta obra avance em tempo e para que, ainda neste nosso mandato, todas e todos desta Assembleia o possamos visitar; -----
- 2.º No que diz respeito à deliberação de apoio financeiro que o Município atribuiu recentemente a seis equipas de sapadores florestais num total de 72 mil euros, trata-se de um importante apoio ao trabalho que estas equipas desenvolvem no nosso território. São estes homens que, todos os dias do ano, não só trabalham na limpeza e gestão da nossa floresta como na época crítica de incêndios são determinantes para a deteção precoce e para o combate imediato aos focos de incêndios que ocorrem no nosso território. Nunca é demais apoiar, relembrar, agradecer e enaltecer o trabalho que estas equipas desenvolvem ao longo do ano e neste período crítico de incêndios. -----

Quero também aproveitar a oportunidade para felicitar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã que celebrou, no passado dia 21, o seu 148.º aniversário. Fundada em 1875, a Associação Humanitária tem, como principal missão, manter o corpo de bombeiros voluntários que assegura a proteção e o socorro das vidas e bens em perigo e em risco no nosso território.

Essa missão tem sido cumprida com especial dedicação, brio e sucesso e quero aqui prestar a minha homenagem e demonstrar a minha gratidão a todas as mulheres e homens que, ao longo de toda esta longa história, se têm dedicado a garantir o nosso socorro e proteção, tantas vezes pagando com a sua própria vida o cumprimento desta missão. A nossa homenagem, o nosso reconhecimento e a nossa penhorada gratidão aos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----

Quero terminar dando os parabéns ao WOOL – Festival de Arte Urbana da Covilhã, que é tão só o mais antigo festival de arte urbana do país. Terminou recentemente a 10.ª edição e quero felicitar os seus mentores (a Lara e o Pedro Seixo Rodrigues) pela organização consistente de um festival que tem acrescentado à nossa cidade e que tem colocado a Covilhã na rota da arte urbana nacional. É um trabalho notável para o qual tem sido indispensável a dedicação dos organizadores, mas também o apoio financeiro e a aposta expressiva que o executivo municipal do Partido Socialista, desde 2013, tem feito neste cartaz que é hoje um ex-libris do nosso centro histórico.” -

#### INTERVENÇÕES / MOÇÃO / VOTOS DE LOUVOR

--- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.04)** -----

*“Cumprimentar a Comunicação Social que desta vez e após insistências várias, veio dar eco ao que nesta Assembleia se tem pugnado, dando notícia dos anseios das populações do Concelho que necessitam de recorrer à Justiça dos Tribunais e têm que infelizmente continuar a deslocar-se para Castelo Branco, quando podiam e deviam ver as suas contendias decididas quer na Covilhã quer no Fundão. Deixo o meu obrigado por essa notícia.* -----

*Cumprimentar o Sporting Clube da Covilhã pelo seu centenário e deixar um grito de alerta porque a Cidade e o Concelho só têm a beneficiar se o S.C.C. voltar a pisar palcos de outra notoriedade que lhe é devida.* -----

*Queremos crer que é o momento de o município também intervir, mediando orgulhos e querelas antigas, entre várias instituições desportivas da cidade, para que o futuro possa ser risonho começando nos escalões de formação e terminando no desporto profissional.* -----

*Já foi aqui referido, e bem, que efetivamente (quem está no futebol e na formação) as infraestruturas, os campos estão no mínimo lamentável. Todos temos que fazer um esforço para dar e dotar a cidade dessas capacidades e possibilidades que tem.* -----

*Todos sabemos que a massa humana capaz e talentosa é o que não falta no nosso Concelho.* -----

*Daí que não se estranhe que a equipa feminina sub-14 do Unidos Futebol Clube do Tortosendo se tenha sagrado Campeã da Taça Nacional de Basquetebol e que o Afonso Fernandes da Vila do Carvalho se tenha sagrado Campeão Nacional de sub-18 nos 110 metros barreiras.* -----

*Também não se estranha se recordarmos os dois últimos passados sábados, o quanto as Marchas Populares demonstraram como está vivo o Associativismo do Concelho o quão importantes são todos os polos de desenvolvimento que já geram e podem continuar a gerar.* -----

*Cultura popular que já está muito para além dos limites geográficos do nosso Concelho e que já se exige que todos os anos saia à rua. Convidem a Sra. Ministra Ana Abrunhosa porque as nossas Marchas já merecem divulgação nacional.* -----

*As Associações merecem palcos, e se o Teatro Municipal da Covilhã, depois de devolvido à Cidade, não tem disponibilidade de agenda, haja a coragem de descentralizar, há uma sala de espetáculos no Unidos do Tortosendo que de quando em vez e não de vez em quando deve ser premiada com espetáculos, deixar de estar no rol do esquecimento e ser utilizada apenas quando surgem discutíveis alternativas cidadinas.* -----

*Até porque, as adesões em massa à cultura cidadina sentem-se cada vez mais nas ruas e menos no T.M.C.* -----

*Uma nota final,* -----

*No centésimo quadragésimo oitavo Aniversário dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que ocorreu no passado dia 21 de Junho, o Sr. Comandante Luís Marques referiu que “têm que se criar incentivos para que as pessoas venham para os bombeiros, precisamos de mais bombeiros e defini 120 como o número ajustado à nossa realidade”.* -----

*Deixo um apelo aos Srs. Presidentes de Junta, que cada um, dentro dos conhecimentos profundos que têm das vossas freguesias, das vossas gentes, que se proponham sensibilizar e consigam presentear os nossos Bombeiros com um ou dois voluntários.”* -----

--- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, enalteceu e parabenizou “toda a atividade desenrolada no nosso município”. Felicitou “a Câmara Municipal da Covilhã, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara” bem como “as freguesias do nosso Concelho, nas pessoas das Senhoras e Senhores Presidentes de Junta aqui presentes. Quero também deixar aqui uma enorme palavra de gratidão, enaltecimento e felicitação a todas as associações do nosso Concelho que têm desenrolado diversos tipos de atividades nos mais distintos quadrantes ao longo deste tempo. Refiro-me a atividades como: -----

- As comemorações do 25 de Abril – o assinalar de uma data fundamental com a dignidade que ela merece, com uma festa no Pelourinho da nossa cidade reunindo centenas de pessoas, algo que é muito importante para reafirmar a nossa identidade cultural; -----
- As inaugurações que foram feitas no decorrer dessas cerimónias, da Ponte Mártir In Colo e do Condomínio do Associativismo, algo que é bastante importante para a nossa cidade e transmite uma mensagem fundamental aos Covilhanenses de reabilitação e de investimento não só naquilo que podem ser as infraestruturas que utilizam no seu dia-a-dia como também no espaço onde as associações possam trabalhar, que dignifica e alavanca o poder associativo que temos no Concelho da Covilhã; -----
- O Dia da Criança, assinalado com uma festa fantástica que faz as delícias das nossas crianças e que lhes promove um momento distinto, também ele importante naquilo que é o crescimento das suas capacidades cognitivas de relação interpessoal, que é muito importante e que não podemos desvalorizar; -----

- O Torneio Lopes da Silva, que trouxe centenas de jovens à nossa cidade; -----
- O “Covilhã Desportiva”, que foi uma ode a todos os clubes e associações que trabalham o desporto em conjunto com a Câmara Municipal da Covilhã. Tem sido fantástica e crescente a atividade desportiva na nossa cidade; -----
- A Rampa da Serra da Estrela – trazer o desporto automóvel a nível nacional aqui à nossa cidade é sempre um evento de grande magnitude e que as pessoas esperam ao longo de todo o ano; -----
- A inauguração da Sede do Carvalhense – uma infraestrutura que era aguardada há 70 anos e que faz muita falta aos dirigentes associativos da Vila do Carvalho. Pode parecer algo insignificante para a maioria das pessoas que aqui estão, mas para aquelas pessoas que trabalham ali diariamente é um sinal de esperança e isso só se consegue com rigor financeiro e com um ímpeto social que é muito importante. O nosso Município tem-se demonstrado revelador dessa capacidade; -----
- O WOOL, que também já foi aqui mencionado, que traz gente às nossas ruas do Centro Histórico através da arte urbana; -----
- As Marchas Populares, que encheram o Pelourinho e o Complexo Desportivo no reafirmar daquilo que é a nossa identidade social, das nossas raízes, do nosso bairrismo. É um evento que nasceu para anunciar a chegada do Verão, mas que rapidamente se tornou um evento muito característico daquilo que são as nossas raízes e é importante afirmá-lo; -----
- Todos os arraiais e todas as festas realizadas pelas freguesias de Norte a Sul do nosso Concelho e aqui deixo um agradecimento nas pessoas dos Senhores Presidentes de Junta porque é importante trazeremos vida a essas zonas do Concelho da Covilhã, que não se esgota só no núcleo da cidade e transmite-nos um sinal importante de vitalidade; -----
- O Interfreguesias – Evento que foi recuperado e que também traz vida aos pavilhões que ficam desocupados o ano inteiro e que alguém teve a infeliz ideia de investir milhares de euros de fundos públicos e que veem assim também agora a sua utilidade. -----

O Município realiza atividade e apoia as associações do nosso concelho a aproximarem-se dos seus associados, chegando assim também à sua população de uma forma indireta. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista, deixamos-lhe aqui este repto para que mantenham este ímpeto que tanta falta faz à nossa cidade e que tanto recuperamos nestes últimos anos. Estamos no rumo certo.” -----

--- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Em resposta ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão dos parques infantis, não quero deixar de dizer o seguinte: sei que nós do CDS sempre fomos os ourados da desgraça. O problema é que muitas das nossas desgraças acabam mesmo por ser desgraça. -----

Gostaria que o Senhor Presidente consultasse os serviços no sentido de verificar que a questão das madeiras pode facilmente ser resolvida com um tratamento autoclave. É um tratamento que

permite que a madeira chegue a uma durabilidade de 20 anos. Portanto, é uma questão de comparar os preços e ver se realmente os preços serão assim tão mais caros que o metal e que possa realmente fazer com que os parques infantis possam ver aqui uma antecipação na sua execução porque, de facto, as crianças e os Covilhanenses merecem. -----

Porque tivemos aqui há poucos dias o 9.º fórum “Vê Portugal”, o CDS não podia deixar de parabenizar, neste caso, duas instituições que foram os principais responsáveis para que esse evento se realizasse aqui na Covilhã: o New Hand Lab Covilhã e o Hotel Pena d’Água. Quando temos que dar mérito aos particulares que contribuíram para que os eventos venham para a Covilhã, esse mérito tem que ser dado e o CDS faz aqui uma justa homenagem a essas entidades.

Não podemos dizer que tudo correu bem neste fórum. Muitos dos intervenientes não participaram. Inclusivamente tivemos algumas empresas da Covilhã que receberam um e-mail a solicitar o seu vídeo promocional, mas não vinha nenhum link para se inscreverem. Se a Câmara realmente era parceira deste evento, ficou algo aqui que correu mal. Deixar aqui só a nota de que, infelizmente, a imagem que ficou para quem vinha de fora não foi a melhor, olhando para os parques de estacionamento, olhando para aquilo que as pessoas foram comentando daquilo que deveria ser uma cidade. Há muita coisa a melhorar no turismo, certamente, e fica aqui essa deixa.”

--- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.05)** -----

*“Devemos realçar e destacar bons exemplos e trabalhos com bons resultados como forma de motivação e de reconhecimento, incentivando os outros a seguir. -----*

Ao Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, não vimos aqui só a dizer mal. Vimos aqui também dizer bem. E muito me agradaria vir aqui em todas as Assembleias e não haver um único fator que eu pudesse criticar ou pudesse sugerir alguma melhoria. -----

*Destacar a Universidade da Beira Interior: -----*

- *Tem 6 investigadores nos mais bem classificados a nível nacional; -----*
- *Tem a Diana Gomes, investigadora a quem, em maio, foi atribuída uma bolsa Fullbright para investigação e em junho foi premiada por apresentações em congressos em Lisboa e no Porto; -----*
- *Fernando Neves, investigador eleito para o Instituto Americano da Área Aeronáutica, distinguido pelas suas importantes contribuições e realizações para a comunidade aeroespacial; -----*
- *2 projetos aprovados para financiamento através do Programa RESTART, promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia; -----*
- *A acreditação obtida para o Mestrado em Design Multimédia e para o Doutoramento em Física, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, o que demonstra a qualidade do ensino que a Universidade proporciona; -----*



- O “passo gigante” (foi assim descrito) para o desenvolvimento da pesquisa da doença de Parkinson, realizado por investigadores da UBI ligados à empresa de biotecnologia NeuroSoV; -----
- Felicitar também o membro desta assembleia municipal Afonso Gomes, pela sua nomeação para provedor do estudante, fazendo votos para que o seu trabalho seja reconhecido e bem-sucedido. -----

Na área do Desporto, felicitar: -----

- O Penta Clube da Covilhã pelos 3 atletas que se sagraram campeões nacionais de triatle; -
- A APPACDM, com 2 atletas integrados na equipa de basquetebol que conquistou a medalha de prata em Berlim, nos Special Olympics World Games; -----
- Flávio Sainhas, por mais 1 vitória em Clássicos na Rampa Serra da Estrela; -----
- Laura Tabora, covilhanense que representou a seleção nacional nos Campeonatos de Europa de Equipas em atletismo; -----
- 3 atletas de uma equipa do Teixoso que participaram no World Championship Pro; -----
- Hugo Manteigas, covilhanense, pelo 1º lugar na categoria Master 40 na Taça de Portugal de DownTown; -----
- 3 atletas do Grupo Desportivo Teixosense, com marcas de referência em prova de ciclismo “São Mamede Grafondo”; -----
- Ao Unidos FC Tortosendo, pela brilhante vitória na Final Four da Taça Sub-14 feminina; ---
- Uma palavra de apreço ao Sr. vereador José Miguel Oliveira pelo trabalho realizado no evento Covilhã Desportiva, altamente elogiado por todas as associações que nele participaram; -----
- Uma felicitação especial ao Sporting Clube da Covilhã, clube que felicitamos pelo seu centenário; -----
- Prepara-se um grande evento na Freguesia do Tortosendo - Corrida de atletismo Sport Tortosendo e Benfica – que vai ser seguramente uma referência no atletismo, em que estão mais de 400 atletas inscritos. -----

Assinalar, ainda, a realização e organização da 10ª edição do Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã, e deixar uma palavra especial à Lara e ao Pedro Seixo Rodrigues e a todos os que com ele colaboraram na organização do evento; -----

Uma palavra também muito especial de felicitação pelas Marchas Populares, pela adesão e pela forma como decorreram; -----

Um destaque final para o Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve, com um cumprimento e felicitação especial que faço na pessoa do seu diretor, Dr. Ricardo Silva, pelo reconhecimento obtido como Escola Embaixadora – RedEscolas Anticorrupção, pelas suas práticas de promoção do sentido de espaço público e bem comum que tanta falta faz nestes últimos tempos. -----

*Termino com um assunto que já havíamos trazido a esta Assembleia em 19/12/2022, sobre a venda da Altice. -----*

*O que parecia um rumor configura-se agora como uma certeza e o negócio pretende ser finalizado até final de julho. As informações disponíveis permitem um otimismo relativamente à manutenção da atividade e, porventura, o acréscimo da mesma. -----*

*Se assim for, está a CMC em condições de garantir a possibilidade de crescimento da empresa? ---*

*E o que sucede aos benefícios atribuídos à Altice, não sendo esta a empresa que continuará a operação? -----*

*Uma pergunta final: felicitamos obviamente a Câmara Municipal pela assinatura do Protocolo com o Ministério da Administração Interna para a construção do quartel da GNR no Tortosendo, mas questionamos o valor. Será que 1.6 milhões é suficiente para construir o quartel?" -----*

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** Saudou o membro da Assembleia Municipal da bancada do Partido Socialista – Afonso Gomes – por recentemente ter sido eleito Provedor do Estudante da Universidade da Beira Interior, a quem desejou “as maiores felicidades e sucessos no cargo, com a plena convicção de que tem as qualidades pessoais, humanas e técnicas para cumprir com galhardia e com êxito a missão que lhe foi neste momento confiada. Espero que, a bem da nossa Universidade e dos nossos estudantes, tenha pouco trabalho, mas aquele que tiver que seja profícuo e com bons resultados.” -----

Prosseguiu e, relativamente à intervenção do Membro Municipal Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, afirmou que registava “com agrado as saudações e as apreciações positivas sobre a atividade municipal, mas gostava de lhe colocar uma questão sobre o Data Center da Altice, tendo em conta, em primeiro lugar, que o Senhor Deputado tem responsabilidades políticas no Partido Social Democrata da Covilhã e considerando que era o Partido Social Democrata da Covilhã quem governava a Câmara Municipal aquando da assinatura desse contrato. -----

Gostava de perguntar se o Senhor Deputado sabe e se conhece esses contratos e se pode garantir aos Covilhanenses que os contratos que os senhores fizeram com a *Altice*, em nome da Câmara Municipal, salvaguardam os melhores interesses da Covilhã, nomeadamente numa circunstância desta natureza. Espero que sim. Espero, naturalmente, que a Câmara Municipal acompanhe e que esteja a acompanhar esta transação empresarial e comercial e espero sobretudo que os novos investidores venham concretizar um projeto empresarial que recebeu apoios importantes da Câmara Municipal e de todos os Covilhanenses e que venha a traduzir-se em investimento, em emprego e em desenvolvimento do nosso território. Espero que o Data Center da Altice, independentemente do seu dono, cumpra o seu compromisso. -----

Independentemente de ser a *Altice* ou outro investidor, aquilo que todos esperamos e que os Covilhanenses esperam é que o projeto empresarial de investimento no nosso Concelho se concretize, se finalize e que se consubstancie num conjunto de empregos como foi, de alguma forma, prometido ou criada a expectativa, e que alavancam a nossa economia. -----

A questão do Turismo “Vê Portugal” – Quero saudar naturalmente os dois parceiros privados que o Senhor Deputado referenciou, nomeadamente o Hotel Pena d’Água e o New Hand Lab, que são dois empreendedores notáveis e muito relevantes do Concelho. -----

Quero perguntar-lhe se acredita mesmo que um evento institucional desta natureza poderia ter vindo para a Covilhã sem a dedicação, sem o empenho e sem o envolvimento direto da Câmara Municipal. Acha mesmo credível que tenha sido apenas pela intervenção dos privados - que não desconsidero, pelo contrário, valorizo - que um evento desta natureza institucional e organizado pelo Turismo de Portugal e pelo Turismo do Centro veio para a nossa cidade? À margem do empenhamento, da dedicação e da promoção da Câmara Municipal? -----

Penso que deve reavaliar essa apreciação.” -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Dar de novo as boas-vindas ao Assessor do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, porque nas últimas Assembleias tem andado num registo mais de um membro da assembleia e hoje voltou na sua pele de Assessor do Senhor Presidente da Câmara! -----

O Senhor Hélio Fazendeiro em vez de dizer que o CDS anda a enganar as pessoas, se calhar, devia rever o discurso do Senhor Presidente do Turismo do Centro no encerramento do “Vê Portugal” onde foi ele próprio, de viva voz, que agradeceu exclusivamente a estes dois promotores privados exatamente por terem trazido isto para a Covilhã. Portanto, aqui o CDS não inventa. -----

Relativamente à minha intervenção e pegando também naquilo que o meu colega Fernando Pinheiro aqui disse sobre a Justiça, vou mais longe um bocadinho. Acho que a Câmara tem um papel essencial no que é a importância do Tribunal na Covilhã. Mais do que lutar para que os Juízes de Castelo Branco venham à Covilhã fazer julgamentos, se calhar deveria dar importância ao Tribunal da Covilhã fazendo com que os processos da Covilhã fossem julgados na Covilhã e não em Belmonte, como acontece com as ações relativamente à AdC, em que todas as ações de incumprimento são mandadas para os Julgados de Paz de Belmonte. O Tribunal da Covilhã perde um grande litigante na Covilhã e é da responsabilidade da Câmara fazer força para que isso aconteça e, portanto, isto é o carinho e a atenção que a Câmara da Covilhã dá às instituições judiciais da Covilhã. -----

É óbvio que sem ações não se justificam os Juízes; sem litigância não se justificam Tribunais. É preciso termos a consciência de que está na nossa mão, está na mão da Câmara dizer ao parceiro que tem na AdC “em vez de meterem as ações em Belmonte e obrigarem os municípios a deslocarem-se a Belmonte para discutirem 30, 40 ou 60 euros, interponem as ações na Covilhã e no Tribunal da Covilhã”. -----

Na última Assembleia, falei aqui sobre a questão do Teatro Municipal e do seu quadro de pessoal. Continuamos a assistir a um funcionamento do Teatro com algumas limitações que considero serem graves. Não é compreensível que se impeçam os espectadores de entrarem em determinadas horas ou de arranjam forma de fecharem as portas para que ninguém possa entrar depois da hora. -----

Na última Assembleia, o Senhor Presidente disse que o Teatro tem pessoal próprio, que tem trabalhadores próprios. Com exceção do Diretor do Teatro, não conhecemos nem existe na Câmara nenhum quadro de pessoal afeto ao teatro Municipal. Ou continuamos a inventar a dizer que a Cultura é muito importante e depois não damos os meios essenciais para que ela possa funcionar ou então, de uma vez por todas, Senhor Presidente, diga-me lá qual é o quadro de pessoal do Teatro Municipal. Ou então desafete definitivamente alguns trabalhadores de outros serviços para ficarem afetos em exclusividade ao Teatro Municipal. -----

Depois de ouvir nesta Assembleia que as casas de banho públicas não têm condições de funcionamento e que foram encerradas por falta dessas condições, fiquei agradavelmente surpreendido de ver, nomeadamente nos Santos Populares, as casas de banho públicas atrás da Câmara abertas e também noutros sítios. -----

A pergunta que quero colocar ao Senhor Presidente da Câmara é saber se isto é apenas uma questão transitória para fazer face a estes eventos ou se, de facto, está prevista uma intervenção de fundo de requalificação daqueles espaços necessários e fundamentais à higiene, para não ouvirmos aquilo que as crianças aqui disseram. -----

Quero louvar a iniciativa da Beira Serra e do Programa, penso que da Gulbenkian, que diz respeito à intervenção cívica das crianças nos órgãos municipais. -----

Mas não posso deixar de dizer que é preciso percebermos que não basta falarmos no Dia da Criança como sendo o grande trunfo desta Câmara a favor das escolas. Aquilo que foi dito aqui pelos alunos das duas escolas é, de facto, o balanço de um ano inteiro. O discurso até parecia da Oposição. Estamos fartos de alertar para estas situações na Assembleia e, afinal de contas, a nossa vida neste Concelho não é a vida cor-de-rosa que nos querem insistentemente impingir a dizer que está tudo bem. São estas crianças que têm a capacidade de dar uma enorme lição a esta Assembleia e a esta Câmara dizendo o que é que está mal e elencar objetivamente o que é que está mal. -----

Temos que perceber que nem sempre se tem que estar aqui a vangloriar do trabalho realizado. Acho que quem está na vida pública tem que se preocupar é com aquilo que ainda falta ser feito e não com aquilo que já se fez.” -----

--- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.06)** -----

*“A Covilhã é um dos municípios que integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Esta Comunidade tem como missão promover o desenvolvimento da região, defender os interesses comuns dos municípios associados e reforçar a identidade conjunta da região. Tem como alguns dos objetivos estratégicos a coesão territorial e intermunicipal, a promoção do desenvolvimento económico e social da região, assim como fomentar a participação nas decisões dos municípios associados.* -----

*Qualquer município goza de independência para se poder pronunciar e/ou mesmo efetivar da sua saída de uma determinada Comunidade Intermunicipal para outra. Esta possibilidade já foi mesmo equacionada pelo atual Presidente de Câmara da Covilhã Dr. Vítor Pereira em outubro de 2021,*

*alegando que o Concelho da Covilhã e passo a citar “tem mais a ver com a Beira Baixa e muito menos com a esmagadora maioria dos municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela” fim de citação. -----*

*Recentemente fomos informados da decisão dos concelhos de Vila de Rei e Sertã de saírem da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo e integrarem a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Esta decisão foi tomada à revelia das Assembleias Municipais dos respetivos concelhos, foi uma decisão puramente administrativa levada a cabo pela senhora Ministra da Coesão Territorial Dra. Ana Abrunhosa e o senhor deputado Tiago Soares Monteiro do PS pelo distrito de Castelo Branco defendeu na Assembleia da República que a CIM Beira Baixa deve incluir Belmonte, Fundão e Covilhã. É caso para perguntar quem encomendou este assunto a este senhor deputado. -----*

*O PSD Covilhã não se opõe a que haja mexidas nas atuais CIM Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela mas entende que esta matéria é de extrema importância e a mesma deve ser tratada nos órgãos próprios do Município e um desses órgãos é a Assembleia Municipal. Não aceitamos que uma decisão desta importância seja tomada no Concelho da Covilhã sem a Assembleia Municipal da Covilhã se pronunciar. Desafio aqui nesta Assembleia as forças políticas aqui representadas a pronunciarem-se acerca desta matéria. -----*

*Ao contrário de quem preferiu o interesse particular ao público, estaremos sempre na defesa da centralidade e importância que a Covilhã tem. -----*

*A Covilhã deve ter sempre presente que não nos devemos separar da Serra da Estrela porque ela é um todo, e fisicamente a Covilhã é parte dela e só temos a ganhar abraçando-a.” -----*

--- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** após cumprimentar todos os presentes, abordou o tema da Saúde, “hoje um bem fundamental e essencial na vida de todos nós. Sem Saúde, tudo o resto está em causa. É por isso que os cuidados de Saúde são tão importantes e as políticas de Saúde devem ser sempre uma das principais prioridades de qualquer governo. É por isso tão essencial um Serviço Nacional de Saúde acessível e disponível para todas e todos os que dele necessitam, independentemente da sua condição financeira, da sua orientação sexual, da sua crença religiosa, da sua nacionalidade ou da sua etnia. -----

A recente pandemia Covid 19 lembrou-nos o quão importantes são os serviços de saúde públicos e o quão importantes são os profissionais de saúde. Aproveito para, mais uma vez, publicamente lhes agradecer e homenagear por todo o trabalho desenvolvido, e lembrar a felicidade que temos na nossa região em poder contar com a qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira e do ACES Cova da Beira. Eles são o garante de quem aqui vive ou que por aqui passa, que tem à disposição cuidados médicos com padrões de qualidade ao nível dos melhores. -----

Contribuiu para isso a excelência e a dedicação de todos os profissionais, mas também a excelência da formação de uma Faculdade de Ciências da Saúde na Universidade da Beira Interior. -----

A Covilhã tem vindo, ao longo dos últimos anos, a afirmar-se como um destino para a economia da saúde. A Covilhã tem hoje um emergente e importante *cluster* económico na área da Saúde que se tem afirmado e consolidado muito por conta do SNS, da Faculdade de Ciências da Saúde e

das várias iniciativas privadas que, ao longo dos últimos anos, se têm vindo a desenvolver no Concelho. Vão desde investimentos privados na área da indústria farmacêutica e da inovação com vários projetos empresariais que são, já hoje, empresas com vergência nacional e mundial, passando pelos serviços aos cidadãos, com a abertura de clínicas, laboratórios e, recentemente, o anunciado investimento em dois hospitais privados. -----

Esse sector é já hoje gerador de muitas centenas de postos de trabalho especializado e, por isso, gerador de riqueza e fixação de famílias no nosso território. -----

Esta dinâmica tem sido alavancada pela ação do Executivo Municipal do Partido Socialista, a qual saúdo. Para além da colaboração estreita com o Centro Hospitalar Universitário e ACES da Cova da Beira, com a requalificação de instalações e apoio material às condições prestadas pelos serviços de saúde às nossas populações (sendo exemplo disso o investimento de 1 milhão de euros em curso na Unidade de Saúde Familiar), o Executivo Municipal tem procurado atrair e apoiar investimentos privados que afirmem a Covilhã como um destino de referência na prestação de serviços de saúde. -----

Essa estratégia, que rende já frutos visíveis, acontece não só pelo valor económico (entenda-se riqueza e empregos qualificados que se fixam no nosso território), mas sobretudo para garantir que quem aqui vive, quem nos visita e quem quer investir encontra no nosso Concelho a melhor oferta de cuidados de saúde para si e para a sua família, sendo por isso um destino privilegiado quando alguém pensa em viver, visitar ou investir. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, quero em nome da bancada do Partido Socialista saudar mais uma vez esta estratégia e exortar V. Exa. a prosseguir-la por entendermos ser o rumo certo.

Mas, Senhor Presidente, quero também com a mesma franqueza e ingenuidade dar-lhe nota que, estando em curso por parte do Governo a criação da Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, esta só faz sentido se vier acrescentar ao que já temos. A ULS da Cova da Beira só faz sentido se for uma ULS universitária e a sua criação representar um incremento do financiamento, um reforço dos recursos humanos e dos serviços de saúde que se prestam nas unidades de saúde da Cova da Beira. -----

Estou certo que V. Exa. trabalha com esse objetivo e quero dizer-lhe que conta com o apoio da bancada do Partido Socialista, de todos os Covilhanenses e, estou certo também, com o apoio de toda esta Assembleia.” -----

--- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “associando-se às palavras de agradecimento a todos os feitos desportivos, a Junta de Freguesia do Tortosendo não pode ficar indiferente à conquista do Unidos do Tortosendo, entregando aqui um Voto de Louvor a esta Assembleia Municipal: **(Doc.07)** -----

**“VOTO DE LOUVOR** -----

*No passado dia 18 de junho de 2023, no Pavilhão do Unidos do Tortosendo, vivemos um momento histórico para a freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã e toda a região.* -----

*A equipa feminina de basquetebol Sub14 do Unidos do Tortosendo conquistou de forma brilhante a Taça Nacional Sub14 em Basquetebol. -----*

*Um feito histórico que é o corolário de muitos anos de trabalho de uma das mais importantes e emblemáticas instituições do nosso concelho. -----*

*Porque deve esta Assembleia Municipal reconhecer este marcante momento e a conquista de uma competição nacional, proponho um Voto de Louvor ao Unidos do Tortosendo, suas atletas, treinadores e treinadoras, dirigentes e aos Pais e Encarregados de Educação das atletas campeãs.*

*Que a aprovação deste Voto de Louvor seja seguida de um forte aplauso de todos nós, simbolizando o emotivo ambiente vivido no Pavilhão do Unidos com tão importante conquista.” -----*

- Foi apresentado idêntico Voto de Louvor pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que, a seguir, se transcreve: **(Doc.08)** -----

**“VOTO DE LOUVOR** -----

**Vencedoras da IV Taça Nacional SUB14 femininas – Unidos do Tortosendo** -----

*No passado dia 18 de junho de 2023 a equipa de basquetebol feminina do Unidos Tortosendo – basquetebol venceu a IV Taça Nacional. -----*

*Pela primeira vez na história a equipa feminina de sub14 do Unidos, venceu uma final da taça nacional e enche de orgulho toda a sua Vila e Município. O clube do Unidos do Tortosendo preza sempre pela prática do desporto e aposta sempre na formação contínua dos seus atletas que com foco, determinação e garra conseguem alcançar resultados de excelência. Esta vitória é mais uma vez a prova disso, há trabalho a ser feito, por parte dos atletas e dos treinadores. -----*

*O Unidos Clube tem uma história longínqua e preza sempre por dar o melhor em campo e obter bons resultados. Pela quinta vez na história disputou uma final e alcançou a vitória. -----*

*A bancada do Partido Socialista congratula a equipa vencedora e todos os envolvidos, propondo um voto de louvor por parte desta Assembleia Municipal. -----*

*Parabéns ao Unidos do Tortosendo, à equipa feminina de sub14 por presentear o município com esta grande vitória.” -----*

- Colocados à votação, os presentes **Votos de Louvor** foram **aprovados por unanimidade.** -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** deixou uma palavra de agradecimento por ter sido “assinado o contrato tripartido no que respeita à construção do posto da GNR no Tortosendo. -----

E porque o Senhor Deputado, Eng.º Hélio Fazendeiro, disse que queria visitar esse quartel ainda no âmbito deste mandato, associo-me a esse desejo, mas tendo sempre em linha de conta aquilo que o Ministro disse: só o concurso iria demorar de 6 a 9 meses de concretização e ano e meio a dois anos de obra. É fazer as contas. -----

Senhor Presidente, o desafio está lançado não só por mim, mas também pelo Deputado Hélio Fazendeiro para que o concurso seja lançado o quanto antes para que possamos visitar essa obra que é um desejo de todos nós. É o revelar de anos e anos de luta por um novo quartel e quero que essa obra seja uma realidade. Mais uma vez, muito obrigado por ter sido dado tão importante passo na concretização deste sonho que é o quartel do Tortosendo.” -----

--- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “com base na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidade intermunicipais) e no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, devemos aqui refletir sobre os mesmos. -----

Na Covilhã, começámos a assistir a essas transferências de competências em janeiro de 2022 e, como podem verificar, as mesmas estão a ser cumpridas por parte das juntas de freguesia e também por parte da Câmara Municipal com a transferência das respetivas verbas. Mas não podemos ficar por aqui. -----

Como sabem, muito aconteceu e podemos já afirmar que tem sido um sucesso a implementação das mesmas. No entanto, existem algumas situações que devem ser corrigidas: valores dos combustíveis; materiais gastos pelas freguesias; custos inerentes a essas delegações de competências que subiram imenso e as freguesias continuam a assumir com a mesma verba. -----

Está na altura de se tomar uma posição para que, no mínimo, seja feita uma atualização no valor da inflação. Caso contrário, as freguesias continuam a ter as competências mas pelo mesmo valor daquilo que foi assumido. -----

Deixo aqui o desafio ao Senhor Presidente da Câmara para que, se possível, seja feita a atualização no valor de 10% para que o problema seja resolvido. -----

Em relação ao quartel da GNR, queria também dar os parabéns à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente e a todos os que lutaram para que o quartel da GNR no Tortosendo fosse uma realidade e seja uma realidade.” -----

--- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**, após referir que continuavam sem resposta relativamente à questão da ausência das bicicletas, apresentou uma Moção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.09)** -----

**“MOÇÃO** -----

**VIAS PEDONAIS E CICLÁVEIS – TCT E SERRA DA ESTRELA** -----



*As crescentes preocupações ambientais, de mobilidade e bem-estar, desafiam as cidades modernas a criar vias de circulação de pessoas entre os vários pontos onde os habitantes residem, estudam ou trabalham. -----*

*As vias pedonais e cicláveis são uma resposta à necessidade de promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de carbono, enquanto incentivam um estilo de vida mais saudável, melhor qualidade de vida e proporcionam espaços agradáveis para as pessoas se movimentarem e interagirem com a cidade. -----*

*A criação dessas vias também contribui para reduzir o congestionamento, melhora a segurança viária e trazem vários benefícios económicos, facilitando a mobilidade sustentável. -----*

*Um projeto inovador e integrado pode prever e aproveitar estes projetos de renovação urbana para instalar infraestruturas de eletricidade e telecomunicações entre os pontos que pretende unir, instaladas no subsolo das vias pedonais e cicláveis, eliminando o impacto visual destas infraestruturas e garante a própria segurança, durabilidade e fiabilidade destas redes, com grandes benefícios para os operadores e utilizadores. -----*

*A grande Covilhã tem enorme carência destas vias, unindo pontos de concentração de zonas residenciais, infraestruturas empresariais e zonas de forte afluxo turístico. -----*

*A integração das zonas entre o Tortosendo, Covilhã e Canhoso, e a ligação da Covilhã às Penhas da Saúde surgem com forte importância estratégica na mobilidade urbana. -----*

*Neste âmbito, o PSD vem propor a criação de vias pedonais e cicláveis paralelas ou integradas ao longo do eixo TCT entre Canhoso e Tortosendo e entre a zona norte da Covilhã e as Penhas da Saúde, com largura para complementar a circulação pedonal e de bicicletas na mesma via, aumentando consideravelmente a segurança de todos quantos irão utilizar estes canais de circulação urbana. -----*

*A importância estrutural destas vias deverá prever a melhoria ou renovação das redes de eletricidade e telecomunicações, permitindo a negociação com os operadores para sustentarem parte do investimento a realizar, pois serão também largamente beneficiados pela renovação da sua próprias redes de distribuição, reduzindo custos de manutenção e aumento da sua durabilidade e fiabilidade. -----*

*A elaboração do projeto destas vias deverá beneficiar do indispensável contributo técnico da Universidade da Beira Interior, que integra nas suas áreas científicas a Arquitetura e a Engenharia Civil. -----*

*O elevado valor estratégico destas infraestruturas deverão prever o recurso ao PRR num dos vários programas criados para esta tipologia de investimentos.” -----*

*- Colocada à votação, a presente **Moção – Vias Pedonais e Cicláveis – TCT e Serra da Estrela** foi **aprovada por unanimidade**. -----*

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que os Grupos Municipais do PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Movimento “Covilhã Tem Força” propunham que a intervenção dos alunos das duas escolas presentes na sessão fosse transformada em Moção e colocada à votação. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que “não foi com essa intenção que foi feita esta sessão. Se quiserem apresentar essa moção, ninguém o pode impedir. Apresentam-na e podemos votá-la na próxima Assembleia.” -----

- O membro municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** solicitou o uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa. -----

“Acho que temos que valorizar a intervenção e os *timings* da valorização são fundamentais. Acho que o esforço que estas crianças fizeram em construir um texto, em trabalharem para estarem aqui hoje e fazerem esta apresentação merece, da nossa parte, o respeito e o reconhecimento através desta forma. -----

Quando se faz um trabalho destes, com ou sem críticas, e se apresenta a capacidade dos nossos jovens em intervir na vida pública, transformá-la numa moção e votá-la de imediato nesta Assembleia... acho que não há melhor forma de valorizar e de reconhecer o trabalho destes jovens e de tentar trazê-los para a vida pública. -----

Por isso, propunha que fosse posta à votação de imediato e que fosse posteriormente comunicada às escolas a decisão desta Assembleia.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** iniciou dizendo que “a sua opinião é valorizada e ninguém desvalorizou aquilo que disseram. -----

Outra coisa é apresentar uma moção. Se quiser, pode apresentá-la por escrito e ponho-a à votação.” -----

- O membro municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** solicitou o uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa. -----

“Aqui ninguém está a fazer jogo político nenhum. Se a bancada do PS preferir, até podemos transformar a moção em recomendação. O objetivo aqui é muito simples: darmos voz aos cidadãos. Os cidadãos da Covilhã vieram hoje aqui a convite do próprio órgão...” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompeu o membro municipal para voltar a dizer que, “se quiserem apresentar a moção, apresentem-na e ponho-a à votação.” -----

- O membro municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** propôs que “se transforme o texto, que foi apresentado pelos alunos das escolas que aqui vieram, em moção de recomendação à Câmara e seja votada nesta Assembleia.” -----

- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo – Dr. David José Carriço Raposo da Silva** – lembrou que “uma das escolas que aqui esteve foi a Escola EB1 da Feira, que participou de forma cívica. Vi a participação dos jovens de forma cívica e a última coisa que gostaria de ver, enquanto Presidente de Junta, era que os alunos e as crianças da minha Freguesia vissem transformada a participação cívica numa participação política, transformada em moção. -----  
Portanto, se a moção for apresentada, votarei contra.” -----

- O Senhor **Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso – Senhor Carlos do Carmo Martins** – referiu que “estiveram presentes crianças da Escola de São Silvestre, que faz parte da minha União de Freguesias. -----

Obviamente que não interpreto essa proposta sendo política, mas sinceramente não podemos utilizar as crianças para objetivos partidários. Irei votar contra se houver essa moção.” -----

- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra – Dr. Marco António Barreiros Gabriel** – saudou a Beira Serra – Associação de Desenvolvimento e a Coolabora através do projeto “Eu Quero Saber +” que, através das suas iniciativas e dos dois projetos (Projeto “CIVITA” e Projeto Eu Quero Saber +) promoveram junto das escolas e com os agrupamentos essas iniciativas de participação cidadã. -----

Quanto ao projeto da Beira Serra - que conheço em particular -, é um projeto que promove a democracia e a ideia, efetivamente, não é transformar aquilo que foi um trabalho das crianças com uma metodologia própria em moções, intervenções, recomendações, etc. --

O que é importante é que a Assembleia Municipal reflita como é que transformamos isto. No caso em concreto, o projeto “CIVITA” tem essa recomendação à Câmara Municipal: que a Assembleia Municipal possa fazer isto com os agrupamentos de escolas do Concelho da Covilhã e possa, nas 5 assembleias municipais anuais, ver com cada um dos agrupamentos de escolas, trabalhar aquela metodologia numa turma e que se possa articular um transporte para virem a uma assembleia municipal colocar as questões. Faz parte da Convenção dos Direitos Universais da Criança o direito de ser ouvida consoante as políticas que se querem implementar. Acho que temos muito a ganhar com isto. -----

Ficava esta recomendação, mais do que transformarmos aquilo que foi a opinião das crianças em moção deste ou daquele partido político.” -----

- O Senhor **Presidente da União das freguesias de Peso e Vales do Rio – Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro** – informou que, caso fosse transformado em moção, iria votar contra “porque acho que estamos a utilizar o que as crianças aqui trouxeram (que foi de louvar) e, se calhar, todos os Presidente de Junta devíamos ir junto delas nas escolas para as ouvir também. Talvez uma lição a retirar. Vou fazê-lo e espero que os meus colegas também o façam. -----

Subscribo o que disse o Marco. Acho que a Assembleia Municipal poderia levar daqui também uma lição e tentarmos pegar na ideia que o Marco apresentou e abrir um bocado mais a Assembleia Municipal para estas situações e ouvir a população, os agrupamentos e os mais velhos desta forma. -----

Ouvir nunca fez mal a ninguém e, quanto mais ouvirmos, melhor podemos trabalhar e melhor defender os interesses da nossa população.” -----

--- **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP)** referiu que o “CDS-PP gostaria de saudar esta iniciativa de trazer as crianças à Assembleia Municipal para aprenderem como funciona a democracia, com votos para que todos estes apelos que foram aqui feitos não sejam esquecidos e para que, pelo contrário, sejam trabalhados.” -----

Seguidamente, apresentou os seguintes **Votos de Louvor** que, a seguir, se transcrevem: -----

**“Voto de louvor** -----

*Nos últimos tempos a Covilhã tem assistido a um desenvolvimento turístico e cultural promovido por particulares, a quem este município deve não só uma palavra de agradecimento, mas sobretudo de incentivo. -----*

*Uma destas iniciativas decorreu recentemente, a qual, pela sua organização, dinâmica, projeção nacional e internacional, leva o nome do nosso concelho, pelas melhores razões, por esse mundo fora, sobretudo por fazer desta forma de intervenção cultural uma verdadeira reabilitação urbana do nosso centro histórico, associando esta forma artística à tradição da indústria de lanifícios da região e conferindo-lhe a vida e atividade que todos almejamos e que muito poucos alcançam. ----*

*Assim, e porque é, unanimemente, reconhecido que o Festival de Arte Urbana WOOL tem dado uma enorme projeção à cidade e, mais do que se manter a cada edição, revela uma maior vitalidade e pujança dignas de menção e de louvor, apesar das conhecidas vicissitudes e dificuldades que os seus organizadores enfrentam e cuja resiliência e criatividade reveladas merecem a nossa admiração, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão no dia 26 de junho de 2023, delibere: -----*

*Aprovar um voto de louvor e de incentivo ao Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã, nas pessoas dos seus promotores e organizadores, Pedro Seixo Rodrigues, Elisabet Carceller e Lara Seixo Rodrigues, e demais colaboradores e artistas envolvidos no projeto, transmitir-lhes o agradecimento deste Órgão Municipal pelo excelente trabalho realizado até ao momento, nomeadamente aquele que se constatou na última edição do corrente ano,*

*ficando a aguardar com a maior expectativa e todo o nosso apoio, pelas próximas intervenções e edições.” (Doc.10)* -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor e de incentivo ao Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

**“Voto de louvor** -----

*“O Turismo tem sido e continua a ser uma alavanca do motor da Economia Nacional e, como não podia deixar de ser, no nosso Concelho não é diferente. -----*

*Existem exemplos na forma de trabalhar o Turismo, como é o caso da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, que devem ser apontados como boas práticas e servir de incentivo para que outras freguesias criem os seus próprios produtos turísticos, promovendo destinos menos conhecidos e incentivando os portugueses a explorar novas regiões no país. -----*

*A caminhada PR17 CVL – Rota das Pontes, em Cortes do Meio, venceu o prémio “Best of Responsible Trails”, promovido pela A2Z Consulting, que distingue anualmente os percursos ao ar livre (walking and cycling) que se destacaram no ano anterior pelas melhores práticas, nas categorias Inteligente, Conservação e Comunidade. -----*

*Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão no dia 26 de junho de 2023, delibere: -----*

*Aprovar um voto de louvor e de incentivo à Junta de Freguesia de Cortes do Meio pelo excelente contributo para a divulgação do património natural da Covilhã e para o desenvolvimento do turismo interno, com programas de turismo responsável e sustentável, tendo em consideração a preservação do meio ambiente e a redução do impacto negativo sobre os recursos naturais e culturais.” (Doc.11)* -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor e de incentivo à Junta de Freguesia de Cortes do Meio** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** procedeu à leitura dos Votos

de Louvor que, a seguir, se transcrevem, colocando-os à votação: -----

*“Voto de Louvor -----*

*A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vem por este meio congratular-se pelo 100º aniversário do Sporting Clube da Covilhã, uma das instituições de maior relevo no panorama desportivo e social da freguesia, do concelho e da beira interior, que tem levado o nome da Covilhã pelo país e pelo Mundo. -----*

*Felicitar também o Sr. Miguel Saraiva pelo lançamento de um novo livro, onde, em conjunto com o anterior, compila toda a história desta grande instituição, deixando assim um legado literário e histórico para as gerações futuras.” (Doc.12) -----*

*“Voto de louvor -----*

**100º Aniversário do Sporting Clube da Covilhã -----**

*O Sporting Clube da Covilhã fez, no passado dia 02 de junho, 100 anos de vida. -----*

*No início dos anos 20 do século passado a Covilhã era já um pujante e dinâmico centro urbano de Portugal, com uma vida social e um tecido empresarial em franco crescimento e afirmação. -----*

*O futebol era, como hoje, um desporto que arrasta multidões e desperta paixões. Não existindo grandes clubes da região e existindo uma simpatia generalizada dos covilhanenses pelo Sporting Clube de Portugal, o comerciante e Presidente do “Estrela Foot-ball Club”, António Rebelo de Matos, contacta o Presidente do Sporting Clube de Portugal no sentido de estabelecer na Covilhã uma filial deste clube nacional. -----*

*Foi assim que a 2 de junho de 1923 se reúnem em casa de António Rebelo de Matos, António Estrela dos Santos, Joaquim Meruje, João de Oliveira com Amílcar Pinto – dirigente do SCP, ficando decidido que o Estrela Foot-ball Clube se transformaria em Sporting Clube da Covilhã, 8ª filial do Sporting Clube de Portugal. -----*

*O SCC conta com quatro títulos da segunda divisão e do seu espólio faz parte uma das mais desejadas taças portuguesas, a Monumental Taça “O Século”, que pode ser admirada na exposição permanente do Museu da Covilhã, e agora em destaque na exposição comemorativa do centenário. -----*

*Para além do 3º Conde da Covilhã e da sua família, é justo assinalar-se no desenvolvimento do clube a figura de Ernesto Cruz que com 17 anos fez parte da primeira equipa e foi mais tarde seu dirigente, durante esse tempo na primeira divisão nacional que integrou depois de 1947/1948. ----*

*Nestes 100 anos, por aqui passaram estrelas nacionais e mundiais como Simoni, Cesar Brito ou Rui Barros. -----*

*Não só no futebol o Clube fez história. Foi possuidor de uma biblioteca para os seus sócios, e promotor de várias modalidades como ciclismo, tiro ao prato, basquetebol, atletismo, hóqueis, xadrez, ginástica, entre outras. -----*

O SCC assumiu-se como importante catalisador de união e de orgulho entre os covilhanenses, que, hoje, como há cem anos, lhe dedicam uma paixão incondicional. -----

A resiliência deste clube estabeleceu uma tradição desportiva que perdura ao longo de décadas, contabilizando atualmente milhares de sócios e adeptos. -----

A 23 de março de 1981 SCC por despacho de Sua Excelência, o Primeiro Ministro, recebe o diploma de “Utilidade Pública”, publicado no Diário da República, II série nº 83, de 9 de abril de 1981, pelo seu contributo em prol do desporto. -----

Em 1998, pelas Bodas de Diamante, no 75º Aniversário o Clube recebeu a Medalha de Mérito Desportivo, pelo então Ministro Adjunto, Eng.º José Sócrates. -----

Os “Leões da Serra” são assim exemplo de perseverança, determinação, orgulho regional e transmissão de valores a novas gerações. Foi esta exemplaridade que neste brevíssimo resumo pretendemos sublinhar, a resiliência com que o Sporting da Covilhã teceu a sua História e que certamente o levará por novos caminhos de conquistas. -----

A sua história pode bem ler-se nas obras em livro dos Covilhanenses Miguel Saraiva e João Nunes e agora podemos também conhecê-la melhor no Museu da Covilhã, com a exposição comemorativa “Um Clube. Uma História.”, que estará patente até setembro. -----

É unânime que a história do Sporting Clube da Covilhã se funde com a do próprio futebol português e com a história recente da nossa cidade. -----

Face à dimensão deste clube e a sua relevância na história da cidade e para a cidade, não poderia a Assembleia Municipal da Covilhã passar esta data sem uma justa homenagem ao Clube. -----

Propõem-se por isso um Voto de Louvor ao Sporting Clube da Covilhã, aos seus Associados, aos Dirigentes e aos Atletas que ao longo destes 100 anos construíram uma história grandiosa sendo hoje uma importante marca e um dos principais embaixadores do Concelho e da região. -----

Grupo Municipal do Partido Socialista” (Doc.13) -----

- Colocados à votação, os **Votos de Louvor ao Sporting Clube da Covilhã** foram **aprovados por unanimidade**. -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

“Voto de Louvor -----

A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio congratular-se pela realização das Marchas Populares da Covilhã e por toda a dinâmica do movimento associativo, assim como as magníficas criações culturais que a freguesia e o concelho, ano após ano, conseguem produzir. ---

*Felicitar todas as marchas que participaram no evento e que demonstraram, mais uma vez, tudo o que de muito bom se faz em termos associativos, culturais e desportivos no concelho.” (Doc.14) --*

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor a todas as marchas que participaram no evento Marchas Populares da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

*“Voto de Louvor -----*

*A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso vem por este meio apresentar um voto de louvor ao Professor Doutor Manuel Santos Silva que proferiu a sua última aula enquanto professor da Universidade da Beira Interior. -----*

*Ao longo da sua vida académica profissional e de intervenção na sociedade, desempenhou vários cargos relevantes, entre os quais o de Presidente deste mesmo órgão onde nos encontramos, assim como um papel vital no crescimento da nossa Universidade, durante os longos anos em que foi reitor da mesma.” (Doc.15) -----*

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Professor Doutor Manuel Santos Silva** foi **aprovado por unanimidade**. -----

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

## **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Foi atribuída a palavra à Escola Básica de S. Silvestre que, pela voz de dois alunos, fizeram a seguinte intervenção: -----

*Sou a Nériada e ando no 4º ano da Escola Básica de S. Silvestre. -----*

*Na minha turma, há 9 meninas e 11 meninos: o mais novo tem 9 e o mais velho 11 anos. Todos vivem no concelho da Covilhã, mas nem todos nascemos cá. -----*

*4 alunos nasceram em Angola, 3 alunos nasceram no Brasil e 1 nasceu nos Estados Unidos da América. -----*



*Todos gostamos de cá morar. -----*

*A Covilhã tem muita história, rios, cascatas e a Serra da Estrela. -----*

*É um sítio sossegado comparado com as grandes cidades. -----*

*Há poucos ladrões e pouca poluição. -----*

*Podemos ir sozinhos a pé para a escola, mas na nossa escola já houve alguns alunos que iam sendo atropelados porque não há passeios, não há sinalização, nem polícias. -----*

*Na nossa escola há muitos buracos. -----*

*Na cidade, há muitas construções inacabadas, algumas passadeiras não se veem, passeios estreitos. -----*

*Há poucos parques infantis e alguns estragados. -----*

*Não há espaços abertos para jogarmos futebol, basquetebol, voleibol..., os que há, são longe da cidade. -----*

*Também vemos muito lixo no chão e cheira a xixi nas escadas da cidade. -----*

*Há muitos animais abandonados e os que têm dono não têm o cuidado de limpar as fezes. -----*

*Há poucas árvores e espaços verdes na cidade para podermos brincar e ter mais sombra. -----*

*Estivemos a debater como é viver na Covilhã e temos estas ideias para vos apresentar: -----*

*Gostaríamos que a nossa cidade tivesse: -----*

- *mais verdura e menos viaturas; -----*
- *uma cidade mais feliz; -----*
- *mais livros infantis nas cabines dos livros; -----*
- *mais contentores; -----*
- *mais polícias; -----*
- *mais parques infantis; -----*
- *mais atividades para as crianças; -----*
- *melhores casas de banho na escola e públicas espalhadas pela cidade; -----*
- *campos de basquetebol e de futebol; -----*
- *um mural só para as crianças onde escrevem o que lhes faz falta na cidade; -----*
- *piscinas com preços mais baratos.” -----*

--- Seguidamente, foi atribuída a palavra à Escola Básica de Largo da feira – Tortosendo que, pela voz de seis alunos, fizeram a seguinte intervenção: -----

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, -----

Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Vítor Pereira, -----  
Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora Regina Gouveia, -----  
Somos alunos e alunas da Escola Largo da Feira, uma escola do 1.º Ciclo, no Tortosendo. -----  
No espaço do recreio olhamos todos os dias para um parque infantil que não podemos usar. Dizem-nos que está sem a segurança necessária para lá brincarmos. Perdeu já alguns equipamentos e está estragado. Tem ervas e apresenta-se como um espaço descuidado. -----  
Como alunos e alunas, viemos aqui para pedir que arranjem o nosso parque infantil e que não deixem nem mais um aluno acabar o 1.º ciclo nesta escola sem nele poder brincar. -----  
Há colegas nossos, como eu, que estão a acabar o 4.º ano e que nunca lá brincaram. -----  
Queremos que saibam que, para nós, o parque infantil é importante porque nos permite brincar e explorar, permite que tenhamos outras brincadeiras que faz com que possamos experimentar outras coisas com o nosso corpo, permite dar asas à imaginação que faz com que possamos aliviar o stress das aulas. -----  
Queremos que saibam que para nós o parque infantil é importante porque permite correr riscos controlados, encontrar outros lugares para crescer, ter outras vivências e experiências. -----  
Queremos uma escola com igualdade de oportunidades que faz com que possamos sonhar. -----  
Queremos um parque arranjado para sermos felizes na escola, agitar o corpo, andar de baloiço, ter outras brincadeiras, poder brincar no escorrega como o podem fazer outras crianças e ficarmos felizes no intervalo. -----  
Queremos o nosso parque arranjado para ter vontade de ir para a escola, para estudar menos ansiosa, ter menos frustrações, ter igualdade na educação, poder continuar a brincar em segurança e acreditar. -----  
Obrigado por nos receberem. Somos cidadãos deste Concelho e acreditamos que a voz das crianças é importante, que o que sente a escola é importante. -----  
Por esta razão, esperamos que seja atendido o nosso pedido para arranjo do parque infantil da nossa escola. -----  
Contamos com este executivo para resolver esta situação antes que o próximo ano letivo comece. Muito bom dia e um bom trabalho.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu a vinda dos alunos das escolas, referindo que “a Assembleia Municipal é o órgão mais importante da nossa autarquia e, aqui, os cidadãos têm voz, quer por modo próprio, quer por intermédio dos senhores deputados municipais e dos senhores Presidentes de Junta que também vos representam. -----

Colocaram perguntas muito interessantes e vejo que a maior preocupação que evidenciam é a do parque infantil. E, nem a propósito: queria eu ter assinado no dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, o primeiro procedimento de contratação de parques infantis por ser um dia simbólico, o

vosso dia. Quero dar-vos uma boa notícia: hoje mesmo vamos avançar com o procedimento de contratação.” -----

Referiu que a demora no processo se deveu à inflação e que, “inicialmente, tínhamos pensado, no âmbito da reformulação dos parques infantis, utilizar um material que é muito nobre e muito bonito, que é a madeira. Mas a madeira não se dá bem com o nosso clima e tende a deteriorar-se. Fica insegura porque se podem magoar quando estão a brincar e queremos evitar que isso aconteça. -----

Então, decidimos que as estruturas fossem em metal e, neste momento, é o mais caro e difícil de encontrar. Daí termos que dividir isto em dois lotes. Eu próprio falei com alguns dos Senhores Presidentes de Junta, dando-lhes nota se não se importavam de dar prioridade a outras freguesias onde os parques estão mais deteriorados. -----

Nesta primeira fase, avançamos imediatamente, ou seja, ainda hoje é feito o primeiro lote (Aldeia de São Francisco de Assis – Barroca Grande, Sobral de São Miguel – parque infantil do Ribeirinho, Casegas – parque infantil do Lameiro da Ribeira, parque infantil de Aldeia do Souto, parque infantil de Vale Formoso, parque infantil da EB da Vila do Carvalho e parque infantil de Orjais). -----

Em setembro, quando regressarem para as aulas, não vos asseguro que estejam logo nesse dia, mas, muito provavelmente, poderá já estar o segundo lote: parque infantil do Tortosendo, do Peso, de Peraboa, Jardim do Lago, Rua Alberto Rato, Estação da CP, parque infantil do Primor e parque infantil do Jardim Público. -----

Lamentamos que não tenham ainda, nesses mesmos parques, as condições que desejam, mas vão tê-las.” -----

Quanto aos outros assuntos relatados, informou que “vamos cuidando, tanto quanto nos é possível, nas frentes que temos para resolver, de uma vez por todas, esses mais graves problemas que a todos nos preocupam. -----

Registo também que salientam coisas muito positivas, como o facto de a nossa cidade e o nosso Concelho serem bonitos, prazenteiros, de terem ar puro e de terem um grande “pulmão” verde, apesar dos incêndios que nos têm massacrado e vejo que, apesar das dificuldades e de tudo quanto apontaram que é negativo, vivem e estão felizes. -----

Trabalhamos a pensar em vocês. Vocês são os nossos sucessores em todas as frentes. São as gerações que hão de conduzir os destinos da nossa terra e, portanto, vieram hoje aqui fazer um exercício de cidadania que quero registar muito positivamente e agradecer também às vossas professoras que deram o seu prestimoso contributo para que esta vossa prestação fosse tão boa quanto aquela que aqui apresentaram. -----

Obrigado por terem vindo. Muitas felicidades e votos de boas férias para todos.” -----

--- Por último, foi dada a palavra ao Senhor Guilherme Torgal que, após cumprimentar todos os presentes, abordou a questão sobre “as más condições em que perdura o Complexo Desportivo da Covilhã. -----

Este problema já aqui foi abordado pela bancada do PSD, mas mesmo assim não obteve resposta por parte do Senhor Presidente Vítor Pereira. -----

Questionar o Senhor Presidente: quando vão avançar as obras de melhoria no Complexo Desportivo da Covilhã? -----

Este é o estado caótico a que chegou o nosso Complexo Desportivo: com pistas de atletismo muito gastas que podem mesmo pôr os atletas e outras pessoas que frequentam o complexo em perigo; com os campos de relva onde existe mais terra do que relva; um campo de terra batida que, quando chove, se torna num lamaçal; balneários que não têm condições para receber jogadores.

Num complexo que, muitas das vezes, é a porta de entrada para muitos atletas que vêm de todos os pontos do país para jogos ou competições desportivas, como pode então ser o Município a acolher, por exemplo, estágios da Seleção Nacional de Sub21, Torneio Lopes da Silva, se o nosso Complexo Desportivo continua em claro estado de degradação? -----

Em setembro, dá-se início a mais uma época desportiva, em que centenas de atletas utilizam o Complexo para darem início à preparação da mesma. Vai ser mais um ano que estes atletas vão ter de deixar de treinar porque a Câmara apenas se lembra de fazer o tratamento do relvado a meio de setembro? O Executivo tem que se lembrar todos os dias que atletas fora do nosso Concelho dão o seu melhor para levar o bom nome da cidade e praticam lá as suas modalidades.”

A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço, tendo sido reiniciada pelas 14:50 horas com a **tomada de posse da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela.** -----

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **3.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ**

--- Na sequência da Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã apresentado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que foi remetida a todos os membros municipais para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e que fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez uma resumida apresentação da proposta, sublinhando as principais alterações relativamente ao Regimento anterior. -----

“O Regimento é a peça normativa fundamental que assegura o regular funcionamento da Assembleia Municipal da Covilhã. Nele definimos as regras da “Casa da Democracia” Covilhanense, lugar este que, conforme pretendemos todos, deve ser sinónimo de respeito, esclarecimento, transparência, mas também de confronto de opiniões entre as várias correntes ideológicas, confronto esse essencial para o nosso crescimento enquanto comunidade. -----

Dada essa mesma importância que atribuímos ao Regimento, por ser definidor do nível da Democracia do nosso Concelho, foi claro para o Grupo Municipal do Partido Socialista que, apesar da maioria de eleitos neste plenário, tal documento deveria ser algo de discussão intensa e pormenorizada entre todas as forças políticas aqui representadas – da nossa esquerda à nossa direita –, conferindo a todos os deputados a oportunidade de contribuírem na sua elaboração. ---

Realizaram-se, por isso, várias reuniões de profícuo debate de ideias: primeiro entre os 5 Grupos Municipais e a Mesa da Assembleia; depois bilateralmente com representantes dos partidos que demonstraram interesse em participar ativamente nesse processo. Neste ponto, é desde logo de elementar justiça relevar a dedicação traduzida pelos valiosos contributos dos Deputados Joana Petrucci Rocha e Fernando Pinheiro, em representação do CDS e do Movimento “Covilhã Tem Força”. Esta proposta, apesar de não ser por eles subscrita, também contém muito do seu trabalho e seria de todo injusto não o salientar aqui. -----

Mais momentos de debate, mais transparência no processo deliberativo, melhor organização de intervenções, maior equilíbrio no uso da palavra, mais espaço para participação dos eleitores, aproximação da Assembleia para com os cidadãos, ... Tudo isso está presente na proposta de alteração do Regimento que os Grupos Municipais do PS e do PSD trazem hoje à votação. Senão, vejamos: -----

- Reformulação do Período do Antes da Ordem do Dia para permitir debate sobre os assuntos considerados relevantes para os Deputados Municipais. Até aqui, as intervenções no PAOD funcionam como autênticos monólogos, sem direito a resposta nem a discussão. O objetivo é que, com este novo formato, cada Deputado possa valorizar mais a palavra e as propostas do outro, opinando sobre as matérias trazidas à Assembleia por cada Deputado; -----
- Introdução do ponto, na Ordem do Dia das sessões ordinárias, “Debate entre os Grupos Municipais”, em que os temas são escolhidos previamente pelos próprios grupos. No fundo, um novo espaço de debate sobre temas concretos de interesse municipal; -----
- Criação de mais 3 sessões anuais: “Debate sobre o Estado do Município” em julho, com a análise do momento atual do Concelho; e “Debates Temáticos” em maio e novembro com a participação de personalidades e entidades convidadas, em que os temas são igualmente determinados pelos Grupos Municipais; -----

- Tempos proporcionais ao número de elementos diretamente eleitos de cada Grupo Municipal - Essencial para uma justa representação da vontade do povo nas discussões em plenário; -----
- Discriminação positiva nos tempos atribuídos aos Grupos Municipais, beneficiando os grupos mais pequenos, por forma a que todos tenham espaço para contribuir com as suas ideias; -----
- Ordenação de intervenções por Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes ao invés da atual ordem por inscrição, conferindo a organização aos trabalhos. Na generalidade dos pontos, passarão a intervir primeiro os Deputados Municipais Independentes, seguindo-se os Grupos Municipais por ordem decrescente no número de elementos; -----
- Possibilidade de dois momentos de “Intervenção do Público” – um no início e outro no fim da sessão, caso se tal se afigure necessário, um dos contributos do CDS e do “Covilhã Tem Força” e indicação constante do PCP; -----
- Formato perguntas/respostas no ponto da informação escrita do Presidente da Câmara, proporcionando um maior esclarecimento aos Deputados, nomeadamente aos Presidentes de Junta. Têm ligeiramente mais tempo neste ponto para intervir; -----
- Obrigatoriedade da entrega e da distribuição antecipada dos documentos que constituem o processo deliberativo, promovendo debates informados e decisões amadurecidas; -----
- Conferência de Representantes funcional, espelhada na composição do plenário e concedendo o direito aos Presidentes de Junta de se fazerem representar através de delegação de voto, caso assim o entendam; -----
- Criada a possibilidade de transmissão online das sessões – Na nossa opinião, esta poderá ser uma importante ferramenta de ligação entre os eleitores e a Assembleia Municipal, contribuindo decisivamente para uma eficiente realização dos trabalhos. -----

Devem, ainda assim, ser escrupulosamente cumpridas as recomendações feitas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados através de pareceres emitidos recentemente, nomeadamente a necessidade de consentimento escrito por parte de cada Deputado Municipal, membros do Executivo Camarário e outros cidadãos cujos direitos de imagem possam estar em causa. -----

Será naturalmente necessário um período de implementação, mas a expectativa é que no máximo em outubro já existam meios para transmitir as sessões da Assembleia Municipal.

Estamos convictos que o Regimento que hoje apresentamos é vanguardista, procurando melhorar vários aspetos de funcionamento desta Assembleia, mas acima de tudo a qualidade da democracia municipal, respeitando e garantindo sempre o Direito de Oposição. -----

É, por isso, com orgulho que celebraremos esta proposta conjuntamente com a bancada do PSD. Dizer que foi realmente um prazer as dezenas de horas de discussão, artigo a artigo, ponto a ponto,

com o intuito de dotar a nossa Assembleia de condições para melhor servir os interesses dos nossos concidadãos. -----

Para mim, esta é a forma correta de estar na política, procurando, sempre que possível, fazer pontes em prol do nosso Concelho, não nos limitando à crítica apesar das divergências partidárias. Por isso, fica aqui o meu elogio público a esta postura do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez três referências relativamente ao Regimento em discussão. -----

“Primeiro, destacar o processo aberto e colaborativo em que decorreu esta revisão do Regimento que está agora aqui em proposta para votação. -----

Aberto porque foram todos ouvidos e os contributos de todos foram integrados na sua larga maioria, muitas vezes inclusive em detrimento de propostas do PSD ou do PS para que fossem incluídas as ideias daqueles que, mesmo não subscrevendo esta proposta, vão gozar deste Regimento no futuro. -----

Colaborativo porque, como é evidente, nenhuma proposta subscrita por mais do que uma força política é consensual, mesmo dentro dessa força política. Não concordo com tudo o que está neste Regimento; o João não concorda com tudo o que está neste Regimento. -----

Aberto e colaborativo, também, porque foi enviada de forma atempada por parte dos grupos municipais ainda no âmbito da Comissão inicialmente constituída para o efeito. Cada um apresentou a sua proposta. Quando chegámos a uma versão provisória, foi enviada para todos os membros desta Assembleia, contrariamente ao que acontece com as propostas da Câmara, para que todos pudessem dar contributos, sugestões e pedidos de revisão para que, até à data de hoje, ainda pudesse ser corrigido e alterado aquilo que fosse necessário. -----

É uma proposta totalmente aberta e acho que esta é a principal marca distintiva daquilo que vamos votar de seguida. -----

A segunda nota diz respeito à organização. A organização aumenta porque temos os documentos a serem entregues de forma atempada. Não vamos ter que estar com cuidado triplicado a ouvir a apresentação de uma moção aqui feita; vamos poder ler com calma todos os documentos que vão ser enviados com tempo; as comissões têm um funcionamento, na minha modesta opinião e da bancada do PSD, muito mais funcional que mais não seja pela figura do Coordenador, que passa a existir. Temos uma comissão que ainda hoje foi falada que não funciona. Foi criada em setembro do ano passado; estamos já no Verão; e não foi funcional. Havendo um Coordenador de Comissão é mais fácil responsabilizar quem tem ou não que cumprir as suas funções. -----

Em terceiro lugar, agenda própria. O poder local padece de uma deficiência fundamental. É que a principal agenda política que discute vem a reboque das reuniões de Câmara. Felizmente, agora vamos ter metade do Período do Antes da Ordem do Dia e o primeiro ponto da ordem de trabalhos de cada Assembleia para se discutir a agenda que vem do próprio órgão, com propostas a discutir que vêm dos deputados municipais e dos presidentes de junta de freguesia e também com temas

que vêm à discussão que são propostos pelos próprios. Vou dar um exemplo muito simples: todos pensamos nos problemas da Rua Ruy Faleiro. Se alguém vier aqui falar no PAOD sobre isso, faz uma intervenção, o grupo municipal do PS vai ignorar, os outros grupos se quiserem vão ignorar também e o tema passa e acabou ali. Se alguém propuser este tema a ser discutido nesse ponto da ordem de trabalhos, as outras bancadas são obrigadas a tomar uma posição sobre o tema ou então a passarem “pela vergonha” de não utilizarem o tempo que têm ao dispor para isso. -----

Agenda própria, também, por termos três novas sessões a juntar às sete que já temos existentes: o debate do estado do Município (já no próximo mês, se for aprovada a proposta) cujo funcionamento é uma réplica do “Estado da Nação” que funciona na Assembleia da República; e os debates temáticos a ocorrerem em maio e em novembro, que também têm a rotatividade na apresentação dos temas a discutir. -----

Termino esta nota sumária com mais debate, o fim das intervenções solenes e a promoção do contraditório. Quem vem assistir a esta Assembleia, o primeiro choque que tem é que alguém vem aqui fazer uma intervenção e a mesma “morre” aqui. Metade da Assembleia não está atenta; ninguém responde à intervenção a não ser que seja num ponto específico: passa e acabou. -----

Ao termos aqui um contraditório claro, quer no Período do Antes da Ordem do Dia, quer no debate entre grupos, quer nos debates temáticos de maio e novembro (e destaque, em particular, o período da informação escrita), acabamos com a intervenção de comício a que assistimos regularmente, em que temos aqui uma intervenção de uma hora sobre tudo e sobre nada, onde se responde àquilo que se quer e se omite aquilo a que não se quer responder. -----

O Presidente da Câmara Municipal vai ter, a partir de agora (se isto for aprovado), que responder a seguir às questões de cada grupo municipal ou presidente de junta de freguesia no período da informação escrita, o que torna muito mais clara a resposta, mais eficiente o funcionamento dos trabalhos e, creio eu, mais transparente as propostas políticas da Assembleia. -----

Queria pedir uma alteração breve à proposta que aí está e que já foi enviada também por escrito: onde diz no ponto do *streaming* que podem ser transmitidas *online* as sessões, pedíamos que estivesse “devem” para ficar mais claro. -----

Em segundo lugar, a clarificação de figuras regimentais ilegais. Por exemplo, uma recomendação, legalmente, tem que ser votada. As recomendações nesta Assembleia não são votadas. A lei obriga a que as recomendações sejam votadas e procurámos, neste Regimento, diferenciar o que é uma moção do que é uma recomendação, que é diferente um protesto de um contraprotesto e outras figuras que agora me parecem estar mais claras. -----

A entrega dos documentos com antecedência já referi. -----

A clarificação do funcionamento das declarações de voto, a melhoria do funcionamento da conferência de representantes e das comissões – como disse, acho que se torna mais funcional – e a questão dos tempos que, certamente, é sempre aquela que levanta maiores sensibilidades. --

Os grupos municipais que estiveram presentes nas reuniões podem confirmar que esta proposta é muito diferente daquela que o PS apresentou nessa Comissão. Tivemos a preocupação, ainda que não subscrevam, de acolher as propostas que foram feitas nas reuniões bilaterais com os outros grupos municipais e, como podem atestar, os grupos municipais mais pequenos saem



beneficiados nesta proposta. Posso clarificar já a seguir. Acabámos com o desfile dos líderes. Cada grupo gere o seu tempo como quer e se o quiser utilizar todo numa intervenção utiliza-o, se o quiser dividir em cinco, divide-o, mas a organização e a responsabilidade passa para as próprias bancadas e para os próprios presidentes de junta de freguesia. -----

Resumiria isto em termos mais debate, mais conteúdo, menos intervenções solenes sem direito de resposta; deixar maior responsabilidade de gestão nos grupos; entrega de documentos com antecedência; e termos mais pontos para fiscalização não só do executivo municipal, mas de política municipal geral em concreto. -----

O Período do Antes da Ordem do Dia é o melhor exemplo disso, ao estar dividido em intervenções abertas sobre qualquer tema (inspirado no Regimento da Assembleia Municipal da Guarda, que funciona muito bem nesta matéria). Qualquer intervenção tem que ter um documento (proposta, protesto, moção, recomendação, contraprotesto, ...) para que alguém que venha aqui apresentar algo tenha que propor algo. Isto vem do princípio de: para cada crítica uma solução; e isto vincula, em particular, a bancada do PS porque, cada vez que viermos aqui criticar alguma coisa nesse ponto do Período do Antes da Ordem do Dia, somos obrigados a apresentar uma solução para aquilo que criticamos. -----

Para terminar, dizer apenas que obviamente vai ser necessário utilizar a televisãozinha que está ali e outra para cronometrar os tempos de intervenção, o que me parece que melhorará bastante a funcionalidade da gestão dos trabalhos e do tempo. -----

Dizer apenas que, para os debates temáticos, a gestão de tempos é igual à do Período do Antes da Ordem do Dia e que, além da ordenação, procurou-se não só respeitar a proporcionalidade que advém dos resultados eleitorais, mas melhorar os direitos de oposição e os direitos de resposta. –

Por fim, gostaria de agradecer a todos os que enviaram contributos, às ideias que foram feitas para este Regimento, que não é consensual e com o qual eu não concordo a 100% e de certeza que o Partido Socialista também não. Como estou aqui várias vezes a criticar, e cá estarei, e espero genuinamente que a Covilhã tenha uma força política muito melhor que esta a gerir os destinos do Concelho, também sou o primeiro a estar cá para elogiar quando é bem feito e, neste processo, o Partido Socialista portou-se muito bem ao longo de toda a discussão e negociação. Acho que beneficiamos muito com esta revisão do funcionamento da Assembleia Municipal: esta Assembleia, a democracia deliberativa e os cidadãos. -----

Por isso, o meu elogio público, em nome da bancada do PSD e com o beneplácito também de todos, um agradecimento, em particular ao João Flores Casteleiro, porque já apanhei pelo menos 3 pessoas do Partido Socialista nas várias comissões de revisão do Regimento e foi sem dúvida o mais aberto às ideias que apresentámos.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** iniciou dizendo que “começa sempre mal quando a maioria diz que está a fazer isto pelo bem da minoria. Este processo de revisão do Regimento começa mal exatamente porque *o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita*. -----

Podemos escarpelizar as várias questões que foram insistentemente levadas ao conhecimento de toda a gente nas infindáveis reuniões de trabalho que aqui já foram referidas onde tenho que

prestar o meu apreço e o meu agradecimento à Dra. Joana Petrucci Rocha que, de facto, se “desfez” para tentar conseguir uma coisa que fosse um Regimento melhor daquele que existe atualmente. -----

Podíamos falar dos artigos sobre os grupos municipais e das propostas que fez, das conferências de representantes, dos lugares da Assembleia, dos debates temáticos, nos tempos, do uso da palavra, do carácter público das sessões, ... -----

Se bem me recordo, as duas grandes pechas do atual Regimento eram: não permitia a transmissão *online* das sessões e a questão da intervenção do público. -----

Estamos num órgão e numas reuniões que são legalmente públicas. Não estamos aqui à porta fechada. Quem está aqui, sabe o carácter público destas sessões e sabe que elas podem ser utilizadas nomeadamente pela comunicação social e por toda a gente que aqui está porque é legalmente pública. Não se pode vir dizer e arranjar subterfúgios que não é público, que me posso opor a que a minha imagem seja transmitida nesta Assembleia. Não pode. Legalmente, não me é permitido. Ou decido participar num órgão público e numa sessão pública ou preservo a minha integridade e o meu direito de imagem e não participo. A decisão é simples e sou eu que a tenho que tomar previamente antes de me candidatar a um órgão público. -----

A outra questão é a da intervenção do público e esta questão é muito simples. É da competência do Senhor Presidente da Assembleia definir a Ordem de Trabalhos e definir a precedência dos pontos da ordem de trabalhos. São competências próprias do Senhor Presidente da Assembleia. Portanto, quem faz a Ordem de Trabalhos é que tem o cuidado de dizer se o público é ouvido primeiro ou se é ouvido no fim, como ainda hoje vimos nesta Assembleia em que se altera a Ordem de Trabalhos exatamente para se permitir que o público fosse ouvido em primeiro lugar. Nada contra. Mas, sinceramente, acho que são subterfúgios. -----

Tive o privilégio de participar numa comissão de revisão do Regimento desta Assembleia em 2014. Modéstia à parte, mas o trabalho não foi meu, foi dos meus colegas. Tivemos o cuidado de fazer um Regimento plural, respeitando todos os grupos municipais, dando igualdade de intervenção a todos os grupos municipais a vários níveis (quer ao nível das questões políticas, quer ao nível das inscrições para as intervenções em cada ponto e no Período do Antes da Ordem do Dia) e havia um fundamento para essa revisão que era: a Lei tinha sido alterada e foi feita uma revisão do Regimento por imposição legal. -----

Tivemos o cuidado de fazer esse “fato” à medida da Covilhã, onde na altura não havia maiorias, onde todos nos respeitávamos de outra maneira. -----

Hoje, por imposição da maioria, é discutido um novo Regimento sem fundamento legal, sem haver um fundamento que o justifique e apenas porque dá jeito alterar o Regimento. E altera-se substancialmente tudo para pior. -----

Deixamos de ter igualdade nos tempos de intervenção; deixamos de ter igualdade nas votações das comissões; deixamos de ter a possibilidade de a oposição ter voz nesta Assembleia. Por muito que me digam que dão mais 1 minuto daquilo que é dado, que são 3... muito obrigado pela atenção! Fico muito sensibilizado quando o PS fica com 20 e 30 minutos para poder falar! -----

O CDS, apesar do trabalho que foi feito nomeadamente pela Dra. Joana Rocha e por todos os

membros do CDS que participaram nestas propostas, tem que votar contra este Regimento porque é um Regimento que é pior do que o anterior. -----

A única coisa que gostava de saber e é um pedido que tenho às pessoas que vão votar favoravelmente este Regimento é que me justifiquem, me fundamentem qual é que é a melhoria que este Regimento traz, nomeadamente para a oposição porque, por muito poder que queiram ser no futuro, não consigo entender nem perceber como é que há partidos da oposição que votam favoravelmente e faz o frete ao PS de votar algo que só lhes dá mais tempo, mais palavra e mais poder nesta Assembleia. Não consigo entender!” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que tinha participado na “Comissão de Revisão do Regimento. Fui o deputado indicado pelo Grupo Municipal do PCP para esta questão e desde o início colocámos uma linha vermelha (e estamos a falar ainda do mandato anterior), em que dissemos que tudo o que tivesse a ver com diminuição de tempos iríamos votar contra, embora pudéssemos concordar com tudo o resto que lá estivesse escrito. Tudo o que diminuísse tempos de intervenção por parte das forças políticas, para nós é uma diminuição da democracia, do direito democrático a que esta “Casa” está por Lei obrigada. Vou passar a dar um exemplo: -----

Hoje, no Período do Antes da Ordem do Dia, falou-se durante 1 hora e 45 minutos – intervenções, não estou a falar de tempos perdidos a meio. Tempo extra ou excedidos, só nas intervenções (e não estou a falar de intervenções políticas e estou a contabilizar leituras de moções, de votos de louvor e de pesar, que se têm tornado profícuos nesta “Casa”), passávamos de 1 hora e 45 minutos para 1 hora e 30 minutos; Tempo excedido nas intervenções políticas, por parte de todas as forças políticas, 1 hora e 21 minutos. -----

Portanto, se não contarmos com moções, votos de pesar, ... , acho que 1 hora e 21 minutos de Período do Antes da Ordem do Dia de intervenção puramente política não me parece exagerado. Se calhar é a minha visão e a visão do meu Grupo Municipal porque a gente vem aqui para discutir política e não para passar o tempo; e para ser rápido e eficiente, às vezes, é preciso “bater a pedra” – *água mole em pedra dura* tanto bate até que fura. -----

O grupo municipal que mais falou foi o PS, seguido do PSD e o CDS. -----

Em relação à proposta apresentada e nomeadamente em relação aos tempos: -----

No Período do Antes da Ordem do Dia, acho que o trabalho por parte do Grupo Municipal do PS e do PSD deve ter sido bem feito, portanto eu presumo que este tempo aqui contabilizado por parte da CDU não é CDU, é PCP (mas isso é uma questão de pormenor) e deve contar com o meu camarada Marco como Membro do Grupo Municipal. A conta deve ter sido feita a contar com ele.

Vou propor-vos outro raciocínio de conta: se o meu camarada Marco agora decidir deixar o Grupo Municipal do PCP, o seu camarada independente Marco eleito pelo PCP na Junta da Boidobra passa a ter mais 2 minutos para falar, o que é absolutamente ridículo quando o que se deve fomentar é que os presidentes de junta que foram eleitos por partidos (não são todos independentes) passem para os grupos municipais. -----

Há ainda outra questão: deputados municipais independentes – 10 minutos obrigatoriamente. Hoje falaram 2 deputados municipais independentes, mas têm 10 minutos. O que é que acontece aos outros 8? É normal presidentes de junta, no Período do Antes da Ordem do Dia, intervirem 2 ou 3. Têm 10 minutos. O Período tem 60 minutos. Se intervirem 2 ou 3, são 6 ou 4 minutos que ficam sem utilização, que não são utilizados por ninguém. Eu prefiro 1 hora e 21 minutos do que 60 minutos contabilizados ao cronómetro, ao estilo prova olímpica para ver quem é que cumpre antes de aquilo chegar a zero. -----

Outra questão aqui que é: foi falado pelo Deputado Hugo relativamente à maior liberdade, da gestão do tempo, ... Não, não é. Se este Regimento for aprovado e conforme o ponto 3 da grelha de tempos do anexo 1 – Organização de intervenções no Período do Antes da Ordem do Dia, *“metade do tempo global atribuído a cada Grupo Municipal tem de ser obrigatoriamente utilizado no período previsto na alínea b) do número 2 da “Organização de Intervenções” e apenas neste”*, o que quer dizer que eu sou obrigado a utilizar metade do meu tempo que está aqui atribuído, que são 6 minutos. O meu Grupo Municipal é obrigado. Não é o meu Grupo que decide. Hoje não apresentámos moção nenhuma e, assim, só teríamos 3 minutos para falar e não teríamos 6 porque obrigatoriamente os outros 3 seriam para ser utilizados na apresentação de moções, votos, ... ----

Consideramos que isto é uma limitação e uma mordaza colocada aos grupos municipais de menor dimensão. Consideramos, desde o início, que é uma limitação à intervenção por parte dos grupos municipais de menor dimensão. O nosso critério sempre foi e sempre será o do trabalho – o justo a quem o trabalha. Se o PS, o PSD, o CDS, o “Covilhã Tem Futuro” ou o PCP tiverem trabalho para apresentar, devem-no apresentar. Quem não tem trabalho para apresentar, não precisa de tempo para falar e não obrigatoriamente porque se tem por inerência. -----

Por isso, iremos votar contra este Regimento.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)** referiu ser “um bocadinho como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Se vimos para aqui, temos que estar disponíveis no tempo necessário para se discutir tudo aquilo que haja necessidade de ser discutido a bem do Concelho. Aí revejo-me inteiramente naquilo que o Senhor Presidente sempre me tem transmitido e subscrevo inteiramente. -----

Claro que nem toda a gente pensa da mesma maneira e aceito também essas opiniões diferentes e, por isso também, vou transmitir a opinião do Movimento que represento “Covilhã Tem Força” (eu sei que a Covilhã tem “futuro”). -----

O grande dilema de tudo isto foi sempre os tempos. O problema foi sempre os tempos e sempre foi aquilo que mais nos dividiu. E aqui em concreto, e também defendemos as desigualdades dos tempos, mas ainda assim e face à proposta que foi apresentada, vimos contemplados que os tempos das minorias, nas quais faço parte, foram melhorados e ainda bem que assim aconteceu.

Outra coisa que nos parece também extremamente importante é o chamado “contraditório”. Não haja dúvidas nenhuma de que é importantíssimo haver contraditório na nossa Assembleia. Não pode ser de outra maneira porque quase que fica sempre esta sensação de que cada um vem debitar aqui algumas coisas que traz escritas até porque também tem o problema do tempo e com

problema do tempo tem que as trazer escritas e tentar, de alguma forma, transmiti-las à Assembleia o mais rápido que puder e perde-se aqui um bocado este lado do contraditório. E não só. Perde-se também esta capacidade de cada um poder improvisar no momento e transmitir muitas outras coisas que acho que fazem falta a esta Assembleia. -----

As propostas nunca serão consensuais. Não há essa possibilidade. Haverá sempre pontos de discórdia, como assim aconteceu, mas está em aberto essa discussão desse Regimento e cada um, naturalmente, votará como muito bem entender quanto àquilo que está proposto. Às vezes, é mais uma questão de forma do que propriamente até de conteúdos, mas que assim seja. -----

Ao trabalho que foi feito, uma palavra ao João e à Dra. Joana Rocha.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que “a pergunta que a gente deve colocar é se este novo Regimento permitirá diminuir as intervenções extra competências da Assembleia Municipal e, efetivamente, centrar-se no essencial. -----

Aquilo que temos assistido nas últimas sessões da Assembleia deste mandato, e hoje de manhã assistimos a isso, ou seja, tivemos uma manhã inteira, para além do “Período de Intervenção do Público”, o “Período do Antes da Ordem do Dia”. Desse período, se formos tirar o sumo, são saudações, votos de louvor, ... Ou seja, aquilo que eram as moções, as políticas, etc. nos últimos tempos foram substituídas por esta figura e tive a oportunidade de (está na última ata), relativamente aos votos de pesar, chamar a atenção e dizer para não se banalizar este tipo de situação. -----

E, quando vamos ver as competências de uma Assembleia Municipal, na Lei não está lá em lado nenhum que devemos aproveitar as sessões ordinárias e extraordinárias para saudar tudo e mais alguma coisa. É verdade que também faz parte da liberdade de expressão... A partir de agora, cada um utiliza o tempo naquilo que muito bem entender se, efetivamente, estes tempos forem regulamentados a sério, ou seja, se nos permite centrar naquilo que é o essencial que é debater-nos. -----

Porque, muitas vezes, aquilo que acontece aqui é que passamos *n* de tempo com o Período do Antes da Ordem do Dia e sobre um assunto que aparece no 5.º ou no 6.º ponto da Ordem do Dia, quando a gente passa os 3 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia diz-nos que temos que concluir porque não temos tempo. Houve intervenções de 7 e 8 minutos e este assunto e todos os assuntos que vêm aqui para se deliberar pela lei devem ser encarados com importância. -----

Neste Regimento, a palavra “grupo” aparece 149 vezes. Dei-me ao cuidado disso porque estou inserido num grupo municipal (acho que sou o único presidente de junta). É reforçada esta questão dos grupos municipais e, portanto, estará por cumprir depois essa associação ou essa agregação que, em 21 freguesias, apenas 1 o efetivou nos anteriores mandatos até agora. -----

Sobre o teor da proposta concreta e sobre a questão daquela autorização por causa das transmissões, o artigo 1.º diz-nos logo no ponto 3 que “As reuniões da Assembleia Municipal são públicas...” Às vezes, não percebo em que é que ficamos. Se são públicas, é preciso autorização dos deputados para a captação de imagem! Quando vou a um sítio ou evento público sei que pode

ser captada a minha imagem porque estou num evento público. -----

Quanto às competências da Assembleia Municipal, temos aqui 4 páginas de competências (que são transcritas da Lei). As competências da Assembleia Municipal são aquelas que estão previstas na Lei das Autarquias Locais e, eventualmente, noutras. Se a Lei mudar ou se houver alguma alínea da Lei que muda, o Regimento fica caduco e, portanto, temos a necessidade de novo Regimento.

Sobre os grupos municipais, esclareçam-me o que se pretende com este ponto 3 do artigo 18.º *“A constituição de um Grupo Municipal de uma coligação de partidos impede a constituição de Grupos Municipais dos partidos que integram a coligação.”* A partir do momento em que se constitui o grupo da CDU, o grupo do PCP não pode existir, é isso? -----

As minhas outras questões têm a ver também com a substituição *“Quando o Presidente é o único membro da Mesa em falta, assume a função de Segundo Secretário um Deputado Municipal indicado pelo líder do Grupo Municipal a que o Presidente pertence.”* (n.º 3, artigo 20.º). Se o Presidente da Assembleia Municipal foi eleito por esta Assembleia, por que é que a Assembleia não tem uma palavra a dizer quando o Senhor Presidente não vem ou quando os Secretários não vêm? Por que é que tem que ser o grupo municipal a ser indicado? Todos se recordam que, no caso de grupos parlamentares, eleito pelo mesmo grupo parlamentar, Fernando Nobre não conseguiu ser eleito Presidente da Assembleia da República e isto também tem muito a ver com a personalidade. E, portanto, é a Assembleia Municipal que tem a competência de eleição do seu Presidente e, em caso de substituição, por que é que a Assembleia Municipal não tem uma palavra a dizer sobre o membro que vai para a Mesa substituir o Presidente ou os Secretários? E só no caso de ser toda a Mesa em falta é que a Assembleia Municipal tem esse direito. Acho que se devia manter sempre esse direito e não estar a tirar competências à própria Assembleia. -----

A outra questão que aqui coloco é: por que é que neste Regimento se deita também por terra a possibilidade que existia até aqui da eleição diferenciada do Presidente da Assembleia Municipal e se diz categoricamente que tem de ser por lista – artigo 21.º *“A Mesa é eleita pela Assembleia Municipal de entre os Deputados Municipais, por escrutínio secreto, por meio de listas nominativas nas quais constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos.”* Não é de Lei. A Lei o que diz é que a Mesa da Assembleia Municipal, na falta de estabelecimento regimental, a Assembleia decide se é por lista ou se é Presidente e depois Secretários. Acho que não devíamos também deitar por terra isto porque pode haver várias conjugações e pode haver a necessidade, num determinado mandato, de arranjar equilíbrios para a constituição da Mesa. Acho que não devíamos deitar por terra essa possibilidade que a Lei permite de a Assembleia decidir se pode ser uma coisa ou se pode ser outra e de não ficar taxativo de ter de ser dessa forma. -----

Para terminar, no artigo 42.º, há um erro gramatical.” -----

- **Rui Amaro Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** Agradeceu ao Membro Municipal Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves “pelo facto de terem dado mais tempo aos presidentes de junta e de se ter disponibilizado para conversar individualmente com todos os presidentes de junta para debater, colocar algumas dúvidas e fazer propostas.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Vivemos com este Regimento com as adaptações que já foram aqui referidas, em 2014, que decorreram das alterações legislativas e que eram necessárias introduzir e, nos 10 ou 15 que ando aqui, o tempo nesta Assembleia nunca foi problema. Por que é que estamos a mexer no tempo? Se o tempo nunca foi problema, por que é que estamos a criar um problema? É isso o que o PS e o PSD estão a fazer.” -----

Relembrou que, ao longo do tempo, surgiu o problema de o Período de Intervenção do Público ser no início ou no fim da sessão e, “em sede de Regimento, a Assembleia tem que procurar resolver.

Levantou-se o problema da questão de se as sessões deviam ser *online*, via *streaming*, ... Há um problema de novas tecnologias em que a Assembleia tem que se adaptar. É um problema a que podemos dar resposta. -----

A Assembleia tem que ter comissões específicas? Esse problema resolve-se: nomeamos as comissões específicas. Mas é necessário que as comissões funcionem e que a gente encontre uma forma operacional de colocar as comissões a funcionar. Temos aquele exemplo daquela comissão que foi falada e que tomou hoje posse (que já é de 2022) e que, segundo um eleito municipal do PSD, o próprio Governo disse que o Programa já está executado em 90%. O que é que a comissão já fez para o acompanhar? É esse problema que temos que tentar resolver. -----

É o problema do tempo? Ainda não vi o problema do tempo! O problema do tempo é uma invenção. Alguém gosta possivelmente de cronometrar o tempo! -----

O debate entre os grupos – Prefiro os debates dos grupos com a Câmara Municipal. O debate entre nós, PCP contra PSD ou perspetivas diferentes, podemos discutir sempre, mas tendo sempre como foco a ação e o trabalho municipal. -----

Contraditório, perguntas, respostas, ..., é um problema que, de facto, tem acontecido. Fazemos perguntas e o Senhor Presidente da Câmara foge e não responde. Como hoje de manhã, as crianças colocaram várias questões e ele só falou numa que foi a dos parques infantis porque o resto esqueceu. -----

Sessões Temáticas – Qual é o problema? Concordamos. Venham elas. Houve um tempo em que, na Assembleia Municipal, se tentava cortar no número de sessões porque se gastava muito dinheiro com as compensações ou com as senhas de presença aos deputados municipais. Parece que agora já estamos mais desafogados e já podemos avançar para as sessões temáticas. -----

Mas, o tempo... Há um mérito no Regimento anterior que os nossos antecessores eleitos encontraram que foi: um tempo definido para cada ponto da Ordem de Trabalhos. Quem quer intervir intervém e esse tempo é dividido por todos. Quem faz trabalho, intervém e tem mais tempo; quem não o faz, deixa tempo para os outros – o critério do trabalho. -----

Ou seja, no Período do Antes da Ordem do Dia eu falei. Claro que podia-se inscrever o Pedro Manquinho e o Marco. Não se inscreveram. Demos mais tempo aos outros grupos. Se houver mais deputados do PSD e do PS a inscreverem-se, no total cada um tem menos tempo. Mas quem tem que trazer o assunto traz. Não fica limitado em trazê-lo, com mais tempo ou menos tempo. -----

Portanto, o tempo não pode ser problema. Não posso chegar, quero trazer um assunto e não falei no assunto porque não tenho tempo – não me deram tempo para falar no assunto. -----

Sinceramente, o tempo nesta Assembleia nunca foi problema. O critério é: o grupo municipal que tem mais elementos tem sempre a oportunidade de utilizar mais tempo, logicamente. Quem tem menos elementos, utiliza menos tempo. -----

Para o Plano e Orçamento, Relatório e Contas, alguém consegue discutir isto com 5 minutos?! Para cada grupo?! Eu não consigo! Não tenho tanta capacidade de síntese para reduzir 800 ou 900 páginas, com a quantidade de mapas que nos é apresentado, aqui em 5 minutos! -----

Penso que a democracia não pode ser cronometrada. Tem que haver bom senso e o Senhor Presidente da Mesa tem dado alguma demonstração desse bom senso, respeitando os tempos, mas com alguma flexibilidade. -----

Mas reafirmo o que disse: o tempo nunca foi problema nesta Assembleia.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

“Os cálculos dos tempos estão todos feitos por membro diretamente eleito, o que faz com que o Marco, neste caso, não esteja contabilizado nesse tempo. A razão é simples: não está contabilizado nesses tempos porque se estivesse contabilizado no número de elementos podia acontecer o caso de o PS ser muito beneficiado com isso. Se, por acaso, existirem 11 deputados nesta Assembleia que estão no direito de integrar o Grupo Municipal do Partido Socialista, os tempos do Partido Socialista disparavam. -----

A questão de poder ou não haver vantagem de o Marco estar no Grupo Municipal, ele deve analisar. Em termos de tempo pode ser prejudicado, mas pode ter vantagens (pode participar em debates próprios para a questão dos grupos municipais). Tem outras coisas em que pode ter vantagens. -----

Isto depende muito do nosso modelo de funcionamento da nossa Assembleia. Há assembleias em que têm a tradição de todos os presidentes de junta se inscreverem nos seus grupos municipais dos partidos em que foram eleitos. Nesta Assembleia, isso não existe e temos que ter em conta esta Assembleia. Só por essa razão é que todos os cálculos são feitos em relação aos eleitos diretamente eleitos. -----

A questão de ser obrigado a utilizar metade do tempo do PAOD, o objetivo é claro. Esse ponto específico é a questão do debate que evita com que continuemos a fazer como habitualmente de irmos fazendo intervenções de monólogo em que não há resposta, em que não há direito a discussão e essa metade do tempo nesse ponto específico faz com que estejamos a promover o debate porque estamos a obrigar a que seja utilizado em resposta ao temas que outros trouxeram. -----

A questão do prévio conhecimento dos votos e do tempo que se perde nos votos e moções – Há uma vantagem neste Regimento que é: vai passar a ser obrigatório termos conhecimento prévio de tudo o que compõe o processo deliberativo e isso faz com que muitos desses votos, provavelmente, nem precisem de ser apresentados. -----

Em relação ao *streaming* e à questão de serem públicas: sim, as reuniões são públicas. Sabemos que o nosso cargo é público. Mas isso não quer dizer que a gente não tenha os nossos direitos de imagem. É o que diz a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Saiu um parecer dessa Comissão



em abril que faz claras recomendações em relação em como deve funcionar as transmissões e diz que mesmo os deputados municipais, vereadores, funcionários e público têm o direito de imagem que deve ser salvaguardado. Esse parecer diz claramente que devem dar consentimento. -----

Em relação às competências estarem todas no Regimento: é verdade que não era obrigatório estarem lá. A única razão de resolvermos colocá-las foi para ser mais fácil o acesso às mesmas, ou seja, os próprios deputados municipais que queiram saber as competências chegam ao Regimento e têm-nas lá, evitando ter que as procurar nas várias leis. -----

A questão de surgirem novas leis e o Regimento ficar desatualizado – Isso não acontece porque, como sabem, a Lei sobrepõe-se ao Regimento. -----

Em relação à substituição do Presidente da Assembleia Municipal, estamos a falar de substituições e não de renúncia ao mandato. Estamos a falar de substituições provisórias e, nesse caso, está no Regimento para ser indicado pelo grupo a que pertence. Se não for desta forma, como estamos a falar em concreto de uma pessoa, a eleição obriga a ser voto secreto. Todas as votações que dizem respeito a pessoas é por voto secreto. É o que está na Lei. -----

Ao CDS já não sei o que hei de dizer! O CDS, com quem eu tive 6 reuniões com vários representantes do CDS! Nas 3 primeiras reuniões, o CDS apresentou 3 representantes diferentes totalmente desinformados em relação ao que se tinha passado nas reuniões anteriores. -----

O CDS, por exemplo, começou numa primeira reunião em que estava tudo bem os tempos serem proporcionais aos grupos; chega a segunda reunião, estava de acordo com o PCP (e atenção que o PCP foi sempre coerente nessa matéria) e acaba a reunião a tentar pressionar para aceitar uma grelha de tempos: deu uma volta na própria reunião; chega uma terceira reunião e volta atrás. ---

Com o CDS, estava sempre na dúvida se a intervenção de hoje iria ser na onda do contributo muito valioso, e volto a salientar, da Senhora Deputada Dra. Joana Petrucci Rocha e do Senhor Dr. Fernando Pinheiro. -----

Fizemos várias reuniões. Corremos de artigo a artigo, ponto a ponto. O Senhor Deputado Fernando Pinheiro foi o primeiro a reconhecer isso. A proposta foi conjunta do CDS e do “Covilhã Tem Força”.

Em relação à conferência de representantes, só pode ser funcional se espelhar a Assembleia. Só espelha a Assembleia se estiverem representados os Deputados e os Deputados só estão representados se o voto corresponder, sejam os Deputados dos Grupos Municipais sejam os Presidentes de Junta poderem estar representados. -----

Em relação ao período de intervenção do público, não percebi se o CDS é contra o modelo. A proposta apresentada foi com o contributo de PCP, do CDS e do “Covilhã Tem Força”. Não foi do Senhor Deputado, mas foi. -----

Quanto aos tempos, atualmente os eleitos do PS têm 51,2% do tempo e a Oposição tem 30,2%. Com esta proposta, por exemplo no PAOD, os eleitos do PS passam a ter 41,7% enquanto que a Oposição passa a ter 50 %; e ainda no Debate dos Grupos Municipais aumenta para 58,8%. -----

No atual Regimento, no PAOD, tem 40 minutos a distribuir pelos inscritos. Inscrevendo todos, o PS teria 20 desses 40 minutos e a Oposição somada terá 12 minutos. No caso do PCP, teria 2,47 minutos e eram 56 segundos por cada Deputado. Imaginem o que era se todos os Deputados do

Partido Socialista se inscrevessem para intervir no PAOD, dando uso ao trabalho que tanto apreçoam. O PCP tinha 56 segundos para falar por cada Deputado. O que é que o PCP vinha dizer: “estão a boicotar e a calar o PCP!” -----

Fui consultar as maiorias absolutas que o PCP tem e quais são os Regimentos na Assembleia Municipal. O PCP tem 10 maiorias absolutas. Duas nem têm regimento público. Mas, nas que têm mais população, em Sobral de Monte Agraço, no PAOD, a Câmara mais o PCP têm 67% de tempo! E aqui a Câmara não tem tempo no PAOD! A diferença é essa! Por exemplo, em Alcácer do Sal, são 60 minutos no PAOD: 20 minutos para a Câmara, 20 minutos para o PCP e 20 minutos para o resto da Oposição. Estamos a falar de 40 minutos para o PCP falar e 20 minutos para a Oposição. -----

Agradecer os elogios do Senhor Deputado Fernando Pinheiro e também as declarações do Senhor Deputado Rui Amaro.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** reconheceu que não era “o melhor exemplo porque, de facto, tem havido demasiada tolerância, muitas vezes em prejuízo dos trabalhos e muitas vezes são as próprias pessoas que excedem os tempos que vêm criticar por demorarmos muito tempo aqui na Assembleia. -----

Desde a primeira hora que aqui disse que estive no 25 de Abril e, de facto, aquele dia fez-se para dar liberdade para as pessoas falarem. Mas também reconheço, e disse isso *n* de vezes, estou habituado a trabalhar 24 horas e não me importo de ficar aqui o tempo que quiserem, mas as pessoas não são todas assim e tem que haver regras senão as coisas são infinitas. -----

Portanto, temos que assentar nalgum coisa em que, com a cedência de uns e de outros, concordemos. A Assembleia da República que é a mais importante casa da democracia também tem limites de tempo, como todos temos que ter.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que, “no artigo 45.º da 169/99, sobre a primeira reunião, o seu n.º 2 diz claramente que “*Na ausência de disposição regimental compete à assembleia municipal deliberar se a eleição a que se refere o número anterior (do presidente e secretários da Mesa) é uninominal ou por meio de listas.*” -----

Aquilo que estamos a fazer neste Regimento é retirar essa possibilidade. Estamos a dizer taxativamente que vai ser por lista.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu que, “quando se invocam reuniões e quando se invoca aquilo que aconteceu nas reuniões há uma questão fundamental: é saber se essas reuniões tiveram atas, se foram formais ou não formais. -----

Portanto, não admito ao Deputado João Casteleiro dizer o que disse alguém numa reunião formal de uma Comissão de Líderes sobre alguma coisa quando isso não está escrito. Quanto a mim, coloco em causa até a validade dessas próprias reuniões e daquilo que lá foi decidido ou não foi decidido. -----

Só estou a dizer isto por uma questão formal de dizer que as coisas têm cabeça, tronco e membros e há regras que nós, em termos públicos e em termos da Câmara, têm que ser cumpridas. Não foram feitas e não podem ser invocadas. A mim não me ouviu invocar situações de reuniões, nem posso. -----

A segunda questão sobre a participação do CDS, como muito bem disse e como toda a gente reconheceu nesta Assembleia: o CDS sempre esteve, como sempre fez, em qualquer trabalho de comissão e em qualquer trabalho público – a competência e a participação de tentar chegar a soluções. Falei com a Dra. Joana Rocha e sei o trabalho que ela teve com isto. Não é por acaso que a Dra. Joana Rocha não assina a proposta do PS e do PSD. Portanto, não me venha dizer que, afinal de contas, o CDS estava de acordo com algumas coisas ou com outras. Se estivesse de acordo, ela era a primeira a subscrever essa proposta e não o fez. E não o fez por pressão do CDS. Foi porque, em consciência, entendeu que era pior do que estava no anterior. -----

A questão formal que neste momento quero colocar à Assembleia, interpelação que queria fazer inicialmente, é saber para que é que servem as votações desta Assembleia. No dia 29 de dezembro de 2021, por proposta do Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes do PSD, foi apresentada uma proposta de criação de comissão de revisão do Regimento no âmbito da atual legislatura, que foi votada favoravelmente. O que diz a ata é: **“Colocada a proposta de Criação de Comissão de Revisão do Regimento à votação, foi a mesma aprovada com 16 votos a favor (Presidente da Assembleia Municipal, PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”) e 20 abstenções (PS).”** -----

Esta Comissão foi aprovada nesta Assembleia neste mandato. A pergunta que coloco, com este trabalho todo que foi feito, é: quando é que foi constituída esta Comissão e de onde vêm os resultados desta Comissão para poder-se hoje aqui votar este Regimento?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, relativamente ao que foi dito sobre a aprovação da proposta de Criação de Comissão de Revisão do Regimento, clarificou que já tinha solicitado a correção da ata dessa Assembleia, “em nome da bancada do PSD e também com o apoio do CDS nessa primeira sessão da Assembleia, porque a proposta foi chumbada e aparece na ata como tendo sido aprovada, questão e erro que pedi a alteração na reunião em que foi votada essa ata. -----

O Senhor Deputado tem razão numa coisa: a ata ainda não foi corrigida e isto é gravíssimo. Nessa reunião, o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro disseram que, “se vai haver revisão do Regimento, já tem que reunir a conferência de líderes, não é preciso a constituição de uma comissão. Foi uma justificação que me deram da qual discordo plenamente.

Não sei sequer se foi à votação, mas não foi aprovada com toda a minha certeza. Fica desde já a autorização para ser enviado, se alguém requerer ou mesmo se não requererem, esse meu pedido de correção. -----

Relativamente às questões que foram aqui levantadas, a proposta que vem da eleição como lista vem de uma recomendação e de um documento (regimento tipo) da Associação Nacional das Assembleias Municipais. Acho, com franqueza, que simplifica o processo. O PSD defende completamente que a substituição seja efetuada por nomeação pelo líder do grupo municipal em

causa porque aquilo que acontece hoje é ilegal, isto é, não está aqui o senhor ou a senhora secretária e pergunta-se se alguém se opõe. Há *n* de pareceres sobre isto que posso enviar. Está previsto que, se estiver no Regimento, não é uma eleição. É indicado pelo próprio grupo. Ou seja, quando elegemos a lista já sabemos que a substituição se efetuará assim. -----

Esclarecer que, da parte do Grupo Municipal do PSD, isto é obviamente uma revisão que segue a grande maioria das recomendações que vieram da Associação Nacional das Assembleias Municipais, dos técnicos especialistas e de professores universitários da área, mas que não deixa de ser, em alguma medida, quase um projeto-piloto em algumas matérias. -----

Da parte do Grupo Municipal do PSD, fica a total disponibilidade para aquilo que acharem, no decorrer da aplicação do Regimento, que funcione menos bem, a revermo-lo. A democracia não é imutável e deve ser alterada. Aliás, acho que isso se reflete na discussão que foi tida aqui hoje. ---

Dizer também que, sobre o Período de Intervenção do Público, subscrevo que foi uma proposta muito vincada pelo PCP desde o início haver estes dois momentos de intervenção do público. Eu próprio, nessas reuniões, defendi só um e consta aqui dois, outra proposta que foi feita, nomeadamente pelo Senhor Dr. Fernando Pinheiro (que discordei), que agora está aqui. -----

Clarificar que o PS tem atualmente 51,2% do tempo, perde quase 10 pontos percentuais e a Oposição ganha quase 20 pontos percentuais. São contas com factos. -----

Uma questão que o Senhor Deputado Marco Gabriel levantou que, de facto, faz muito sentido é obviamente a questão da associação ou não dos Presidente de Junta aos Grupos Municipais. Acho que, com o debate entre grupos, com sessões temáticas, com os direitos que os grupos têm, há incentivos. Houve quase unanimidade constante nas várias reuniões em aumentar os direitos dos grupos em detrimento dos outros, mas isso não foi feito. Foi uma escolha depois tomada de não retirar direitos aos Senhores Presidentes de Junta. Mas estava praticamente consensualizado entre todas as bancadas, e incluo-me nisto com toda a frontalidade e humildade. Acabou por não ser feito e acho que bem. -----

Outra questão é o modelo. Isto é um “parlamento”. “Parlamento” vem de “parlar”, de falar. Ou seja, irmos todos ali ler um documento pré feito sem resposta, sem haver debate, não é um “parlamento”. Portanto, esta questão de haver mais do que uma ronda de intervenções, de nos ser dada uma resposta que não mencione as perguntas que foram feitas, de podermos encontrar argumentário e de lembrar que não responderam, de podermos avançar e falar daqui, é um aumento, creio eu, de qualidade do debate. -----

Convém lembrar que, às vezes, para criticar coisas é preciso lê-las e lembro que há um mês e meio foi enviada esta proposta de Regimento a todos os membros desta Assembleia. Não recebemos um único contributo. Ao contrário das propostas da Câmara que nos são impostas (vêm aprovadas do executivo e não podem ser alteradas), esta proposta está aberta até ao momento da votação. -----

Vir aqui falar de boca cheia sem propor é complicado. Houve um Grupo Municipal que não fez proposta de alteração do Regimento. Depois descobri que enviou mais tarde (o PSD não recebeu porque foi enviado para todos os grupos menos para o PSD). Todos receberam. Ninguém levantou problemas e agora vir aqui dizer isto é complicado porque eu sou o primeiro a criticar o Senhor

Presidente da Câmara quando não dá execução àquilo que o PSD pede, mas vêm aqui pedir alterações quando não as fizeram há mais de um mês acho que não é eticamente honesto. -----

Sobre o trabalho, tenho apenas uma resposta: o trabalho não é vir aqui dissertar e votar faladura. É apresentar realmente propostas. Quem mencionou hoje que deve ser recompensado quem trabalha, apresentou zero propostas, zero soluções. O PAOD ter um período específico para apresentação de propostas obriga: 1 – a que o trabalho seja efetivado e aplicado; 2 – a que a Assembleia se pronuncie, que diga o que queira e que haja debate. -----

Para terminar e relativamente às comissões, foi consensualizado há muito tempo nas reuniões o que está agora plasmado na proposta de Regimento, que discordo. Não é nenhuma restrição à liberdade, nem é nenhuma obrigação: se o PCP não o quiser, não usa do tempo para apresentar propostas e trabalho, o tempo fica livre para os outros que o quiserem utilizar ou então passa e gastamos menos tempo. Mas convém lembrar que quando se diz que o tempo não é um problema nesta Assembleia, estamos a dar uma opinião pessoal porque a primeira questão a ser discutida na Comissão do mandato anterior e neste foi um problema identificado por todos, como consensual: o tempo que aqui estamos. Toda a gente assumiu isto.” -----

--- Foi feita uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal pelo Membro Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** na qual informou quatro alterações feitas ao documento: ----

- n.º 2 do artigo 18.º - deve ler-se *“Ao Deputado Municipal que seja diretamente eleito à Assembleia Municipal e único representante de um partido, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores é atribuído o direito de formar Grupo Municipal de apenas um elemento”*; -----
- Eliminado o n.º 6 do artigo 65.º por ser um lapso e não ter correspondência no restante Regimento; -----
- No artigo que diz respeito à transmissão online das sessões das assembleias municipais, onde diz que as sessões *“podem ser transmitidas por via eletrónica”* deve ler-se *“devem ser transmitidas”*; -----
- Correção do erro ortográfico no ponto 1 do artigo 42.º.” -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, com as correções propostas durante a sessão**, foi **aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD e os todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias, à exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra), 05 votos contra (CDS-PP e CDU – PCP/PEV) e 02 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força e Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)), cuja versão final se encontra anexa à presente ata e dela faz parte integrante, ficando revogado o Regimento aprovado em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 07 de julho de 2014.** --

**Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo).** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS votou contra esta proposta de Regimento por entender que é uma versão pior daquela que existia e não vai ao encontro do que é essencial no que diz respeito ao respeito pela Oposição e, por muito que digam que se salvaguarda o Direito de Oposição, fico sempre muito preocupado quando, quem tem a maioria, se preocupa muito e diz que a Oposição está melhor assim. -----

Quanto à questão da participação e dos contributos, a versão que tenho sobre essa matéria é que, de facto, todas as propostas foram enviadas atempadamente e ficámos à espera que fossem incluídas no Regimento. Até hoje, não chegou esse email. -----

De qualquer maneira e politicamente, ficámos a saber, ao contrário do último Regimento, que este Regimento não é aprovado por unanimidade e, portanto, é aprovado aqui como uma aliança que me faz lembrar a triste história do *tutti frutti* que acontece em Lisboa. -----

Ficamos à espera que seja aplicado como deve de ser este Regimento.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Votámos contra pelas razões que foram indicadas por mim e pelo Pedro Manquinho, que estive na Comissão. -----

Dizer que a única proposta que o nosso representante da Comissão poderia fazer ou que nós poderíamos fazer depois de recebermos a proposta era a eliminação desta engenharia dos tempos. -----

A maioria constituída pelos eleitos do PSD e do PS estava determinada nos tempos. Desde o início que se colocou a questão: “vamos melhorar o Regimento; vamos introduzir elementos que melhorem o funcionamento; ...” Mas os tempos... determinar... cronometrar... é sempre limitador.

A maioria impõe a favor da minoria. Mas a verdade é que a minoria não reconhece esse favor da maioria. Portanto, há alguma coisa que deve estar aqui errada e que deveria fazer pensar à tal maioria com o seu espírito e o seu voluntariado de prestar este favor à minoria. Vamos verificar com o tempo se, de facto, aquilo que é o benefício tão propalado se verifica ou não no funcionamento futuro da Assembleia.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Abstive-me. O Regimento é efetivamente melhorado. Há questões que vínhamos falando há muito tempo, nomeadamente a questão da pergunta/resposta, a intervenção do público,... Isso pode ser, de facto, uma melhoria. -----

Acho que se avançou demais na questão da eleição do Presidente da Mesa como aqui tive a oportunidade de explicar que poderia ter ficado em aberto e de não estarmos a decidir pelos futuros eleitos. Amputou um bocadinho as competências da Assembleia Municipal. -----

Relativamente aos tempos, vamos esperar pela benevolência do Senhor Presidente e que nada fique por dizer por causa dos cronómetros ou das tabelas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Naturalmente o Grupo Municipal do PSD vota a favor desta proposta, mas é um voto ao qual pedimos que esteja associado a um agradecimento muito grande a três matérias: à posição pela abertura que teve (não total), mas também não tivemos abertura total para ceder em tudo; ao Dr. Fernando Pinheiro, à Dra. Joana Petrucci e aos Grupos Municipais que representam que, não subscrevendo a proposta, apresentaram contributos muito bons e que estão espelhados nesta proposta; e, não gostando obviamente de ouvir algumas coisas, merece ser sempre elogiada a coerência que o Partido Comunista tem do início ao fim e reconheceu alguns avanços no Regimento, discorda dos tempos como sempre discordou, mas acho que não desvaloriza o grande trabalho que aqui está e de algumas das inovações. -----

E, porque não fujo nunca a nenhuma adjetivação, esta bancada do PSD rejeita qualquer associação a práticas alegadamente ilegais de conluio, muito menos com o PS, que tenham sido aqui insinuadas de alguma forma.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Quero, em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista, justificar este voto favorável a este Regimento porque, em complemento àquilo que já foi dito, é um Regimento que melhora a qualidade da nossa democracia, o funcionamento deste órgão, que abre espaços e melhora a condição de participação dos eleitos e dos eleitores, que aproxima os órgãos à população: isso é positivo. -----

É também um Regimento que introduz algum equilíbrio e que retira tempo à posição para o dar à oposição: também isso é positivo. -----

Também é positivo que aqueles que aqui estão eleitos disponham de um tempo proporcional e adequado àquilo que foi o seu peso eleitoral e o peso que os Covilhanenses lhes atribuíram. -----

Estou convencido que este Regimento vai melhorar as condições de funcionamento do nosso órgão; mas vai representar também, para todos nós, um desafio na adaptação e na sua execução. Espero que ele produza resultados, que a condução e o resultado dos trabalhos que aqui desenvolvemos sejam melhorados com este Regimento. -----

Quero terminar, em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista, a felicitar, saudar e agradecer a todos os intervenientes na construção deste Regimento, independentemente do seu sentido de voto, nomeadamente aos Senhores Deputados Hugo Ferrinho Lopes, João Flores Casteleiro, Joana Petrucci, Fernando Pinheiro e Pedro Manquinho, que tiveram contributos positivos e bem-intencionados no sentido de cada um defender aquilo que acredita e melhorar a qualidade deste documento.” -----

### 3.2 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.16)**

*Exmo. Sr. Presidente de Câmara, o documento da Informação Escrita reflete a atividade do município nos diversos setores da sua governação. Nas atividades promovidas/realizadas pelo Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, não encontramos referência à festa de rua do "Pâmpano" na Boidobra promovida pelo Agrupamento de Escuteiros 1222, nem referência às comemorações da elevação da Boidobra a vila, assim como à "Feira da Cereja" no Ferro e "Feira da Chavelha em Peraboa", é nosso entendimento que tais eventos são merecedores de promoção e divulgação pelo Município. -----*

*Continuamos a entender que a atividade cultural do município é muito redutora e muito já foi dito e sugerido pelo PSD sobre o Teatro Municipal e a sua gestão. -----*

*Na Divisão de Desporto e Associativismo queremos aqui parabenizar o Município pelo evento "Covilhã Desportiva". -----*

*No Associativismo quero aqui realçar o edifício do Conservatório Regional de Música, localizado na Rua Nuno Álvares Pereira, que finalmente foi entregue às instituições que tanto careciam de um espaço para aí exercerem as suas atividades. -----*

*No âmbito da Ação Social e com a transferência de competências desta matéria para os órgãos municipais, é visível o aumento dos processos de pedido de Rendimento de Inserção Social, fruto não só da conjuntura económica Internacional e Nacional, mas também por más políticas levadas a cabo neste âmbito pelo Governo da República Portuguesa. -----*

*A informação financeira continua a ser genérica e efetivamente pouco informa, continua a não ter qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidas pela lei. -----*

*A informação escrita que aqui estamos a analisar, não tem nada sobre o Programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, assim como não é referido qualquer trabalho no âmbito da preparação da época dos incêndios para 2023." -----*

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com



as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.17)** -----

“Temos os registo de: -----

um conjunto de despachos de delegação de competências; -----

da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura; -----

do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas; -----

de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo; -----

da atividade da Divisão da Ação Social e Saúde -----

O Gabinete de Promoção Turística desaparece, acompanhando a Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento e incluem, finalmente a Divisão de Desporto e Associativismo. -----

Esperava alguma informação sobre a Piscina dos Penedos Altos encerrada ou sobre a nova Piscina Municipal e Pavilhão Multiusos a construir ou não, junto ao complexo desportivo, e como se vão enquadrar estes equipamentos com terrenos cedidos a uma imobiliária para a construção do hospital privado da CUF. -----

Talvez o Sr Presidente com uma planta de localização dos equipamentos, de acordo com o Plano aprovado para o Complexo Desportivo da Covilhã nos possa explicar como tudo isto se compagina e porque quer financiar uma imobiliária em milhões de euros, valor dos 25 mil m2 que pretende ceder. -----

Quais as intervenções que estão em curso e procedimentos concursais, nomeadamente das obras anunciadas em Abril, financiadas com o saldo do ano anterior. -----

Pode o Sr Presidente da Câmara, com a listagem lida na última Assembleia Municipal, informar do grau de execução de cada uma delas? -----

Bom, hoje temos informação das empresas do perímetro municipal, apesar de diluído nos mapas da chamada consolidação. -----

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM, de acordo com a Lei. -----

O que continua a não acontecer. -----

Para além das questões atrás referidas volto a colocar as questões que não foram respondidas na sessão da AM de Abril. -----

– Se o Hostel no denominado Ananda Valley, na União de Freguesias de Casegas e Ourondo, se encontra devidamente licenciado, pelas entidades competentes, nomeadamente a APA, quando se trata de reserva ecológica e talvez em zona de cheia. -----

– Falando com mineiros que transitam à noite na estrada Ourondo – Parada – EM 512, eles continuam a referir o perigo pela ausência de um piso adequado e ausência de sinalização horizontal e vertical. -----

O sentimento de falta de segurança é muito elevado pelo perigo e possibilidade de se ir pela

*encosta abaixo até ao Rio Zêzere. -----*

*– Qual a solução proposta pela Câmara Municipal e seus serviços para os candeeiros com globos situados no Paul que se encontram inativos há mais de dez anos, a degradar-se, e que dificultam a mobilidade das pessoas? A Assembleia de Freguesia já colocou a questão à Câmara Municipal e a Câmara Municipal não deu qualquer resposta. -----*

*– Para quando a reabertura dos sanitários na cidade ou a colocação de outros, mais modernos, no espaço público? -----*

*– No Tortosendo, na área dos transportes, foi salvaguardado no Plano de Mobilidade, a extensão dos transportes urbanos e respetivos passes e bilhetes à zona dos Matorais de Cima? -----*

*– Questionar, ainda, o Sr Presidente, quanto ao material circulante nos transportes inter urbanos no Concelho da Covilhã, nomeadamente na zona sul do concelho. -----*

*Têm sido vários adultos e jovens transportados para as escolas da cidade que falam na falta de condições dos autocarros. -----*

*Quem tem o dever de fiscalizar a qualidade do material circulante? -----*

*Quem tem o dever de verificar se os mesmos têm o conforto mínimo para transportar pessoas? ---*

*Quem pode intervir junto da empresa? -----*

*– Para quando a circular à Covilhã ou uma outra via de acesso à Serra alternativa à atual passagem pela Rua Ruy Faleiro? -----*

**- Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Já foi aqui referenciado, no Período do Antes da Ordem do Dia, o Torneio Interfreguesias e não quero deixar passar a oportunidade de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Erada pela vitória nos séniores (que estou certo que muito contou com a presença de alguns tortosendenses nessa equipa); ao do Dominguiço nos sub-17; e deixar aqui patente que a Câmara Municipal também pretendia fazer o torneio interfreguesias em futsal feminino... Só houve uma equipa: foi a equipa do Tortosendo. Quero elogiar o facto de jovens femininas do Tortosendo estarem dispostas a participar nesse torneio e saudar o Senhor Vereador com o Pelouro do Desporto José Miguel Oliveira por essa iniciativa. -----

Marchas Populares – Ainda bem e em boa hora a Câmara Municipal da Covilhã abriu a possibilidade da participação das juntas de freguesia. Em 2022 participámos; em 2023 tivemos outra Freguesia: a do Teixoso e Sarzedo. Foi um evento fantástico. Esperamos que em 2024 nos voltem a considerar nesta participação e também aqui o Senhor Presidente está de parabéns pelo facto de dar continuidade a esta atividade, mas também o Senhor Vereador José Miguel que, sem ter de desfilar, não deixa de merecer o nosso elogio e o nosso aplauso. -----

GNR do Tortosendo – Volto a agradecer o facto de ter sido dado um passo importante e agradecer àqueles que estiveram sempre ao nosso lado e que estarão ao lado da Câmara Municipal para que essa obra comece tão depressa quanto possível. Agradecer à Junta de Freguesia do Dominguiço e à União de Freguesias do Peso e Vales do Rio porque, sabendo das condições em que está o atual

posto da GNR, não deixamos de a investir para dar e continuar a dar melhores condições aos militares, como foi a da instalação de dois contentores que a Câmara Municipal levou por diante.

Parques Infantis – O Senhor Presidente referiu aqui que havia o lote 1 e o lote 2. Frisar aqui que não se pense que há freguesias de primeira e freguesias de segunda. O Tortosendo aparece no lote 2 porque assim foi acordado com a Câmara Municipal da Covilhã. -----

Senhor Presidente, tivemos aqui crianças da EB 1 da Feira. É um parque que não está nesse lote porque não pertence à Freguesia. Solicitava aqui uma intervenção nesse parque infantil porque, efetivamente, não está em condições e é uma forma de satisfazer as crianças que aqui estiveram nesta Assembleia Municipal. -----

Não ouvi hoje aqui falar das portagens na A23 e na A25. A Junta de Freguesia tem estado ao lado da Plataforma Pela Reposição das SCUT's na A23 e na A25 e queria aqui frisar que vi com agrado a presença do Senhor Vereador Pedro Farromba em Lisboa ao lado desta Plataforma e também foi com enorme satisfação que ouvi o Senhor Presidente da Câmara assumir a sua posição no passado fim-de-semana no que diz respeito a esta reposição das SCUT's na A23 e na A25. -----

No Tortosendo, as Assembleias de Freguesia têm mudado de local. Temos ido a diversos bairros. O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia do Tortosendo convocou para hoje uma Assembleia que vai decorrer no Bairro do Belo Zêzere. Uma situação que temos vindo aqui falar é a questão do asfaltamento do piso do Belo Zêzere e perguntava se há alguma novidade, porque estou certo que hoje os moradores desse bairro irão colocar essa questão à Junta de Freguesia do Tortosendo. -----

Por último, decorreu a discussão pública da 4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã. O prazo de reclamações terminou no dia 13 de junho. Há situações na nossa Freguesia que julgamos que não estão e não vão ao encontro daquilo que é a realidade e a necessidade da nossa Freguesia. A nossa Freguesia perde imensa área urbana. Sabemos que foram apresentadas diversas reclamações por Tortosendenses que aí têm situações na qual seriam penalizados e venho solicitar que a Câmara Municipal seja mais uma força e que junto da CCDR se faça ouvir e que sejam ultrapassadas essas questões que prejudicam e que em nada têm a ver com a realidade e com a forma que a CCDR vê a questão da urbanização desses terrenos.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Perguntar ao Senhor Presidente da Câmara como está a situação referente às extensões de saúde que tinham contrato antes com a ARS e que entretanto foram passadas para o domínio da Câmara Municipal. Há contratos de arrendamento que não estão a ser respeitados porque os pagamentos deviam estar efetuados a tempo e horas até dia 8 de cada mês e as rendas estão atrasadas desde março. -----

Saber como está a situação, dado que não nos foi comunicado qualquer motivo para as rendas não serem pagas. -----

Em relação ao edifício da EB 1 de Vales do Rio, sabemos que tinha sido objeto de candidatura e que depois não foi aprovada. Entretanto, quando chove continua a cair água dentro das salas de aula. Já reportamos várias vezes essa situação à Câmara Municipal. A própria Junta de Freguesia fez uma intervenção no exterior para resolver também alguns problemas no piso, sendo a Junta a

suportar a despesa. Mas, no entanto, para este tipo de investimento (cerca de 60 mil euros) não temos capacidade financeira para o fazer pelo que esperamos que não iniciem outra vez as aulas em setembro sem este assunto ser resolvido de vez – substituição do telhado.” -----

Relembrou que foi uma das escolas sinalizadas para ser fechada, o que não chegou a acontecer. “Atualmente, temos mais uma sala (duas salas a funcionar) e temos o triplo dos alunos que tínhamos naquela altura. Portanto, esperemos que não seja posta de lado e que seja resolvida muito brevemente esta situação. -----

A Rua dos Olivais é uma rua também que temos comunicado à Câmara Municipal. Já se deslocou lá um técnico. Continuamos com o problema de desmoronamento, ficando cada vez mais perigoso, pelo que pedimos uma intervenção rápida (ficar só com um sentido ou criar um talude próprio para suportar a rua) porque no próximo Inverno vamos ter problemas. -----

Parques Infantis – Combinámos com o Senhor Presidente que em setembro iremos ter o parque. Somos a única freguesia que não tem parque infantil no Peso. O único é na Escola e, como sabem, no fim-de-semana as escolas estão fechadas.” -----

- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Fazer um reparo, duas recomendações e um pedido. -----

O reparo vem no sentido de o CDS-PP ter alertado já para a necessidade de melhorar o documento e introduzir questões que não se refletiam no mesmo. Isto no que tem a ver com a informação escrita do Senhor Presidente e falo especificamente para alertar que este documento não reflete, uma vez mais, a informação sobre os processos e reclamações pendentes. Isso já não acontece há algumas sessões e gostaríamos de saber o porquê e quando é que esta situação será sanada. -----

Por outro lado, fazer aqui duas recomendações: -----

- 1 - Feira de São Tiago – no entender do CDS, esperamos claramente que as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, na abertura da última Feira, tenham consequências e sejam verdade. Queremos que esta Feira seja, de facto, um êxito, que não sejam só espetáculos musicais e que, de facto, se consiga dar aqui o pontapé de saída para a mudança tão necessária que foi prometida; -----
- 2 - Coordenação de espetáculos da Autarquia e das Freguesias – chamando mais uma vez a atenção para a necessidade de não agendar espetáculos que coincidam com festas já conhecidas nas freguesias, nomeadamente quando estas se situam a 2 ou 3 quilómetros da festa em que a própria Autarquia também realiza. É uma questão de respeito e acho que as freguesias também merecem esse respeito. -----

Por último, porque se tem falado aqui também em Turismo e às vezes por alguma falta de compreensão que possa haver da nossa parte, pedia ao Senhor Presidente da Câmara o favor de nos remeter o Plano Municipal de Turismo, se é que ele existe, para termos também conhecimento porque, às vezes, também nos dá aqui uma ideia de que não sabemos muito bem o que é que é feito nesta matéria e, portanto, seria de grande utilidade para o Concelho e para os Covilhanenses termos acesso a essa documentação.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Penso que seria enriquecedor que o documento que nos surge fosse um documento cada vez mais coeso, isto é, em vez de se limitar se calhar a juntar vários textos (que depois acabam por não ter muita consistência entre os mesmos, até mesmo no que diz respeito à formatação e à paginação, parecendo um bocado incoerente), penso que se conseguia reforçar tudo aquilo que se propõe naturalmente discutir, colocar em causa e a própria imagem do Senhor Presidente também, penso eu. -----

Permitiria uma análise diferente e uma revisão que evitaria, muitas vezes, frases sem sentido.” ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Adaptando já o novo Regimento que foi aprovado, o CDS pode ser criticado de muita coisa, mas nunca foi criticado por não cumprir as normas democráticas e as regras em vigor, tanto que votou contra a Constituição da República Portuguesa e depois lhe vieram a dar razão passados muitos anos quando tiveram de tirar o caminho para o Socialismo, mas lá teve que ser corrigido. Mas vou tentar cumprir já a “lei da rolha” e ser esquemático nesta medida. -----

Três questões em que não há uma única palavra sobre o assunto, que são três questões essenciais para a vida do Concelho: -----

- 1.<sup>a</sup> Proteção Civil – estamos a 26 de junho de 2023, basicamente já na época de incêndios, época preocupante que todos os anos vivemos, e nem uma palavra sobre o que é que foi feito nesta Câmara desde a última Assembleia. É preocupante. -----  
Espero que o Senhor Presidente nos venha tranquilizar, nomeadamente depois da última entrevista do Senhor Comandante dos Bombeiros; -----
- 2.<sup>a</sup> Planificação para o ano que vem – estamos a 26 de junho de 2023 e nem uma palavra sobre o ano escolar e a sua preparação. Todos sabemos que os protocolos são feitos *a posteriori* e que andamos aqui todos a inventar todos os anos, nada muda, nada se faz diferente, nada se prevê, continuamos a não saber no que se pode contar. -----  
Falou-se há bocado na questão da mobilidade e dos passes escolares, que é uma grande vitória proposta pela oposição insistentemente, mas o que dizer aos estudantes deste Concelho e aos universitários quando entram num autocarro e dizem “peço desculpa, acabou o ano escolar e a partir de agora tem que pagar”. O que dizer? O que responder? -  
Acho que é demasiado preocupante; -----
- 3.<sup>a</sup> Água e seca – temos a sorte de termos uma barragem que enche com dois dias de chuva. A verdade é que isso não resolve o problema da seca dos agricultores, do abastecimento de água a diversas povoações (não só do nosso Concelho) e nesta Câmara continua o silêncio. Continua a não haver sequer um plano de prevenção ou um plano de poupança de água em época estival. -----  
Estamos em seca extrema. Não é um problema da Covilhã. É um problema nacional, europeu e mundial. E continuamos a achar que, porque chove dois dias e a nossa barragem enche, somos o umbigo do mundo e que não precisamos dos concelhos dos outros, nem

precisamos de prevenir para os outros. Continuamos a não ter absolutamente nada sobre a água na informação escrita, para além que não cumpre outras questões, como já foi aqui dito.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, felicitou a Assembleia “por ter feito uma mudança que espero e faço votos que seja para melhor, para o bem do bom funcionamento da democracia nesta nossa “casa”. Que sejamos mais interativos e que haja mais dialética e mais debate. A maneira como está estruturada vai obrigar, quem quer intervir, a trabalhar. Este Regimento obriga, e bem, a quem quiser intervir com seriedade política e com profundo conhecimento de causa e de boa-fé - não obstante as nossas diferenças, que são muito saudáveis -, a trabalhar (a começar por mim) para aperfeiçoar, melhorar e contribuir para que a nossa vida democrática nesta “casa” seja cada vez mais profícua. Somos os representantes do Povo Covilhanense e, portanto, é para servir o Povo que aqui estamos.” -----

Associou-se ao Voto apresentado nesta Assembleia Municipal ao Membro Municipal Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes pelo facto de ter sido eleito Provedor do Estudante, referindo que “é um cargo da maior relevância e importância. Tenho a certeza que ele está perfeita e profundamente capacitado para o exercício do mesmo e quero desejar-lhe as maiores venturas a bem dos nossos estudantes.” -----

De seguida, passou a responder às questões colocadas. -----

Começou por “concordar com o Senhor Deputado Luís Rodrigues relativamente à promoção das iniciativas. Quanto mais e melhor se promoverem, tanto melhor para todos: para as nossas povoações, agremiações, ... Todos nós valorizamos muito o nosso movimento associativo e temos, de facto, que os ajudar (Juntas de Freguesia, grupos de cidadãos, associações, ...). Todos merecem a nossa atenção. -----

Eu sei que o problema da informação escrita é um problema transversal e não é pacífico. Por mais exaustiva que ela seja (e nunca o será), haverá sempre motivo de insatisfação dos senhores deputados. Acho que a melhor informação que pode ser prestada é aquela que é dada aqui de viva voz pelo Presidente da Câmara relativamente às questões que me são colocadas e, com o novo Regimento ainda mais exigente nesse sentido, esforçar-me-ei ainda mais para ir ao encontro das questões que me colocam e que querem ver esclarecidas. -----

Relativamente às piscinas, as piscinas cobertas dos Penedos Altos vão ser objeto de intervenção. São piscinas muito antigas que, ao longo dos anos, tiveram as possíveis intervenções de manutenção e de preservação. Mas não foram construídas para serem cobertas. Fez-se um esforço para dotar a cidade de piscinas cobertas, mas as infraestruturas que elas comportam não aguentam sempre. Há ali problemas estruturais e de funcionamento que impõem um trabalho mais aturado para que quem as utilize, as utilize da forma mais cómoda e mais segura. -----

O nosso desejo, que gostaria de ver concretizado (dificilmente neste mandato), era que elas voltassem a ser descobertas. A população dos Penedos Altos voltaria a ter ali um espaço extraordinário, muito bonito e com uma paisagem fantástica para as utilizarem com essa finalidade; e a cidade ficava com mais uma piscina descoberta para o efeito. No entanto, isso

pressupõe a existência de outras, o que implica outras infraestruturas, designadamente a existência do multiusos sobre o qual todos estamos de acordo. -----

A anunciada construção do Hospital da CUF em nada colide com a construção do pavilhão multiusos porque ele vai ser situado em pleno Complexo Desportivo e não extravasa o âmbito do próprio Complexo Desportivo (localizado no campo pelado). -----

O empreendimento denominado “Ananda Valley”, segundo as informações que me foram dadas, está legalizado. -----

Plano de Revitalização da Serra da Estrela/Proteção Civil – Já estamos em plena fase Charlie. Estão todos preocupados, como eu estou, sobre aquilo que está a ser feito. Repito aqui mais uma vez: para cumprirmos a Lei para que as regras sejam respeitadas, os concursos públicos atinentes às ações de estabilização, manutenção, desobstrução, ... levaram o seu tempo e estão a decorrer – umas já concretizadas e outras em fase de conclusão. Vislumbrava-se, no início, a possibilidade de se poderem realizar adjudicações sem vistos, sem o cumprimento das formalidades legais, mas tal não foi possível porque nem o Governo da República, nem quem o superentende o permitiu. Vivemos em tempos em que todos desconfiam de todos e há que conferir cada vez mais transparência à vida pública e cumprir regras, desde logo, aquelas que têm a ver com os prazos para concursos, para que todos possam concorrer às obras que são postas a concurso. No que nos diz respeito, Câmara Municipal da Covilhã, estamos a cumprir escrupulosamente. Está marcada para a próxima sexta-feira uma reunião com vários governantes e com os presidentes de câmara do Parque Natural da Serra da Estrela (municípios que foram afetados pelos incêndios do passado Verão). -----

O Plano de Revitalização obviamente que não está concretizado. Está em curso. Há ações que estão a ser implementadas: umas por nós, porque foram contratualizadas, tendo esse Plano como “chapéu”; e outras que são mais na perspetiva do futuro, e recorro aqui as palavras do Senhor Ministro do Ambiente, numa das primeiras reuniões que tivemos na sequência dos incêndios, que referiu que grande parte das medidas que visam revitalizar a Serra da Estrela levarão mais de 10 anos a fazer. Portanto, que ninguém queira fazer coisas que não são possíveis fazerem-se em meses ou num ano ou em dois anos. Há, efetivamente, coisas que deviam ser mais rápidas. Não o são por obediência aos princípios da legalidade e da transparência e, portanto, só temos que cumprir as regras, como diziam a propósito do Quartel do Tortosendo e dos *timings* em que o Senhor Ministro foi clarinho naquilo que disse: o concurso, porque é um concurso internacional, leva no mínimo 6, 8 ou 9 meses e tudo tem que ser escrutinado, visado e obter as respetivas autorizações para que as obras avancem. -----

E porque estou a falar no Quartel, no âmbito daquela cerimónia que tivemos na semana passada relativamente à celebração do contrato interadministrativo - e sei que há sempre cétricos e pessoas que sempre duvidam -, a verdade é que foi assinado com uma verba específica e foi logo ali, na presença de todos, homologado pelo Senhor Ministro. Neste momento, a Câmara Municipal é dona da obra e os serviços da Câmara Municipal da Covilhã vão acelerar dentro daquilo que é possível, porque não é a única obra que temos em curso felizmente, para termos a satisfação de ver satisfeitos os nossos concidadãos. -----

Sabemos que temos quase 1 milhão e 600 mil euros e faço votos que não venha a acontecer que o dinheiro não seja suficiente. Mas imaginem que é preciso mais 50, 100 ou 150 mil euros. A obra não vai deixar de ser feita, porque o Município colocará o diferencial. Fiquem tranquilos relativamente a isso. -----

Alertei o Senhor Ministro para essa realidade (que, quando foi feito o orçamento, ainda não havia inflação), mas se andássemos aqui com reivindicações não saíamos disto e nunca mais havia quartel. Não há de ser por falta de participação e de ação por parte da Câmara que a obra deixará de se concretizar. Doámos o terreno e a via de comunicação que há de servir o acesso para segurança deste quartel; e a obra realizar-se-á. -----

Nos próximos tempos, estaremos em condições de assinar também os contratos interadministrativos do Paul e de Unhais da Serra. -----

Estamos a falar de realidades diferentes: o Tortosendo irá ter um quartel que não se confunde com um posto. O quartel serve designadamente todo o Sul do Concelho e depois os postos, quer o de Unhais quer o do Paul, completam a ação do quartel do Tortosendo. -----

Sanitários – Um velho problema. O meu desejo e a minha vontade é que tenhamos bons sanitários. Acreditem que não temos regateado esforços no sentido de encontrar boas soluções para aquele equipamento moderno que conhecem que é o de colocar uma moedinha, aquilo autolimpa-se e o utilizador seguinte entra lá e está à vontade para utilizar esse mesmo equipamento. Uns funcionam num regime jurídico que não é muito favorável ao Município e outros têm um problema que é o do escoamento. Se é fácil nalguns sítios, noutros é mais difícil escoar as águas residuais que dali saem. -----

Aqui na região, não existem outras cidades que tenham equipamento idêntico. Se existissem, era uma sorte para nós e teríamos mais facilidade em obter esses equipamentos porque quem vinha limpar e recolher os depósitos naqueles sítios onde não é possível fazer ligação à rede, fazia a limpeza generalizada. Para a Covilhã, torna-se difícil e muito oneroso. -----

Estamos a tentar encontrar uma solução intermédia. Custa-me muito e não me agrada, e muito menos agrada quer aos nossos concidadãos, que utilizam todos os dias as ruas e os sítios mais críticos da nossa cidade, nem para quem nos visita, que alguns sítios estejam menos limpos no que diz respeito a essas questões. Desejo que encontremos rapidamente a melhor solução. -----

Circular à Covilhã – É um velho problema que temos. É um problema que tem décadas, mas temos que arranjar uma solução. A solução ideal é muito cara. O dinheiro para construir uma circular à Covilhã daria para requalificar três vezes o nosso território naquilo que diz respeito a infraestruturas rodoviárias. Temos uma solução provisória que já aqui anunciei que é a de aqui na Rua Rui Faleiro colocar um semáforo que condicione o cruzamento de veículos pesados entre si na zona mais estreita. É uma zona onde não vamos demolir o Banco de Portugal, nem os edifícios adjacentes, nem retirar os passeios. O Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento está a trabalhar nessa solução. -----

Como sabem, também adquirimos a Farcentro. Exercemos o direito de preferência e o terreno adjacente poderá vir também a facilitar esta solução ou a construção de uma solução alternativa que passe pelo alargamento da via naquela zona. -----



Feira de São Tiago – O desejável, de facto, é que o paradigma forçosamente tem que mudar. Esta Feira tem mais de 600 anos. É bonita, é prazenteira, ocorre numa altura muito interessante do ano e têm razão quando dizem que não bastam ou não chegam os espetáculos. Concordo plenamente. Por mais atrativos e por mais interessantes que sejam os artistas que cá venham, ela precisa de ter algo mais. Já pedi ao Senhor Vereador José Miguel Oliveira que faça um concurso de ideias, arranje uma equipa, peça ajuda, vá a outros municípios onde haja boas práticas nesse domínio para construirmos uma solução alternativa. Praticamente, não será necessário mexer nas infraestruturas existentes se optarmos que seja ali e acho que deve de ser. -----

Multiusos – O projeto está a ser alvo da nossa atenção e é fundamental que esse projeto venha, na prática, materializar um velho sonho que temos. A cidade da Covilhã, a sua posição estratégica, a existência de uma Universidade com a importância como aquela que temos, a força e a pujança do movimento associativo merecem um pavilhão onde milhares de pessoas possam assistir comodamente e de forma segura a espetáculos e a eventos desportivos. -----

Não posso dizer quando é que a obra vai ser começada. Estamos a trabalhar no projeto. O projeto é importante porque fazer coisas à pressa, só com a finalidade de dizer que o temos, nunca é boa ideia. O importante é que maturem as soluções. Precisamos, de facto, de avançar com ele. Queria terminar o meu mandato com essa obra ou, pelo menos, com a obra lançada. -----

No que diz respeito ao estado de algumas obras que hão de nascer com parte substancial do produto do saldo do ano anterior, dizer que: -----

A 512 nos troços entre o Ourondinho e a ponte do Paul e depois entre o Paul e Casegas - está a ser aberto o procedimento de contratação. -----

A pavimentação do Bairro do Belo Zêzere está em fase de contrato de empreitada e já tem as propostas abertas e em análise. -----

O INATEL esteve enguiçado muito tempo. Como sabem, ficou deserto duas vezes. Já se aumentou o valor para o tornar mais atrativo a quem tiver capacidade e possibilidade de avançar com a sua requalificação. -----

Escola EB1 de Vales do Rio – Temos prevista uma 2.ª fase de requalificação de escolas. Far-nos-ão justiça que, desde o 25 de Abril, nunca na Covilhã houve tantas intervenções, em tantas frentes, nas escolas. Poder-me-ão dizer que não é suficiente. Verdade, não é suficiente, mas têm que reconhecer que avançámos em quase todas as frentes, daí uma 2.ª fase onde queremos incluir essa escola. -----

Se lá chove, o ano letivo não pode iniciar-se sem que, pelo menos, o telhado esteja reparado até que a intervenção de fundo seja feita. -----

Escola da Feira – Como bem sabe o Senhor Presidente da Junta, foi objeto de intervenção na nossa 1.ª fase. Levou equipamento, foi dotada daquilo que era necessário na altura, mas as escolas são frequentadas por crianças e a própria ação diária, a impetuosidade, o descuido, a brincadeira, ... leva a que as coisas também se vão deteriorando e sofrem problemas. Claro que cá estamos também atentos para as manutenções e reparações e, aliás, existem verbas que vêm do Ministério

para esse efeito. Também as escolas e as suas direções têm a disponibilidade de as utilizar para esse mesmo efeito. -----

Rua dos Olivais – Vou pedir que me vejam em que ponto está essa situação e dar-lhe a resposta possível. -----

Rendas – Estranho, porque essa competência passou para o Município e quem paga é o Município. O Município também tem que receber o dinheiro para pagar. Somos pessoas de bem e, se não estiverem pagas, vamos tratar disso de imediato. Obrigado pelo alerta porque isso, de facto, não pode acontecer. -----

Turismo – A Covilhã, dos 308 municípios de Portugal, está entre os primeiros 15 ou 20 com a maior e melhor oferta hoteleira legalizada e policêntrica (bem distribuída no território). Se é suficiente? Não. Queremos mais, queremos melhor e temos bons empreendimentos em andamento (uns em projeto, outros em fase de construção) que seguirão o respetivo rumo. -----

Se a Covilhã, depois de Évora, é o município do Interior de Portugal que mais visitas turísticas tem, por alguma razão será. É porque trabalhamos todos bem (os hoteleiros, os restaurantes, a Câmara Municipal, as associações, ...). São os miradouros, os trilhos, as rotas temáticas que estamos já a criar, que têm a ver com o nosso ADN no domínio das nossas atividades ancestrais (que vão da pastorícia ao tratamento da lã, à transumância, a um sem número de motivos que temos para isso). -----

Não é por acaso que a Covilhã foi reconhecida pela UNESCO como Cidade do Design, porque tudo isto está interligado. Tal como também o projeto da WOOL, que tem muito sucesso, não só pela capacidade organizativa da Lara e de quem a acompanha, mas por todos nós, porque a cidade é propícia a este tipo de festival. Nem todas as cidades têm características para receberem pinturas como aquelas bonitas que são feitas nas fachadas das casas do nosso centro histórico. Os constrangimentos existem sempre e, por parte da Câmara, todo o apoio que nos tem sido solicitado, temo-lo dado sempre. É uma frutuossíssima parceria com a WOOL que temos levado a efeito. É um museu a céu aberto e sei que há turistas que vêm das mais variadas partes do mundo com o único propósito de ver as bonitas pinturas murais que temos na nossa cidade. -----

Classificação das áreas urbanas e das áreas rurais – A Lei mudou. Por acaso, foi feita durante o Governo do Senhor Dr. Pedro Passos Coelho e depois o Partido Socialista regulamentou-a. Esta Lei já era para ter entrado em vigor há muito tempo. Acabaram-se os terrenos urbanizáveis. Tinha e teve muita utilidade durante muito tempo, mas hoje em dia o que se valoriza é poupar o solo, utilizar o menos possível o solo. Se esse solo estiver em reserva ecológica, reserva agrícola ou tiver outras potencialidades que não sejam a urbana deve-se evitar construir lá e deve-se dar prevalência à requalificação urbana – aquilo que estamos a fazer. O nosso centro histórico ainda não sofreu propriamente uma revolução, mas tem dado, a passos largos, alterações significativas no domínio da requalificação urbana que está a ser feita na nossa cidade. -----

Estabelecer analogias entre os resultados do solo urbano decorrente do procedimento de alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã com o PDM do Fundão é confundir a Estrada da Beira com a beira da estrada. Uma coisa é o Plano Diretor Municipal e outra coisa é um Plano de Urbanização. O PDM do Fundão é um plano de 1.ª geração do ano 2000, tal como o nosso. ----

No mandato do meu antecessor, em 2010, criou-se o Plano da Grande Covilhã. Nessa altura, aumentámos 445 hectares de área urbanizável. Ouvi “como é que a Covilhã há de crescer?! Como é que a Covilhã não pode perder população?!” Estamos a retirar terreno urbanizável e pergunto: durante estes 13 anos não estive à disponibilidade estes 445 hectares para quem queria e podia investir? Se compararmos o aumento dos 445 hectares aquando do Plano da Grande Covilhã com o nosso PDM, que é de 2000, mesmo assim ainda ficamos com um “saldo positivo” de 12 hectares. Ainda assim, ficámos a ganhar relativamente ao Plano de 2000. Não terminámos ainda esta operação porque isto tem a ver com a Grande Covilhã (Teixoso, Canhoso, Covilhã, Tortosendo). Não estamos a falar do Concelho todo ao passo do que se passa com o nosso vizinho, que é de todo o concelho. -----

Vamos ainda aumentar, nas nossas freguesias, terreno urbano. Terminado que esteja este Plano Diretor Municipal e estabilizado do PUGC, se e quando for necessário utilizar terreno que seja passível de ser urbanizável, sê-lo-á. A Câmara também é obrigada, periodicamente, a rever o PDM e o PUGC de maneira a ver se satisfazem as condições e as necessidades da nossa população. Não é estático. É dinâmico. -----

Não somos os donos desta realidade. Temos a Agência Portuguesa do Ambiente, o ICNF, a CCDR, o Ministério do Ambiente, ..., um sem número de entidades a imporem-nos limitações. -----

Outro alerta: estas entidades já reviram muitas posições que lhes fizemos ver, que eram excessivas. Mas temos outra dificuldade, porque uma coisa é um concelho plano e outra é um concelho de montanha. Somos um concelho de montanha onde preponderam linhas de água, onde existem zonas de reserva ecológica, onde a agricultura felizmente também ainda é forte, pujante e sê-lo-á (e desejamos que o seja por muitos anos), que condicionam também a expansão urbana que pretendemos. Quer-se também preservar, obviamente, a Natureza. -----

Ano Escolar – Já o começámos a preparar há muito tempo. Os senhores votaram na última Assembleia Municipal contratos que têm a ver com o fornecimento de várias coisas importantes para o funcionamento das escolas. Os senhores diretores têm autonomia nas escolas, de forma articulada e concertada com a Câmara, de o planear. Não é um trabalho exclusivo da Câmara Municipal – somos todos parceiros nesse domínio. -----

Ainda é uma novidade e ainda não temos uma prática e uma rotina acentuada no domínio das transferências de competências que vieram para nós e, por conseguinte, tudo isso leva o seu tempo. -----

Falou-se aqui no mapa judiciário, como se a AdC pudesse provocar a existência de julgamentos em Tribunal Coletivo (3 Juízes). É preciso esclarecer quem não é jurista ou quem está menos familiarizado com o funcionamento dos tribunais que os Julgados de Paz, no caso de Belmonte, só funcionam com processos até 15 mil euros. Se a AdC retirasse todas as ações que colocam em Belmonte e as colocasse no Tribunal da Covilhã não provocaria a vinda de senhores Juízes em Tribunal Coletivo a fazerem julgamentos, porque três Juízes não fazem julgamentos para questões de 15 mil euros (contratos, questões de família, questões de heranças e questões laborais que não ultrapassem nunca este valor de 15 mil euros). -----

Relembrar que quem criou esta Lei foi um Governo de coligação PSD/CDS. Também teve a sua missão histórica de cumprir algumas determinações da Troika e cumpriram-nas. Uma das exigências que a Troika fazia era que se reduzissem o número de Tribunais e que se concentrassem. Onde? Os Tribunais mais importantes, do ponto de vista das ações que lá são tratadas, que se localizassem nas ditas capitais de distrito (Lei n.º 62/2013). -----

*Altice* – Há 3 semanas atrás, o CFO da *Altice* ligou-me para confirmar algumas informações que lhe tinham dado no serviço da *Altice* relativamente aos pavilhões que faltam construir. Disse-lhe que estavam obrigados, como resulta do contrato celebrado com o meu antecessor, a cumpri-lo. Os contratos têm que ser honrados. Transmitiu-me que a *Altice* está a negociar com dois grupos económicos a venda dos edifícios, ou seja, “*vamos continuar a ter inquilinos, a frequentar, a modernizar e a investir dentro daqueles edifícios, mas vamos deixar de ser donos, muito provavelmente até ao final do mês, e que obviamente os contratos têm que ser cumpridos.*” Quem fica com a posição do outro assume também as obrigações – em Direito chamamos-lhe sub ingressar na posição de outrem. Ou seja, a obrigação de construir mais edifícios continua. O Administrador da *Altice* foi-me dizendo que viu da parte de um dos concorrentes a vontade de avançar com mais edifícios. Porquê? O que é que uma empresa, que compra este edifício, pretende? Pretende lucrar, ter mais rendimento. Quanto mais inquilinos tiver, mais ganha. -----

A *Altice* disse que mantinha a operação, que iam ali concentrar todo o armazenamento de dados (fechou o de Oeiras – Taguspak e que tudo estava a ser transferido para a Covilhã) e que a *Altice* e *MEO* iriam concentrar aqui esforços, modernizar o que cá têm e investir mais. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou a discussão do presente assunto, tendo passado ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

### **3.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA COVILHÃ**

--- Na sequência do ofício n.º 483, datado de 14 de abril de 2023 e rececionado no dia 18 de abril de 2023, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: “É preocupante o grande aumento de casos que vão chegando, essencialmente por parte das autoridades e que nos obriga realmente, cada vez mais, a uma reflexão. Sei que a prevenção está, cada vez mais, a ser feita e está, cada vez mais, na ordem do dia, mas deixar esta nota essencialmente no que diz respeito à violência doméstica, que é: -----

Começa a ser, cada vez, mais um flagelo enorme que nos é apresentado nas nossas sociedades e, se analisarmos, em 2011 havia 3 casos e em 2022 temos 129. Claro que, se calhar, agora as pessoas também - e ainda bem que assim é - já perderam a vergonha, como se costuma dizer. -----

Deixar uma palavra de apreço para a prevenção que, cada vez, mais vai sendo feita e que, cada vez mais, seja uma aposta para conseguirmos que realmente os números evoluam de uma forma diferente e venham a regredir.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: Referiu que não sabe “se esta questão está salvaguardada no Regimento que acabámos de aprovar, mas acho que era sempre importante (mesmo na informação escrita) ser feita a apresentação e depois haver as intervenções a seguir. –

Mas, de qualquer forma, acho que ainda estamos a trabalhar sob o Regimento antigo e vou fazer então a nossa apreciação. -----

*O Relatório que hoje é apresentado nesta Assembleia Municipal, está estruturado de acordo com os 7 eixos do Plano de Atividades da CPCJ da Covilhã de 2022, a saber: -----*

**Eixo 1 – Movimento Processual** -----

**Eixo 2 – Formação, proximidade e visibilidade** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas) -----

**Eixo 3 – Violência doméstica** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas) -----

**Eixo 4 – Parentalidade positiva negligência** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas, exceto: - inclusão na formação profissional promovida pelo IEPF da temática da capacitação familiar) -----

**Eixo 5 – Abandono/absentismo escolar** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas) -----

**Eixo 6 – Comportamento das crianças e jovens** (apenas não foi possível realizar “Promoção e capacitação positiva na diversão noturna e a atividade “noite da juventude sem álcool”) -----

**Eixo 7 – Comemoração de dias temáticos** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas à exceção do “Dia Mundial de Combate ao Bullying”) -----

*Não menosprezando a importantíssima atividade desenvolvida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, permitam-me tecer algumas considerações: -----*

*Relativamente aos Eixos 2 a 7, as únicas referências que temos no relatório são as de “todas as tarefas nestes eixos foram realizadas” com exceção de algumas atividades. -----*

*Sugerimos que o relatório possa incorporar o plano de atividades para que se possa efetivamente fazer uma análise entre o planeado e o executado. Fica a proposta. -----*

*Sugerimos ainda que o relatório possa incorporar elementos estruturais como os recursos*

humanos, técnicos e logísticos ao serviço da comissão, por forma a poder avaliar as insuficiências e efetuar recomendações à Câmara Municipal da Covilhã. -----

Relativamente ao Eixo 1 – Movimento Processual, de destacar: -----

329 Processos, 150 do ano 2021, 179 novos em 2022 -----

Foram arquivados 162 – Transitam 167 (mais 17 que em 2021) -----

Foram realizados 238 atendimentos, 102 visitas domiciliárias – 340 no total, média de 1 atendimento/visita por processo. Existem meses sem visitas domiciliárias ou apenas com 1 ou 2 visitas. -----

**Sabendo que muitos processos requerem acompanhamento continuado, não será escasso este acompanhamento? A que se deve esta situação? Escassos recursos? Qual o tempo de resolução de cada processo? Qual o tempo que decorre entre a denúncia/queixa/sinalização até à realização do primeiro contacto/visita? Sabemos que muitas vezes a sinalização é feita e o tempo de resposta é muito importante para que as situações não se avolumem e não fiquem mais complicadas de resolver.** -----

155 processos foram arquivados/cessados em fase pós-preliminar, após AP – Abertura de Processo; 85 processos foram arquivados/cessados devido a “A situação de perigo já não subsiste” e aqui colocamos novamente a pergunta: será que foi do tempo que decorre desde a sinalização até à observação? São muitos processos. Dos que foram abertos, 85 deles a situação já não existia e, portanto, coloco esta interrogação; 15 foram para tribunal; Só em 5 processos “A situação de perigo não se confirma”; Só 3 processos foram arquivados devido a “Decorreu o prazo de duração da medida e a situação de perigo já não subsiste, ou seja, nos outros todos ou acontece a situação de perigo ou então acaba por haver outras situações em que não foram dadas respostas.” -----

Sobre a caracterização das crianças, apenas se caracteriza a sua origem geográfica: -----

Covilhã e Canhoso – 125; Tortosendo – 58; Teixoso e Sarzedo – 40; Paul – 16; Peraboa – 14; Cantar Galo e Vila do Carvalho – 11; Boidobra – 7 -----

Esta caracterização naturalmente é importante para estabelecer relações em termos de incidência percentual da população residente, mas o certo é que não é feito neste relatório essa conexão. Não há uma conjugação sobre a quantidade de população residente e o número de casos e, portanto, onde é que a incidência de casos e de crianças e jovens em perigo é maior em cada uma das freguesias. -----

Falta ainda a caracterização das crianças relativamente à sua idade, à sua escolaridade ou à sua condição social e económica. Seria importante caracterizar também o agregado familiar das crianças acompanhadas. Naturalmente não queremos saber os nomes, mas um retrato daquilo que são as crianças e os jovens em perigo no nosso Concelho. -----

**Uma preocupação sobre a evolução dos processos acompanhados:** -----

Em 2010 183, em 2022 329, um aumento de 80%. É verdade que isto coincide com aquilo que são o aumento da questão da violência doméstica. Em 2010 transitaram de ano 75 processos e em 2022 transitaram 150. Exatamente o dobro. -----

**Duas constatações:** -----

*O Mês de Agosto é o mês com mais processos arquivados, -----*

*Julho foi o 2º mês com menor atividade em termos de reuniões, visitas e atendimentos. -----*

*Será que uma coisa tem a ver com a outra? -----*

*É ainda referido no relatório que “as freguesias cujos processos assumem maior peso, são freguesias situadas em zonas urbanas e têm inseridas uma grande comunidade cigana”. -----*

*Aqui permitam-me discordar até porque conheço muito bem a Freguesia da Boidobra e conheço muito bem a comunidade cigana. Temos várias comunidades ciganas na Freguesia e temos uma pouca incidência de casos que vem relatada neste relatório. -----*

*Sobre a questão das comunidades ciganas, relativamente ao abandono escolar, não pode ser apenas com esta referência e merece ser muito mais aprofundada. Estamos muito pior do que há muitos anos atrás. O Estado, enquanto câmaras municipais, tribunais, escolas, Ministério Público, ..., todos nós temos adiado a resolução e a implementação de medidas para este problema. Não é feita nenhuma caracterização por freguesia mas é feita esta conclusão sem grandes dados. Em minha opinião carecia de ser melhor fundamentada. -----*

*Conclui ainda o relatório que “é preciso analisar as alterações que a sociedade tem vindo a sofrer ao nível social, cultural, político, económico, tecnológico, desde 2010. Inteiramente de acordo-----*

**A pergunta que se impõe é portanto a seguinte:** -----

*O que vamos decidir, enquanto Assembleia Municipal e Município sobre esta conclusão e que ações devem ser tomadas para que esta análise seja feita? Que meios vamos colocar à disposição para que esta intervenção seja mais eficiente e eficaz, sob pena de estarmos a atrasar gerações e gerações daquilo que é o desenvolvimento integral da criança?” (Doc.18 com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma) -----*

**- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Na Comissão Restrita da CPCJ, para além dos representantes das entidades que fazem parte desta Comissão, temos aqui, ao nível dos técnicos, 3 técnicos cooptados na área de serviço social, na área da psicologia e na área da sociologia. Em anos anteriores, e especificamente na psicologia, eram técnicos que tinham um vínculo com a Câmara Municipal e lembro-me do tempo em que alguém psicólogo fazia trabalho voluntário nesta Comissão. -----

Face ao número de novos processos, ao aumento do número de processos novos, à transição de mais processos de um ano para o outro, significa aqui, penso eu, uma necessidade do reforço desta Comissão Restrita, mas também, como é evidente, assegurar o vínculo à Câmara Municipal, principalmente das técnicas. Na prática, no dia-a-dia, são elas que têm esses processos nas mãos (não são os representantes das entidades, apesar dos processos serem distribuídos) e penso que esta equipa, de facto, devia ter um reforço técnico para assegurar que os processos são organizados e que andam e que as situações são tratadas. -----

Na escola, aquilo que me referem é que, depois da sinalização, não existe, digamos, um *feedback* do resultado do trabalho feito pela CPCJ. A entidade sinalizou - neste caso a escola - e face também ao ano letivo e às mudanças que acontecem no final do ano letivo, perde o acompanhamento desse processo e nem sempre a CPCJ faz chegar a informação das medidas que foram adotadas ou do trabalho que está a ser feito em relação à criança A ou B. -----

Uma segunda questão que é: -----

Porque hoje a realidade é nova com a assunção da Ação Social por parte da Câmara, o Núcleo de Inserção Local (que funcionava na Segurança Social) ... hoje é a Câmara Municipal que tem a tutela deste Núcleo, que analisa os relatórios e que atribui os apoios ou, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção, e penso que deveria articular aqui com o CLAS porque nas duas comissões já há representantes do Ministério da Educação e também eles não falam entre si. -----

Nesta articulação, não sei se não seria correto e adequado o representante do Ministério da Educação ser o mesmo. -----

Por último, valorizar o trabalho da equipa porque é sempre um trabalho que não é fácil (recolher informação, chegar à família e à identificação do problema e também à proposta das medidas mais adequadas e do interesse da criança) e esperar que a Câmara Municipal valorize a CPCJ, reforçando a equipa, dotando a equipa com os elementos operacionais capazes de tratar a tempo e atempadamente todos os processos que, como vemos pelo relatório, são novos e temos hoje novos problemas.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Nesta matéria, gosto de ser muito pragmático. Dizer que é uma questão que preocupa muito a União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso. Conversamos várias vezes com os diretores do agrupamento e também com os coordenadores de escola. -----

É bom lembrar que temos novos Covilhanenses. Refiro-me, concretamente, a centenas de famílias migrantes que têm vindo para a Covilhã.” -----

Fortaleceu a necessidade de “reforçar esta equipa”, agradecendo e enaltecendo “o trabalho que tem sido feito por esta Comissão na pessoa da Senhora Presidente, Doutora Solange, e por toda a equipa.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Em nome da Bancada do Partido Socialista, e sobre este relatório, quero saudar sobretudo o trabalho que é feito por esta Comissão e pelos seus funcionários e quero fazê-lo na pessoa da sua Presidente, Doutora Solange Franco, mas também na pessoa do Senhor Dr. Pina Simão, que terminou o mandato há relativamente pouco tempo e creio que o período a que se refere este relatório ainda abrange a sua intervenção. -----

O ideal era que estes números fossem zero, mas a verdade é que o aumento destes números de acompanhamento de casos pela CPCJ querem, desde logo, dizer que hoje estamos mais atentos e



que temos mais condições, que estamos mais despertos para abordar um tema e um assunto que é extraordinariamente complexo e muito marcante, desde logo, para as vítimas. -----

Espero que, de facto, a Comissão prossiga o seu trabalho. Espero que o possa fazer com todas as condições de sucesso e espero, sobretudo, que nós, enquanto comunidade, tenhamos consciência que devemos ser cada vez mais intolerantes com qualquer tipo de abuso sobre todas as pessoas e sobre todos os géneros, mas em especial sobre as crianças. Não é aceitável numa sociedade e numa comunidade desenvolvida convivermos pacificamente, por ação ou por omissão, com a violência sobre crianças e jovens. -----

Espero que esta Comissão prossiga o seu trabalho e que consigamos - sei que é o tópico chegarmos a um ponto em que não há casos -, mas que todos aqueles que existam possam ser denunciados e possam ter uma solução. -----

Naturalmente, quero apresentar um voto de louvor ou uma saudação especial à CPCJ e a todos os técnicos, porque é um trabalho extraordinariamente difícil e porque, obviamente, não são indissociáveis dos dramas com que lidam; não é chegar ao final do dia de trabalho e desligar o botão e faz-se de conta que não soubemos nem vimos nada: é um trabalho extraordinariamente difícil. -----

Quero, por isso, saudar e agradecer em nome da bancada do Partido Socialista.” -----

- A **Senhora Doutora Solange Marina Fazenda de Almeida Moreira Franco (Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã)**, após cumprimentar todos os presentes, fez um breve resumo do relatório apresentado, que foi previamente distribuído a todos os Membros Municipais. -----

Enalteceu “o trabalho e a resposta imediata que o Município da Covilhã dá sempre à CPCJ, tanto na disponibilidade deste auditório, onde já fizemos tantas sessões de sensibilização para debater a problemática do absentismo escolar e onde trabalhamos a importância de uma parentalidade positiva, tanto na disponibilização de motorista, de uma viatura nos fins-de-semana ou fora do horário laboral.” -----

Agradeceu também ao Município da Covilhã pelas instalações e equipamentos disponibilizados e ainda pelo apoio que tem dado à CPCJ. -----

Quanto a alguns dados que poderiam estar no relatório, referiu que no próximo poderiam colocar esses elementos, explicando que “a aplicação informática, por vezes, não extrai esses dados que necessitamos. Contudo, há muita informação que não conseguimos apresentar.” -----

Sobre o feedback às escolas, referiu que faz parte da CPCJ a representante da Educação e a representante da Segurança Social. “Sempre que haja sinalização das escolas, damos feedback e, inclusivamente, tivemos o cuidado de reunir presencialmente com todas as escolas e com todos os agrupamentos, onde demos a conhecer o trabalho que é feito pela CPCJ, as dificuldades que as escolas têm, o que podemos fazer conjuntamente para poder colmatar as situações que nos chegam diariamente.” -----

Informou da proposta que a CPCJ fez ao Município da Covilhã, “recebida de braços abertos, da realização do Encontro Anual das CPCJ’s na Covilhã onde iremos ter cerca 600 pessoas em maio de 2024. Sem o apoio do Município, era impensável podermos ter esta iniciativa de tanto peso para o nosso Concelho.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades, referente ao ano de 2022, elaborado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.**

### **3.4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de junho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3599 de 19.06.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra **para comunicar que se iria ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD): (Doc.19)** “A documentação disponibilizada sobre este ponto, refere na sua página 6, dentro da declaração de voto dos vereadores Pedro Farromba, Marta Alçada e Ricardo Silva, um email, que não vem na documentação, mas cujo teor podemos depreender que seja uma informação do Tribunal de Contas a autorizar a Parkurbis a apresentar as contas no modelo de relato anterior. -----

Esta autorização não significa que a empresa cumpre as obrigações de relato da forma legalmente prevista, mas sim, que pode apresentar, leia-se “entregar” contas ao Tribunal de Contas e de forma a apresentá-las mesmo que num normativo “errado”. -----

*Há muito tempo que vamos chamando a atenção para este facto e voltamos a confrontar-nos com a mesma situação e desta vez com o Tribunal de Contas a concordar com a nossa posição. -----*

*Ou seja a Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, E.M., S.A. é uma Entidade Pública Reclassificada, informação confirmada na lista de Entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas – 2022, divulgada pelo INE e cuja página 83, que deixamos aqui para quem tenha interesse em confirmar, significando isso que por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é objeto de reclassificação no setor das Administrações Públicas. Assim, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, a Parkurbis é obrigada a aplicar o SNC-AP, incluindo a contabilidade orçamental. -----*

*Deste modo não concordamos com o referido no relatório consolidado e que citamos: “Os valores apresentados nos mapas orçamentais consolidados têm por base apenas os valores das contas individuais do Município da Covilhã pelo facto de as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, não estarem sujeitas a contabilidade orçamental.”. -----*

*Pois, mas não é assim e o TC também concorda que a Parkurbis está obrigada a aplicar a contabilidade orçamental. -----*

*Por outro lado, e não menos importante, nos termos da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais Consolidadas (página 27) são as demonstrações orçamentais do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse. -----*

*As demonstrações orçamentais consolidadas, que completam as demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações internas, que vêm especificados na própria norma, para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos das entidades que compõem o perímetro de consolidação. -----*

*No entanto, as Demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas (página 31) são única e exclusivamente as demonstrações individuais do município da Covilhã! -----*

*Existe uma incoerência entre as Demonstrações orçamentais consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, traduzidas pela diferença entre o «Saldo para a Gerência seguinte» (13.464.100,41 €) e o valor apresentado na rubrica do balanço «Caixa e depósitos» (14.542.552,00 €) – uma diferença inexplicável de cerca de 1,1 milhões de euros. (pág. 32 e 36 do Doc.) -----*

*Presumimos que a explicação que nos vais ser dada venha no sentido de dizer que as contas foram validadas pelo ROC e como tal feitas de forma correta e sem merecer reparos. -----*

*Mas atendendo a que a preparação das Demonstrações Financeiras é da responsabilidade do Órgão de Gestão, é só sobre estas que o ROC se vai pronunciar. -----*

*No entanto e com todo o respeito pelo trabalho realizado, estranhámos que o ROC que analisa as contas consolidadas não tenha registado nenhuma menção à não aplicação do SNS\_AP por parte da Parkurbis, nem em Enfase nem em Reserva, quando o ROC desta última mencionou o facto com Enfase. -----*

Nessa sequência a Enfase referida, reforça a nossa convicção quando o ROC afirma e citamos: ----

“Não obstante estar abrangida pelo sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas – SNC-AP.” -----

Atendendo a que o ROC das contas individuais da Parkurbis exprime a sua opinião sobre as demonstrações financeiras e não sobre as eventuais demonstrações orçamentais, uma vez que teria que aplicar o SNC-AP, esta matéria vem como enfase, caso contrário não duvidaríamos que seria uma Reserva. -----

No entanto e ainda mais grave, a Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aplica-se também a todas as entidades públicas reclassificadas, ou seja, aplicar-se-á à Parkurbis. -----

Desta forma toda a despesa assumida pela Parkurbis no ano 2022 e anteriores, reiteramos toda a despesa, foi assumida de forma ilegal por não obedecer à preceituada LCPA. -----

Sabendo que a consolidação não incluiu todas as empresas do perímetro de consolidação, designadamente em termos orçamentais, concluímos também que a informação não está errada, mas sim incompleta. -----

Por fim, sabendo que as contas das empresas municipais estão encerradas desde 31 de março de 2023, praticamente 3 meses! não se entende porque não foram remetidas as contas individuais, em observância do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, para uma análise rigorosa e atempada das contas consolidadas e para que este órgão possa desempenhar as suas funções legais de acompanhamento e controlo das referidas empresas. -----

Recordamos, mais uma vez que, nos termos da alínea d) do n.º 1 do citado artigo 42.º, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação anual de contas aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, reiteramos Órgão Deliberativo, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo. -----

Assim, referimos que, nos termos do n.º 2 do supracitado artigo 42.º, a violação do dever legal de informação de forma completa e atempada, previsto no n.º 1, implica a dissolução dos respetivos órgãos das empresas locais. -----

Por tudo o exposto e porque não podemos assumir responsabilidade solidária, através do voto, por algo que não está dentro da Lei, votaremos Contra.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.20** com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma) “A Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia, para apreciação e votação da prestação de contas consolidadas de 2022, com as demonstrações financeiras consolidadas das empresas do perímetro municipal, Parkurbis, Icovi, AdC, Associação Parkurbis Incubação e a Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação. -----

Pela leitura do documento verifica-se a apresentação de relatórios sumários da atividade desenvolvida em 2022 e alguns objetivos para 2023. -----

Os ativos aumentaram por razões de acertos contabilísticos de infraestruturas e rede viária

existente. -----

Verificou-se também um aumento global nos impostos, contribuições e taxas, penalizando, como é óbvio, os munícipes. -----

Quanto às demonstrações financeiras temos só as do Município individualizadas. Quanto às empresas não temos contas consolidadas individualizadas, estando integrados nos diferentes mapas globais com o município. -----

Saliente-se que o município, no balanço consolidado, é de 98%. -----

Ao nível das informações relativas aos procedimentos de consolidação e, nomeadamente, aos movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação de contas, mais parece um acerto de contas entre as empresas do grupo municipal. -----

Anulações de investimentos, anulações de aquisições, anulações de rendas, anulação de pagamentos, anulação de dívidas, adições monetárias, incorporação de depreciações, anulação de métodos de equivalência de património, anulação da prestação de serviços, anulação dos acordos de gestão, etc..etc. Várias figuras que tendem a fazer o acerto de contas do grupo do perímetro municipal. -----

Quanto a este, anulação dos acordos de gestão, entre o município da Covilhã e a AdC, no valor de 8 693 558,00 €, por contrapartida de provisões e acréscimos de proveitos, solicitava mais informação sobre implicações e consequências nos proveitos do parceiro privado. -----

Assim como se deve clarificar o movimento 1, página 62, com a anulação do investimento financeiro pela diminuição das participações financeiras do município na Icovi. -----

Este movimento deverá ser compaginado com o movimento 21, página 65, com o movimento da Icovi para a AdC, no valor de 7 497 469,71, entre outros. -----

O que é que estes movimentos significam? -----

A absorção das provisões do município, de 9 milhões, pela Icovi? Com redução do seu capital social? -----

De sublinhar que na informação financeira consta como provisões do município o valor de 9 041 392,28 €, identificado pelo ROC como dívida do município à AdC, e que a eliminação de créditos/dívidas recíprocas é de 9 469 761,24 € (pág 69). -----

Assim, podemos concluir que com este acerto de contas, entre as empresas do perímetro municipal, parte da dívida do município transitou para a Icovi que por sua vez compensou a AdC com uma redução do seu capital social. -----

E o parceiro privado recebe os 49% dos 9 041 392,28 €? -----

As provisões/dívida à AdC desaparecem das contas do município? -----

A ICOVI fica ou não com seu capital reduzido, de 70 para 60 milhões? -----

Quem pode explicar a engenharia financeira?" -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** “Pela leitura do documento aqui em causa, oferece-nos transmitir o seguinte: -----

- 1 Contas Consolidadas – Câmara Municipal da Covilhã -----
- 1.1 *Quadro 5.2 – Quantia Escriturada e Variações do Período* – É muito estranha a transferência de ativos fixos tangíveis em curso (4,9 milhões) para edifícios e outras construções no montante de 4,85 milhões e amortizações de 3,6 milhões. Se estavam em curso, como podem estar amortizados neste montante? -----
- 2 Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia -----
- 2.1.1 Reservas do Revisor Oficial de Contas – A Parkurbis, relativamente aos terrenos, efetuou vendas recentes a entidades não relacionadas, a preços por m<sup>2</sup> substancialmente inferiores ao custo de aquisição e ao valor patrimonial tributário da generalidade dos lotes existentes. Deve ser explicada a razão pela qual a venda foi efetuada a preços inferiores, a quem foi feita a venda e em que condições, se foi respeitada a lei, nomeadamente hasta pública (se aplicável), e em que medida a eventual sobrevalorização do património, se for o caso, afeta o valor da Parkurbis e a sua repercussão nas contas da Câmara Municipal da Covilhã. -----
- 2.1.2 Outros créditos a receber – Inclui-se uma dívida de 231 mil euros referente a associações – Parkurbis Incubação, não se encontrando estabelecida, relativamente à mesma, quaisquer condições ou planos de reembolso. Tendo em conta a antiguidade deste crédito, é importante saber qual é a perspetiva da sua cobrança e quais os impactos das contas da Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia e nas da Câmara Municipal da Covilhã. -----
- 2.3 Os resultados negativos que as contas do Parkurbis transferem para as contas da Câmara Municipal da Covilhã não deveriam ser aparelhados pelos restantes acionistas ou tem que ser o Município, sozinho, a sustentar artificialmente uma estrutura que nem consegue acompanhar o desempenho de municípios próximos na captação de investimento? -----
- 2.4 Não estão disponíveis os anexos às contas, contrariando o determinado na Lei. -----
- 3 AdC -----
- 3.1 Mais de 8 milhões de euros respeitantes a subsídios deveriam ter sido aprovados pela Assembleia Municipal, o que ainda não aconteceu. Tal situação irá agravar as contas da Câmara em igual montante – ver a certificação legal de contas. -----
- 3.2 Porque não é cobrada a dívida da PT – Datacenter? Porque não são tomadas medidas que uma boa gestão recomendaria? Não parece estar a ser cuidado o interesse público. -----
- 3.3 Segundo o Revisor Oficial de Contas, vêm sendo acrescidos gastos com a assessoria e consultadoria que em 31/12/2022 ascendiam a 5,3 milhões de euros. Alguns, sabe-se quais são e as justificações ou injustificações para existirem. Deveria o assunto ser esclarecido de forma cabal. -----

Quanto à aprovação das contas, as demonstrações orçamentais consolidadas deveriam traduzir as demonstrações das entidades que constituem o perímetro de consolidação do Município, o que não acontece. -----

Deixo uma sugestão: por que não vêm os Senhores Administradores a esta Assembleia detalhar e explicar o exercício financeiro e as estratégias económicas das várias empresas?” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Relativamente a esta matéria e aos últimos anos, a União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso tem votado favoravelmente o plano de atividades, a conta de gerência, porque achamos que são dois instrumentos fundamentais para a gestão do Município. -----

Contudo, estas contas consolidadas deviam ser separadas. Se fossem separadas, certamente que o sentido de voto, nalgumas delas, seria diferente. -----

Vamos votar favoravelmente, mas aproveito a oportunidade para dizer que vivemos um bom período financeiramente e a União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, no ano passado, não inaugurou, mas realizou duas obras fundamentais para todos (escadarias de Santo António e dos Sete Capotes) em que solicitámos o apoio do Município, mas não tivemos nenhum apoio. -----

A verdade é que, ao longo deste mandato e do anterior, não foi celebrado nenhum protocolo para investimento com a maior Freguesia do Concelho da Covilhã, aquela que mais contribui com impostos para o Orçamento do Município. -----

Amanhã mesmo, vou dirigir dois e-mails para o Senhor Presidente a solicitar apoio para a construção de um parque infantil e para a reabilitação de outros três. Termina amanhã a entrega das propostas na Junta de Freguesia. Iniciámos o procedimento administrativo. -----

Senhor Presidente, se não tem conhecimento, dou a informação de que já foi entregue o estudo prévio para a reabilitação e alteração da Escola Básica do Canhoso.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria e dado que, em termos técnicos, as situações principais já foram escalpelizadas não só pela Declaração de Voto dos Senhores Vereadores na Câmara Municipal aquando da votação, mas também pelos Deputados que me antecederam, não me vou estender muito mais sobre o assunto e vou tecer algumas considerações políticas sobre as mesmas e algumas reservas que levam o Grupo Municipal do CDS a votar contra estas contas consolidadas. -----

1.ª A incongruência de haver ênfases do Revisor Oficial de Contas nas contas da AdC e os mesmos não estão aqui refletidos nas contas consolidadas, ou seja, os ROC's ou não têm os mesmos critérios ou não viram as ênfases dos outros porque não faz sentido na ênfase da AdC o ROC falar que existe 8.694.000 €, de grosso modo, de dívida da Câmara Municipal à AdC que tinha de ser aprovada nesta Assembleia Municipal e esta jiga-joga dos acertos de contas afinal de contas para que é que serviu? Para fugir do controlo da Assembleia Municipal? Não pode fugir. Tem que vir aqui! A Assembleia Municipal é que tem a competência de fiscalizar e de se pronunciar sobre esta matéria. É algo que sucessivamente todos os anos temos vindo a falar. -----

Neste último ano esta verba aumentou em 700 mil euros e, portanto, cada vez o buraco é maior e cada vez mais empurramos com a barriga esta situação que não é resolvida e que

é ignorada pelos ROC's e pela Câmara Municipal. Temos uma Câmara que é sócia e que faz parte da AdC, que diz e que aprova umas contas em que a Câmara lhes deve quase 9 milhões de euros e depois vimos aqui aprovar as contas e as contas consolidadas da Câmara a dizer que não se deve. É um contrassenso absoluto! Temos que nos decidir, de uma vez por todas, se a dívida existe, se não existe e a Assembleia tem que se pronunciar sobre a mesma (implica uma alteração orçamental de substância); -----

2.ª Quanto ao reflexo político disto, as contas consolidadas supostamente deviam ser as contas da armada empresarial do Município da Covilhã que tem navios e que supostamente devia ter pelo menos um navio almirante para dar o exemplo aos outros todos. Infelizmente, constatamos que a Câmara Municipal, quando deixa por executar mais de 11 milhões e meio de euros nas suas contas, nunca pode ser exemplo para as outras empresas do município. Dizer que se aumentou em 90 milhões o património municipal à conta da incorporação das estradas que não estavam contabilizadas, ficamos na mesma porque se retirarmos esses 90 milhões a quantidade de buracos que existem nas estradas se calhar o incremento patrimonial não pode ser assim tanto. -----

3.ª Falta-nos aqui a atividade destas empresas municipais. -----

Pela primeira vez, a ADS – Águas da Serra sai do perímetro da consolidação orçamental. Finalmente se viram livres dela, apesar de, numa empresa onde a Câmara tem 30% nessa Assembleia, continuarmos sem saber se vão às Assembleias Gerais da ADS ou se a Câmara tem algum papel enquanto sócio nesta matéria. Podem vir dizer que não têm o controlo, mas não tendo controlo sobre a Município, a Município tem 0,77% e, no entanto, faz parte do perímetro de consolidação. Portanto, há aqui qualquer coisa que sinceramente não consigo perceber muito bem. -----

Por último, faço uma pergunta ao Presidente da Câmara e aos Vereadores que são Administradores das empresas municipais: as empresas municipais cumprem a Lei da Paridade nas administrações? A Parkurbis tem três Administradores homens e temos que perceber que ou a Lei serve para alguma coisa ou então tem que haver consequências. -----

Temos que perceber que há alterações às administrações que têm sempre que cumprir a Lei e não é só fazer de conta e depois a seguir demitimos ou a Administradora demite-se e alguém vem substituí-la porque vem dizer que não pode.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “A apreciação e a votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2022 nesta Assembleia é um exercício confortável, de relativa facilidade e felicidade, nomeadamente para o Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Os números e os resultados apresentados são para nós motivo de regozijo, mas são, sobretudo, boas notícias para a Covilhã e para os Covilhanenses. -----

Dos documentos enviados podemos, desde logo, concluir que eles apresentam um resultado consolidado positivo de 806 mil euros e que a redução da dívida do grupo municipal foi, em 2022, de 5,7 milhões de euros. -----



Dos 100% de dívida, 73% dizem respeito ao Município, sendo a dívida restante da esfera das participadas. -----

Conjugando a análise dos documentos deste ano com a prestação de contas nos anos anteriores, podemos concluir que a dívida do grupo municipal em 2022 foi de 52,7 milhões de euros e, se recuarmos a 2013, percebemos que a dívida foi já reduzida num montante global de 90 milhões de euros. -----

Neste momento, do balanço e da prestação de contas no órgão político de excelência no Concelho da Covilhã, vale a pena lembrar que, em 2013, quando o Partido Socialista assumiu os destinos municipais, a dívida global era de 130 milhões de euros à qual somaram, pouco tempo depois, mais 15 milhões de euros em condenações e sentenças judiciais. 145 milhões de euros de dívida em 2013 que, 10 anos depois, com a gestão do Partido Socialista, se transformou em pouco mais de 50 milhões. -----

Apesar destes documentos terem uma apreciação e uma análise eminentemente técnica, sendo este um órgão político, vale a pena dedicar mais algum tempo a apreciar o impacto político que a execução deste Orçamento teve na vida dos nossos munícipes. -----

Vale a pena lembrar que foi este o exercício orçamental que conseguiu a quadratura do círculo, um Orçamento que permitiu baixar impostos, reduzir a dívida municipal, aumentar o apoio às famílias, às empresas, às associações e às juntas de freguesia e, mesmo assim, reduzir a dívida municipal e consolidar os resultados financeiros positivos a que esta Câmara Municipal Socialista nos tem habituado. -----

Este foi o Orçamento que nos permitiu investir na melhoria das condições das escolas EB2 do Teixoso, da Escola da Quinta das Palmeiras e da Escola Pêro da Covilhã. -----

Mas este foi também um Orçamento que trouxe finalmente à luz do dia a ambicionada intervenção e requalificação da EM 504, em Cantar Galo, e o início da requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto. -----

Este foi o Orçamento que apreciou as obras de intervenção na eficiência energética da habitação social municipal, melhorando as condições dos seus utilizadores; e a prossecução do investimento na rede de miradouros municipais, com a inauguração do Miradouro do Covão e a construção do Miradouro do Alto dos Livros. -----

Este foi, sem dúvida nenhuma, mais do que um Orçamento Municipal com um inegável sucesso financeiro: foi um Orçamento Municipal com um indiscutível e desmentível impacto na melhoria da qualidade de vida dos Covilhanenses, das nossas populações, dos nossos empresários, dos turistas que nos visitam e daqueles que nos procuram para investir. -----

Apesar de não entrarmos numa apreciação exaustiva das questões técnicas da prestação de contas e de não elencar exaustivamente todas as obras, apoios e intervenções realizadas com a execução do Orçamento Municipal, pelos argumentos já apresentados e, sobretudo, pelos resultados que os mesmos têm na vida das pessoas, a bancada municipal do Partido Socialista nesta Assembleia aprecia e aprova favoravelmente os documentos da prestação de contas

consolidadas de 2022 apresentada pelo Executivo Municipal, saudando na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal a ação de todo o Executivo.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “o Senhor Deputado Jorge Vaz fez uma confusão - e tenho a certeza que foi involuntária -, entre a demonstração orçamental e as demonstrações financeiras, porque estas correspondem às disponibilidades, à caixa e depósitos à ordem das empresas municipais. É uma regra básica da contabilidade a este nível. -----

A consolidação de contas consiste em expurgar os movimentos entre as entidades que fazem parte do grupo autárquico. Consolidar significa, neste caso concreto, analisar todo o perímetro autárquico. Tivemos, em abril, a prestação de contas só do Município; aqui, é o Município e as empresas que são participadas pela Câmara Municipal. -----

O Senhor Deputado Fernando Pinheiro também aqui fez alguma confusão relativamente a questões que não se podem confundir. A transferência de ativos em curso para edifícios é, por exemplo, a Escola Frei Heitor Pinto, outras escolas, novas habitações, ... Não se pense que estes movimentos têm só e apenas a ver com as empresas municipais. Estamos a falar de consolidação, é um grupo, é global e está lá tudo. Obviamente que há que saber distinguir. O ideal seria, como diz o Senhor Presidente da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso, que se pudesse olhar para o documento e ver as coisas individualizadas. Isso é possível, mas eu próprio, que já o faço há muitos anos, tenho às vezes muita dificuldade em ver isso e tenho que pedir explicações técnicas para melhor entender isso. -----

Compreendo que quem não seja especialista na matéria tenha dificuldade em tentar isolar as contas entre si, mas olhem que estas contas são auditadas. -----

A questão do Tribunal de Contas com aquela nota de rodapé – O que referimos na reunião de Câmara é que, infelizmente, faleceu o Revisor Oficial de Contas que tratava das contas da Parkurbis e depois houve aquela transição... e com essa transição houve delongas, daí ter solicitado ao Tribunal de Contas a possibilidade de se apresentarem essas mesmas contas em harmonia com o anterior sistema e não com o atual. O Tribunal de Contas deu a devida autorização. Se e quando entender estão à disposição para as auditar, para as mandar verificar, ...

A contabilidade pública hoje em dia, seja nas freguesias, seja nas câmaras municipais, seja nas empresas públicas, não tem nem “sacos azuis”, nem “cofres subterrâneos” nem no “sótão”. Hoje é tudo clarinho como a água – tem que lá estar tudo e, se não estiver, há sempre consequências.

Porque se falou aqui na questão dos movimentos, no final das obras os valores registados em ativos em curso são integrados nas respetivas rubricas e depois isto também gera confusão na leitura de quem olha para os documentos e não é especialista. É natural. São questões de natureza técnica que não são fáceis nem de explicar, nem de entender. Eu também não sou especialista em finanças e, ao longo dos anos, procurei atualizar-me e aprender mais um pouco, e sei muito pouco ainda! -----

Outra questão relacionada com as verbas da AdC - Foi colocada aqui a ênfase dos acordos de pagamento com a AdC. Elas não são consideradas na consolidação porque os movimentos são excluídos no âmbito do processo de consolidação. Todo e qualquer movimento entre as entidades,

que são incluídas no perímetro de consolidação, são excluídos porque são identificados todos os movimentos no relatório. Estão lá todos no relatório. Consolidar contas não é somar as rubricas dos mapas individuais de cada entidade. É apresentar um relatório como se de uma entidade se tratasse. -----

Apoios – Com o saldo que resultou também do ano transato, foi alocada uma verba substancial para ir ao encontro de uma antiga pretensão da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso que é a de estancar a entrada de água que provoca humidades e que, por sua vez, degrada o edifício da Sede da Junta. -----

Dirá o Senhor Presidente da Junta de Freguesia “atenção, o edifício ainda não é da Junta formalmente e ainda está na propriedade da Câmara, logo, a Câmara está a fazer obra em edifício próprio.” Na devida altura será honrado, se juridicamente for permitido como espero que seja, transferir o edifício de um sítio para o outro e a União das Freguesias dar-lhe-á a destinação que entender e, por solicitação do Senhor Presidente e de um empresário, vai funcionar um infantário.

Tem razão no que diz respeito à ampliação da Escola do Canhoso. Têm, efetivamente, que ser feitas obras de ampliação. -----

Parques infantis – Tínhamos a informação de que o Senhor Presidente queria fazer os parques a que se referiu há pouco. Queria que fosse a União das Freguesias a fazê-lo. Uma vez que já não tem a mesma opinião, a Câmara Municipal assume relativamente à União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso aquilo que assume relativamente às outras. -----

O valor global que está em apreço na aquisição dos novos parques ronda os 300 mil euros e, com mais estes dois parques, são os 300 e mais qualquer coisa com o respetivo IVA. -----

A madeira – Toda a gente sabe que a madeira pode ser tratada. Ninguém ignora na Câmara, começando pelo Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, que a madeira é reparável. Mas, se conseguirmos colocar lá um material mais digno e que não precisa de reparação, não é melhor para a Juntas? Acha que a gente deve passar para as Juntas parques infantis que carecem de uma manutenção permanente? Não é preferível fazer em metal, mais seguro, que não tem lascas, e facilitar a vida às juntas? Se houvesse facilitismo, os de madeira são bem mais baratos e as Juntas ficavam com esses parques infantis em madeira, mas passavam lá o tempo a fazer reparações e as crianças podiam-se lá magoar nessas lascas, por mais bem tratadas que sejam com o produto que é considerado adequado. Tivemos em consideração todos os nossos concidadãos, sejam eles da cidade, sejam das redondezas, independentemente dos impostos que pagam. -----

Tenho a informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento que, apesar de não ter havido apoio financeiro para a Escadaria de ligação dos Sete Capotes à rotunda da Alameda Pêro da Covilhã, a Câmara cedeu técnicos para a execução da obra. Há de fazer justiça que não se lhe deu dinheiro, mas deu-se-lhe apoio de meios logísticos, que também têm um preço. Não há nenhuma má vontade. -----

Questões de género – Os três Conselhos de Administração têm mulheres. A Senhora Vereadora está na Parkurbis e a Senhora Dra. Ana Garcia faz parte do Conselho de Administração da AdC e da Icovi. Como vê, cumprimos a Lei de Género.” -----

- O Senhor **Presidente da União das Freguesias da Covilhã e Canhoso** pediu o uso da palavra para agradecer a resposta do Senhor Presidente da Câmara e para referir que, “relativamente à matéria do edifício no Canhoso, aguardo que o Senhor Presidente marque uma reunião para conversarmos sobre este assunto. -----

É verdade que tivemos o apoio logístico e técnico do Município da Covilhã relativamente às escadarias que realizámos e esse agradecimento foi feito publicamente e por correspondência. –

Por último, durante 6 anos, no dia do aniversário do CCD – O Académico dos Penedos Altos, vem o representante do Município, o Senhor Vereador José Miguel, sempre a prometer a reabilitação do parque infantil. Quando as entidades que têm mais responsabilidades não o fazem, e desde que a junta tenha condições financeiras para o fazer, nós fazemos e iremos fazer.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Prestação de Contas Consolidadas 2022** foi a mesma **apreciada e votada por maioria, com 23 votos a favor (PS e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 12 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

**O Membro Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)**: “As declarações orçamentais consolidadas complementam mas não substituem as demonstrações orçamentais individuais e elas são elaboradas após realização das homogeneizações e das eliminações das operações internas especificadas na norma para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos das entidades que compõem o perímetro de consolidação. -----

Não colocamos em dúvida que os números estão certos. Eles estão é incompletos porque os números de uma empresa que faz parte do perímetro de consolidação não está refletido nesta mesma consolidação. -----

Como tal, consideramos que há uma responsabilidade por não estar a ser cumprida a Lei e não podemos assumi-la através do voto e, por isso, votámos contra.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Reproduzindo os argumentos que aqui foram ditos, mas sobretudo a questão da discrepância insanável entre os dois relatórios da certificação legal de contas da AdC e das contas consolidadas, em que “não bate a bota com a perdigota”, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular não pode votar favoravelmente e, por isso, votam contra estas contas consolidadas.” -----

### **3.5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de junho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 3585 de 16.06.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro** pediu a palavra para **comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** “Dar a nota que as propostas continuam a não ser disponibilizadas no sentido em que são apresentados documentos técnicos internos de suporte, alguns inteligíveis, o que justifica a necessidade da alteração, qual o teor da proposta, além de manifesta falta de respeito pela Assembleia, que impedem saber o que se está a votar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que “a documentação foi entregue, disponibilizada e acessível.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Acho que estas matérias, com o novo Regimento, felizmente ficarão sanadas e eram escusadas se houvesse uma apresentação por parte do Executivo daquilo que vimos votar, porque chegamos aqui, temos um documento, não há uma

intervenção explicativa das razões e temos que ter outro conhecimento ou procurar informação adicional que não consta ou ficar aqui a tentar adivinhar. -----

Acho que é mais fácil, e fica aqui a sugestão futura para o Executivo, que use o tempo disponível para apresentar aquilo que vem aqui à votação. -----

Para o Senhor Presidente até acho que é bom, se houver gravação e transmissão *online*, poder fazer um bocadinho de comunicação não só para dentro, mas também para os eleitores que estão lá fora daquilo que realmente se está a fazer. -----

A vantagem é que, com o novo Regimento, se não usar o tempo da apresentação não é permutativo para a resposta e não a pode aumentar aí.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, “se tivéssemos que fazer a apresentação como deve de ser destes assuntos, que são documentos muito complexos, absorvíamos o Regimento todo. -----

O Presidente da Câmara ou quem estivesse encarregue ou em quem se delegasse a apresentação deste documento absorvia o tempo todo e então aí é que o Grupo Municipal do Partido Comunista lavrava logo um protesto a dizer “já temos pouco tempo e agora absorve o resto do tempo todo a apresentar um único documento!” -----

Há de reconhecer que é muito interessante, do ponto de vista intelectual, da dialética, do debate, mas do ponto de vista prático absorvíamos o tempo todo para apresentar documentos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos**, foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesia(s)) e 04 abstenções (CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Cortes do Meio, Ferro, Tortosendo, Unhais da Serra, Barco e Coutada e Casegas e Ourondo.** -----

**Não votou ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Percebo que o Senhor Presidente da Câmara se dispense a apresentar o que quer que seja nesta matéria porque a experiência que temos com os instrumentos orçamentais e previsionais que são representados pela Câmara valem o que

valem, porque depois nunca são para cumprir e, portanto, admito que o Senhor Presidente tenha alguma dificuldade em explicar por que é que as coisas não acontecem e não se executam, como aconteceu com o Orçamento do ano passado, em que ficou acima de 25% de não execução orçamental. -----

O Grupo Municipal do CDS – Partido Popular absteve-se neste ponto com a eterna esperança de que as coisas sejam cumpridas.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A Declaração de Voto vai no sentido de que estamos a votar uma alteração modificativa porque há uma entrada de dinheiro pelo subsídio que foi recebido para um fim específico que está lá descrito – Habitação com renda acessível. Não é difícil de entender isto.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Estamos a aprovar uma alteração que vem permitir ao Executivo Municipal trabalhar em mais um projeto de desenvolvimento de habitação para os Covilhanenses, neste caso para rendas acessíveis, e é isso que aqui é substância. -----

A substância que temos que aqui abordar e nos centrar é aquilo que é o conteúdo. O conteúdo está visível. Há uma transferência de capital (meio milhão de euros), há um incremento de meio milhão de euros em 2023 integrado num Plano Plurianual até 2026 de 7.400.000€ (não chega) e não estou a dizer nada que não seja do acesso de todos. -----

O Grupo Municipal do PS aprovou esta alteração modificativa reconhecendo esta medida integrada em algo que é público – Programa de Apoio a Rendas Acessíveis, assinado entre a CIMBSE e o Instituto IHRU – que vai permitir à Covilhã ter mais 40 fogos habitacionais na cidade para rendas acessíveis. Quando somado à Estratégia Local de Habitação, que ninguém falou, o apoio e o reforço à habitação na Covilhã para jovens e para pessoas com necessidades especiais e que ajudem na fixação de novas pessoas, é algo que, para a bancada do Partido Socialista, é fundamental e que reconhecemos ao Executivo Municipal.” -----

### **3.6 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS CIDADES E VILAS DE CERÂMICA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de maio de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), in fine, do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, através do ofício n.º 2672 de 08.05.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.21)** *“Exmo. Sr. Presidente de Câmara, agradecemos que nos explique as vantagens para o Concelho da Covilhã ou Cidade em integrar a Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica. -----*

*Aparentemente a Covilhã não tem tradição na Cerâmica, é mencionado na proposta de adesão a existência de vários edifícios com azulejos e chaminés em tijolo, estes não deixam de ter o seu valor artístico e patrimonial, e devem de ser preservados, mas é condição suficiente para a adesão a esta Associação? -----*

*Porque não é referido na proposta de adesão a Igreja de Santa Maria? Considerada uma das mais belas igrejas de Portugal e a maior fachada em azulejo na cidade da Covilhã e talvez até do distrito de Castelo Branco. Sr. Presidente, o Município está a pedir a adesão a esta Associação porque a Igreja de Santa Maria não o fez? -----*

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** *“Acho que as alusões ao reinado do D. João I – Braamcamp Freire parecem-nos manifestamente insuficientes para uma adesão a esta associação.” -----*

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** *“Um dos fundamentos que foi apresentado para a adesão a esta associação é a evidência daquilo que foi o património histórico e industrial da Covilhã e a utilização dos vários utensílios de cerâmica que foram utilizados ao longo dos tempos na nossa cidade por esta indústria. -----*

*É pena que venha tarde porque não posso deixar aqui de referir que um dos principais baluartes desta situação foi destruído – o Tinte Velho. Todo aquele património que era feito, na maior parte deles cerâmica, não foi preservado nesta matéria e não posso deixar de levantar uma questão que é a de perguntar se aquelas relações perigosas entre algumas empresas e alguns proprietários de algumas empresas, que vêm na *Sábado*, terão alguma coisa a ver com esta não classificação do Tinte Velho como edificado municipal para proteção do mesmo, atendendo aos investimentos que estavam a decorrer a menos de 50 metros desta infelizmente desaparecida joia arquitetónica e industrial da Covilhã.” -----*

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS): (Doc.22)** *“A APTCVC, (Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica) é uma associação sem fins lucrativos composta por municípios e outras entidades, que tem como missão promover e incentivar o desenvolvimento económico, turístico e patrimonial dos territórios com larga expressão cerâmica, de modo a reforçar a identidade cultural -----*



*e preservar a memória coletiva associada à atividade cerâmica. Com o objetivo paralelo, pretende desenvolver as artes, o artesanato e o design ligados à Cerâmica a nível Nacional. -----*

*A adesão a esta associação enquadra-se no projeto Covilhã Cidade do Design e, especificamente, na estratégia de colaboração, promoção e desenvolvimento no âmbito da Rede Portuguesa de Cidades Criativas da UNESCO. Esta estratégia esteve patente na participação de duas cidades criativas do artesanato, Barcelos e Caldas da Rainha, na primeira edição da FIADA. A adesão foi-nos apresentada por Caldas da Rainha, com o intuito de participarmos no desenvolvimento das artes e do design ligados à Cerâmica a nível Nacional. -----*

*A Covilhã tem uma longa história ligada aos lanifícios, existindo, contudo, várias alusões às artes da cerâmica. E entre os recursos económicos à época, sendo a tecelagem da lã o mais evidente, tínhamos também os curtumes e a olaria. Pelas ruas da cidade e das vilas podemos ter acesso a esta arte ancestral. A prática ceramista existe desde o período romano, quando pensamos por exemplo, na criação dos utensílios de uso doméstico ou nos pesos de tear. Mais tarde, no século XV tal atividade era tão evidente, que podemos ler no I vol. Da História da Covilhã, esta prática associada à toponímia da então vila. Os nomes refletem o conhecimento vivencial dos espaços, e na Covilhã existia “o caminho da olaria” e a “Olaria velha”, sabendo que esta última se localiza onde se erguia a adega da Igreja de Santa Maria. -----*

*No início do séc. XX há um aparecimento de apontamentos artísticos inspirados na Arte Nova, na qual era usada a cerâmica presente nos edifícios da cidade e com mais abundância na Vila do Tortosendo. Não só como embelezador dos edifícios, mas também por maior salubridade e durabilidade, o “azulejo” era usado nas fachadas de exteriores, mas também nos interiores. Por vermos a arte espelhada nas fachadas e ainda nas placas toponímicas, temos que defender, valorizar e divulgar o nosso património cultural e histórico cerâmico. -----*

*Ao pertencermos a esta associação pretendemos promover a conservação e valorização do património, incrementação de programas de formação na atividade cerâmica, promover a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica e o incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre municípios associados que partilhem realidades próximas. -----*

*A Covilhã é ainda berço de um dos primeiros artistas a exercer funções de ceramista, modelador e desenhador na fábrica de Porcelana da Vista Alegre: o escultor, pintor, gravador ourives e medalhista Manuel Morais da Silva Ramos, mais conhecido por Morais do Convento. -----*

*No presente, a Covilhã tem alguns exemplos interessantes de criatividade nesta área, nomeadamente o coletivo do Atelier Cores e Formas da Terra, Sebastião Pimenta e Luís da Cruz. --*

*Por estas e demais razões, a bancada do Partido socialista vota favoravelmente a adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica.” -----*

**- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se esta proposta de adesão tinha sido feita pelo Município das Caldas da Rainha. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, segundo informações da Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia e “no âmbito dos seus contactos daquilo que é a condução da nossa cidade em termos de Capital Cidade da UNESCO, foi feita essa sugestão.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Descobrimos agora, pela bancada do PS, esta sugestão que não consta em nenhum dos documentos, nem na informação recebida pelos membros da Assembleia e que poderia ter sido dita se houvesse aqui uma apresentação. Somos todos eleitos por igual.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica**, foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 09 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Cortes do Meio, Ferro, Tortosendo, Unhais da Serra, Barco e Coutada e Casegas e Ourondo.** -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Votámos favoravelmente. Damos valor ao património e é sempre importante estar inserido dentro de outras instituições, partilhar, conhecer outras realidades e também aproveitar oportunidades porque, muitas vezes, “estar” significa ter acesso a informação que, caso contrário, não teríamos se estivéssemos de fora. -----

Falando em património, lembro-me de um que infelizmente levou alcatrão em cima e acho que era importante recuperá-lo: a calçada romana que ligava a Rua do Rodrigo à antiga passagem para o INATEL. Acho que era importante pensar-se nisso porque era um vestígio que tínhamos e houve aquele “atentado” pela gestão do PSD, mas o facto de ter sido não quer dizer que não se possa resolver o problema. Penso que não retiraram as pedras e, portanto, é só retirar a massa asfáltica.”

### **3.7 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTOS GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO DE DURAÇÃO LIMITADA DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de junho de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos

do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 3601 de 19.06.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.23)** *“Tomando hoje conhecimento neste órgão do regulamento das zonas de estacionamento tarifado vamos claramente votar contra não pela parte técnica do documento propriamente dito mas por aquilo que está na base desta regulamentação.* -----

*Entendemos que a Covilhã e os Covilhanenses não precisam de um estacionamento à superfície tarifado, nos moldes que encontramos em Cidades como Lisboa ou Porto. E é nossa convicção que em quanto for possível, quer pela dimensão do território urbano, quer pelo volume de população, podemos e devemos poupar os nossos concidadãos a mais um encargo mensal e assim penalizar, ainda mais, quem insiste em viver em territórios do Interior como é o caso da Covilhã.* -----

*Não concordamos com os valores a cobrar muito menos com limites no período de permanência que na verdade penalizam, por exemplo, quem estaciona para fazer um turno de trabalho de 8 horas e não tem um cartão de residente ou empresa.* -----

*Aproveito para perguntar ao Sr. Presidente se o parque de estacionamento que diz que vai construir, na zona do mercado municipal se também entra no contrato de Mobilidade ou vai ser gerido pelo município, entrando, este, em concorrência com a transdev.”* -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** *“A Deputada Vanda referiu-se a quem trabalha em turnos de 8 horas. Não sei se a Dra. Vanda já trabalhou em turnos de 8 horas noturnos. Chegar a casa, estacionar o carro e ter que estar a pagar estacionamento era o que acontecia na Covilhã até há bem pouco tempo. Isso aconteceu e digo isto por experiência própria. Era uma realidade que eu vivia. Quando trabalhava por turnos, chegava a casa às 8 da manhã e estacionava o carro e, durante o período do dia, tinha que pagar estacionamento.* -----

*Essa é uma realidade que agora já não vai acontecer porque, conforme foi aquilo que sempre se defendeu para o Sistema de Mobilidade e dentro do estacionamento, este Regulamento vem agora definir claramente aquilo que foi uma promessa que, quem vive nestas zonas tarifadas, a 1.ª viatura será de “borla”, sendo que a 2.ª terá um preço de 15 euros e uma 3.ª viatura 30 euros.*

*Relembro que, por exemplo na zona da Anil, que é uma das novas zonas tarifadas, todos esses prédios ou a grande maioria dos inquilinos já têm inclusive garagens próprias. Portanto, a questão do 2.º carro, em muitos casos, certamente que será uma não questão.* -----

O PSD diz que é contra, diz que é por enquanto, talvez. O Regulamento que estava em vigor era datado de 2006 e, portanto, o Executivo que estava à data era do PSD. Tinha, claramente, uma obsessão, em termos daquilo que era zona tarifada, da zona centro da cidade da Covilhã. E aquilo que este Regulamento acaba por vir a ter é uma distribuição daquilo que é a realidade e um reequilíbrio naquilo que é a justiça dentro do território, somando a outros factos que o Sistema de Mobilidade também traz, nomeadamente a questão dos transportes gratuitos, da mobilidade leve. -----

Temos que entender que o Sistema de Mobilidade é algo que a Covilhã precisa por questões ambientais, de trânsito, de funcionamento da própria vida das pessoas e daquilo que é o equilíbrio financeiro das próprias pessoas. Foi dito aqui há pouco aquilo que é o peso do passe escolar nas famílias. Isto é algo que também tem interferência naquilo que é a vida das pessoas e também nós todos temos que ter a preocupação ambiental de começarmos a ter uma utilização de transportes públicos, que também se pretende.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “É mais um imposto que, disfarçado, reverte para o privado. Os Covilhanenses vão pagar mais para viver na sua terra. -----

Mas não são apenas eles que vivem na Freguesia da Covilhã e do Canhoso. São os nossos conterrâneos que vêm diariamente para a Covilhã a trabalhar, que precisam de ir ao banco ou à Câmara, ... -----

E o comércio? Mais uma vez vai ser altamente penalizado! -----

O meu voto responsável é um voto contra porque defendo os interesses da população da minha freguesia. -----

E já agora, Cidade Criativa da UNESCO. Já viram os abrigos de passageiros que andam por aí a pôr? Acham que são abrigos de passageiros para uma cidade com a nossa dimensão? E no Inverno, como vai ser que só há lugar para duas pessoas? E os nossos idosos vão-se sentar onde? -----

Lamento, mas nesta matéria sou um grande crítico à decisão do Município do Partido Socialista.”

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.24)** “O Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado é uma das peças que compõe a decisão municipal de concessão dos transportes públicos. -----

O estacionamento pago à superfície já foi moeda de troca para embelezar e remunerar a concessão dos silos auto do Pelourinho. -----

E foi motivo e argumento para a empresa concessionária dos silos pedir a cessação da concessão por justa causa tendo sido remunerada em mais de 9 milhões de Euros. -----

Com os PS, a concessão dos transportes públicos urbanos da Covilhã, para ser mais apetecível, dá-se à empresa a exploração de 450 lugares de estacionamento à superfície, para além de elevadores e funiculares, de bicicletas e trotinetas e publicidade. -----

*Aliás, esta concessão, poderá ficar a ser conhecida como a concessão das trotinetes, fator que desequilibrou a seu favor os índices finais. -----*

*Para se garantirem os 450 lugares, o PS, para além do estacionamento pago na zona histórica da cidade alarga a outras zonas da cidade, penalizando, como é evidente quem por ali mora, trabalha e visita. -----*

*Coloca a cidade a render, no estacionamento, para uma empresa privada, que à semelhança de qualquer PPPs terá sempre o rendimento garantido. -----*

*No início deste processo, sempre defendemos, que estávamos perante a oportunidade de criarmos o serviço municipal de transportes ou de mobilidade. -----*

*Não foi esta a opção, justificando-se, na época que ficaria mais cara. -----*

*Afinal a opção pelo privado já levou mais de um milhão de euros do que estava previsto e ainda vai ter outros proveitos. -----*

*Durante os últimos tempos, tempo do Covid, e alargamento dos prazos para o estacionamento não tarifado, não ouvi qualquer reclamação dos condutores nem dos comerciantes, nem qualquer exigência para se tarifar o estacionamento. -----*

*Tarifar o estacionamento não é uma necessidade sentida pela população. -----*

*Tarifar o estacionamento é uma opção do PS em pôr a população a pagar as suas opções na sua estratégia de mobilidade. -----*

*Uma política pública de transporte, valorizando os transportes públicos com a aplicação do PART e a redução efetiva dos custos na mobilidade das pessoas iria reduzir o número de veículos ligeiros em movimento na cidade. -----*

*Não é o estacionamento tarifado que aumenta o número de lugares de estacionamento disponíveis. -----*

*Quem reside na Covilhã, se não tiver transportes acessíveis irá continuar a deslocar-se na sua viatura dentro da cidade, e pagar estacionamento nas zonas tarifadas onde não reside. -----*

*Quem reside nas freguesias e se desloca e trabalha na cidade não vai ter estacionamento ilimitado. -----*

*Talvez se verifique o aumento de residentes na cidade, por esta via. -----*

*Se vive na freguesia e trabalha na cidade, paga estacionamento. -----*

*Se mudar para a cidade deixa de ter três ou mais despesas, a do carro (combustível e manutenção) e a do 1º veículo no estacionamento, se conseguir lugar. -----*

*A desvantagem é que ficam as freguesias mais despovoadas e a pressão na cidade aumenta. -----*

*Os comerciantes também irão ser contemplados com mais uma despesa mensal. -----*

*Se querem estacionamento ilimitado tem que pagar 25 € mensais, sem garantia de ter lugar disponível junto do seu comércio. -----*

*O problema do estacionamento na cidade da Covilhã não existe. -----*

*O PS e a Câmara Municipal é que vão criar um problema e aprofundar o empobrecimento da população quando lhe retiram do bolso o dinheiro necessário para a alimentação, a renda e educação dos filhos.* -----

*Votamos contra, pois claro.*” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “O pulsar e a vitalidade de uma cidade também se sente pela mobilidade que a mesma apresenta. -----

É preocupante o parque automóvel utilizado pelas empresas de transporte público, com autocarros duvidosos, com demasiados anos de fabricação, enormes, sem adaptação à cidade fomentando problemas ambientais. -----

E já que se fala em mobilidade, não esquecer os munícipes que tentam dirigir-se à Sede do Município e não o podem fazer com o seu veículo: ou porque o silo está fechado ou porque não existem estacionamentos. -----

Não esquecer ainda os elevadores, uma mais-valia para a locomoção tanto de crianças, jovens ou para os mais velhos, que na sua maioria se deparam com os mesmos encerrados. Talvez se estivessem em funcionamento, muitos de nós poderíamos deixar o carro em casa e assim não haver a necessidade de estacionamento tarifado.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Apesar de se ter tentado contra-argumentar aquilo que a minha colega de bancada disse, não o vejo como um contra-argumento porque o problema existe tanto para um horário, como existe para o outro. -----

O Partido Socialista está na gestão municipal há uma década e há uma década que não resolveu esse problema. Esta proposta também não o vem resolver. Quando falamos de um problema eventual e que se alega que existe estacionamento, até parece que a Covilhã está cheia de gente, que está sempre a crescer, que não perde população. Até parece que o silo auto, mesmo quando é à “borla” está sempre cheio e que não está mais de metade vazio regularmente. Até parece que as pessoas que vêm das freguesias não vão ter problemas com isto. Até parece que, pagando os tais 25 euros mensais, vai haver estacionamento garantido à porta do trabalho. Até parece que não foi a Câmara Municipal que concessionou a esta empresa este contrato de mobilidade e agora, ainda nem 1 mês se passou do início da entrada em vigor, já estão chateados com a empresa por causa do estacionamento. -----

O verdadeiro problema é que se cria um problema onde ele não existia. Devíamos caminhar para termos uma Covilhã mais verde e isso faz-se com mais parques verdes, com mais transportes públicos e de melhor qualidade, que não existem. E não se faz estragando o pouco de bom que já existe. Devia-se inclusive melhorar, respondendo ao Senhor Deputado Pedro Bernardo, e corrigir aquilo que eventualmente estava mal antes, caminhando para um concelho do século XXI – um concelho verde, com transição energética, mais digital também na Assembleia Municipal – e não um retrocesso ao século passado.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “É importante relembrarmos-nos que este Sistema de Mobilidade é um sistema que vem reforçar substancialmente a oferta de transporte público na Covilhã. O reforço do serviço de transporte público numa cidade é uma medida boa para facilitar a mobilidade dos nossos concidadãos que cá vivem e daqueles que nos visitam, e é uma medida amiga do ambiente. -----

Com esta medida, o Município da Covilhã equipara-se e põe-se ao lado dos municípios mais evoluídos nas sociedades ocidentais na descarbonização da economia e na preservação do ambiente, porque é bom termos sistemas de mobilidade que criam condições para que as pessoas se possam deslocar que não seja só, necessariamente, por transporte individual. -----

A filosofia do Sistema de Mobilidade é assente no essencial, que é a de promover o transporte público e, por essa via, ser mais amigo do ambiente. Mas é um serviço que prevê a intermodalidade ou utilização intermodal dos vários meios existentes, independentemente da necessidade de transporte que as pessoas têm, seja ela para transporte pessoal, para transporte profissional, em turismo, ... Isto é: é centrada no cidadão, onde aquilo que se perspetiva são as necessidades da sua utilização de todos os dias, em que durante a semana podem perfeitamente vir de autocarro para o trabalho, ... -----

Estacionamento – Aquilo que motiva a existência de estacionamento tarifado nos espaços, nomeadamente à superfície, não é diferente daquele que motiva outros sítios. Aquilo que justifica e fundamenta a existência de estacionamento tarifado nas zonas urbanas é exatamente garantir que haja condições para que, nos sítios de maior pressão de estacionamento (isto é, nos sítios onde existe maior concentração comercial, escritórios de serviços e maior procura para os cidadãos irem desenvolver a sua vida), se garanta que existe estacionamento disponível para que as pessoas o possam realizar. -----

O Partido Socialista na Câmara Municipal conseguiu fazê-lo, garantindo que os residentes têm estacionamento gratuito no 1.º veículo, no 2.º veículo têm estacionamento a 15 euros por ano e no 3.º veículo a 30 euros por ano. -----

Mais: quando olhamos para os mapas de estacionamento, que já vieram a esta Assembleia, podemos facilmente verificar que, por cada lugar de estacionamento pago, existe, em cada zona, à volta de 8 ou 9 lugares gratuitos. Portanto, é pura demagogia aquilo que os senhores estão a querer fazer, é querer tirar uma pequena vantagem de uma coisa que fizeram pior quando tiveram responsabilidades de governação. -----

Quando o PSD e o CDS tiveram responsabilidades de governação nesta Câmara Municipal, aquilo que fizeram foi apoiar o Executivo Municipal. Podem enjeitar a história, mas aquilo que aconteceu no passado, quando o PSD com o apoio do CDS teve responsabilidades de governação nesta Câmara, foi que o estacionamento foi feito no centro da cidade sem nenhum benefício, sem nenhuma vantagem para os residentes e sem nenhum compromisso de apoio aos comerciantes. -

É muito diferente aquilo que estamos hoje a fazer, onde o estacionamento é tarifado em todas as zonas da cidade onde existe pressão comercial e a necessidade de que as pessoas tenham espaço disponível para ir fazer as suas compras, com um acrescento que aqui ninguém referiu: nos silos

auto, com este serviço, há meia hora gratuita - coisa que nunca existiu! -, para que as pessoas possam ir ao centro da cidade, ao comércio tradicional e fazer as suas compras. -----

Aquilo que é a nossa expectativa é que o contrato seja cumprido por todas as partes, a começar pela concessionária. A nossa expectativa é que todos os serviços que estão contados e contabilizados no contrato, que estão obrigados a ser cumpridos, sejam feitos. -----

Desejo e faço votos para que rapidamente as dificuldades que existem para colocar todos os serviços em funcionamento do Sistema de Mobilidade sejam ultrapassadas, para que todos os serviços incluídos no Sistema de Mobilidade sejam postos ao serviço dos Covilhanenses porque estou muito confiante e certo que este será um bom Sistema de Mobilidade para melhorar a qualidade da mobilidade no nosso Concelho.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal: “Quando vi o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro inscrever-se, pensei que era para se declarar impedido em discutir este ponto, mas afinal de contas temos que dar as boas-vindas ao Senhor “Vereador da Mobilidade” outra vez porque afinal de contas, para além de ter participado no procedimento em todas as sessões de esclarecimento a que o Senhor Hélio Fazendeiro aqui fez referência que o impediam de participar e de votar este ponto, participou colocando em causa outra vez e mais uma vez todo o funcionamento desta Assembleia e a discussão deste ponto.” ---

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Esta questão do estacionamento já teve os seus pontos positivos. A Câmara Municipal da Covilhã, finalmente, arranjou forma expedita de remarcar todos os lugares de estacionamento que vão ser tarifados. Na Freguesia da Boidobra, tivemos que o fazer. Pedimo-lo várias vezes, fomos nós que o tivemos que fazer e agora, na zona onde o estacionamento vai ser tarifado, apareceram os lugares todos pintadinhos, todos bonitos e tudo em condições como devia existir sempre.” -----

Referiu que a estratégia de “colocar lugares de estacionamento nos sítios onde há maior pressão comercial”, a ser tarifados, não é a estratégia de empresas tais como do “Intermarché, do Lidl, do Aldi, do Continente, do Bom Dia, etc. em que oferecem estacionamento para que as pessoas lá vão. Portanto, essa estratégia falha redondamente. -----

Por outro lado, aquilo que não funciona nas zonas comerciais, nomeadamente na zona da Rua Direita, é se nós mudarmos isso tudo nas zonas de estacionamento tarifado e continuarmos a deixar que os carros estacionem em cima dos passeios. Na Rua Direita, nada funciona para esse comércio. O que precisamos é que as pessoas possam passear, possam ter acesso às lojas e não é andar a fazer ziguezagues dos passeios da Rua Direita. -----

Lembro-me da Rua Direita com dois sentidos de trânsito, do Jardim para o Pelourinho e do Pelourinho para o Jardim Público, em que era mais ordenada do que hoje. Como é possível termos chegado a este ponto? Tinha dois passeios, tinha duas faixas de rodagem, o trânsito circulava e as pessoas andavam livremente nos passeios. Fez-se aquela modernice dos passeios rebaixados e



isso só funciona se formos implacáveis naquilo que é o não deixar estacionar para que as pessoas possam andar nos passeios. -----

Portanto, oferecemos o silo gratuitamente a poucos metros, mas também deixamos estacionar em cima dos passeios... quando se fala de sistema de mobilidade dos mais avançados da Europa não sei se a “malta” já saiu daqui alguma vez!” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, sei que já nos acusaram de estarmos “metidos em saladas”, mas acho que a sua cabeça está numa verdadeira salgadeira hoje, porque dizer que estamos a cobrar estacionamento nas zonas onde há maior carência está a dizer às pessoas de lá que já pagam o IMI mais caro do Concelho e, portanto, vão ter mais uma taxa adicional àquela máxima que já têm dentro do regimento atual. -----

Segundo: estar a dizer que têm apenas que garantir o cumprimento do contrato que acabou de assinar e que ainda agora começou (ainda não passou 1 mês da entrada em vigor e que já não confia na empresa à qual concessionou) e que está simplesmente a forçar o cumprimento de um contrato, então por que é que não o fizeram com o Datacenter quando estava no contrato a previsão de dois cubos e a criação de centenas de postos de trabalho em troca das condições que a Câmara depois aqui ofereceu de bandeja e de borla à empresa por 35 anos? Isto era forçar o cumprimento de um contrato, um contrato que se calhar estava bem feito e se calhar, fazendo aqui outra vez uma “alegoria da salada”, faltava qualquer coisa na salada para forçar o cumprimento do contrato. -----

Estacionamento disponível no Pelourinho?! Temos o silo auto quase metade vazio e está à borla!

Promover a transição energética?! Disse fomentar a utilização dos transportes públicos e pergunto-lhe: quais transportes públicos? Aqueles que foram aqui mencionados que estão nas condições em que estão, que passam duas vezes por dia em  $n$  de freguesias do nosso Concelho, que demoram duas horas até à cidade?! -----

Por último, quando fala de desenvolvimento e da Câmara anterior (do PSD com o alegado apoio do CDS), aí havia desenvolvimento, e se fala de mobilidade gostava de lhe perguntar: nestes 10 anos, o que é que aconteceu aos funiculares e aos elevadores que praticamente não funcionaram? Não foram capazes de os gerir e tiveram que os entregar a uma empresa para fazer o trabalho que não conseguiram fazer!” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Salientar que sou a favor da mobilidade, como é evidente, e gostava mesmo de ter mais transportes públicos. É muito bonito apregoar a mobilidade e de não trazer carros para a cidade. Moro na Quinta Branca (muito perto da cidade), mas não tenho transportes públicos! Temos um autocarro de manhã que vem do Ferro ou de Peraboa para a Covilhã e outro ao final do dia. É preciso dar condições para que a gente não traga os carros para a cidade. -----

Gostava muito de conseguir vir à Praça da Covilhã ao Sábado de manhã e de não trazer o carro, mas não consigo porque aos Sábados nem há transporte público para lá e a Quinta Branca fica a 5 km daqui. -----

Há uns anos atrás, foi pedido que houvesse transportes urbanos da Covilhã para a Quinta Branca e foi-nos dito que não podia haver porque havia uma concessão para o Ferro e para Peraboa da Auto Transportes. Uma coisa não tem nada a ver com a outra porque é um autocarro que se utiliza mais nos transportes escolares.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**: “É típico tentarem vir tirar alguns dividendos de uns pretensos sucessos do passado, mas depois, quando são criticados, dizem que já cá estamos há três mandatos. -----

Mas vamos lembrar aquilo que aconteceu não há muito tempo e que ainda hoje tem impacto relativamente, por exemplo, aos silos auto. -----

Foi no mandato do PSD que os silos auto foram feitos e eram a pagar. Houve depois uma sentença do Tribunal, quase no fim do contrato, e ainda hoje estamos a pagar os 10 milhões de euros que derivaram dessa sentença. Essa é que era a vossa política do estacionamento! A vossa política era os silos a pagar, os estacionamentos de superfície a pagar, a privilegiar uma determinada zona da cidade e, chegados ao fim do contrato e depois de os Covilhanenses andarem a pagar o estacionamento à superfície e nos silos, lá vem alguém noutra mandato a pagar os 10 milhões de euros! Essa é que é a verdade!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** lembrou que “há poucos dias, tivemos aqui uma discussão pública com alguns concidadãos que, com muita razão, protestavam pelo facto de os silos estarem encerrados quando nos tinham dito que era para realizar obras (lavar, pintar, iluminar, incorporar novas tecnologias, ...) para que depois fosse devidamente regulado e para quem quisesse, em meia hora, vir resolver problemas ao Balcão Único, à Câmara, aos CTT’s,.....

O estacionamento em geral e a sua tarifação, peço que entendam, não é nenhuma penalização, não é punitivo. Obviamente que quem a faz visa o lucro – é o negócio deles. -----

Por cada estacionamento tarifado, há 9 lugares vagos. O estudo está feito. Quando se fala aqui que é para aliviar a pressão, obviamente que não é junto a superfícies comerciais. Estou a lembrar-me que aqui à frente está um distinto Advogado, que tem escritório numa zona que tenho a certeza que se não houver cobrança de estacionamento, ainda que esse valor seja dos mais baratos de Portugal, as pessoas têm que andar às voltas para encontrar um lugar para ir buscar uma procuração, para entregar ou buscar um documento, ... para ir ao Arquiteto, ao Dentista, ... Há pessoas que trabalham noutra sítio qualquer, estacionam o carro naquele sítio, vão-se embora porque nada paga e quem precisa de ir tratar desses assuntos tem o lugar ocupado por alguém que foi o dia todo trabalhar (com todo o direito e razão). Isto é só para evitar exatamente isso, daí

que, por exemplo, há aí sítios onde só se tarifa 4 ou 5 lugares e mais afastados do comércio estão outros livres. -----

Não visa punir ninguém. Visa regular. -----

E já que estamos a falar em gente, dar-vos boas notícias: as nossas escolas do ensino básico, designadamente, têm mais alunos e não é por acaso. É porque temos mais gente na Covilhã. Desafio-os a irem investigar e perguntem quantas mais crianças vamos ter no Rodrigo e no Canhoso. Essa ideia de que estamos sem gente e de para quê tarifar se não temos gente, ... É verdade que, infelizmente, teve aqui um mau começo no que diz respeito aos silos, mas, como costume dizer, não é como começa, é como acaba. Daqui por uns tempos, quando tudo estiver a funcionar, falamos. Prognósticos, como dizia o outro, *só no final do jogo*. -----

Isto não visa punir, nem aborrecer, nem chatear ninguém e os valores são quase ridículos.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Questionou se iria ter alguma resposta à interpelação que tinha feito. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “todas as pessoas merecem resposta, mas aquilo que disse acho que não tem sentido. É a minha interpretação.” ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Questionou: “não tem sentido o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro ter participado no procedimento, como consta dos documentos, de ter participado nas sessões de esclarecimento todas sobre esta matéria? Não tem sentido o impedimento que legalmente é exigido?” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** considerou não haver impedimento. ---

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado de Duração Limitada do Município da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 19 votos a favor (PS e o Presidente da Junta de Freguesia de Orjais), 13 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso) e 1 abstenção (Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Cortes do Meio, Ferro, Tortosendo, Unhais da Serra, Barco e Coutada e Casegas e Ourondo.** -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Votámos contra o estacionamento tarifado, principalmente nas zonas referidas, porque consideramos que a oferta gratuita de estacionamentos nas grandes superfícies irá novamente afastar as pessoas do comércio do centro da cidade, principalmente na área do centro histórico. -----

Era preferível, e fica como sugestão, para que quem entra na cidade, como já foi aqui referido, para quem vem das freguesias e tem a necessidade de estacionar, a possibilidade de a Câmara criar zonas de estacionamento livres e gratuitas interligadas com os transportes públicos, exemplo daquilo que acontece na Câmara do Seixal e outras câmaras daquela zona que, com a utilização dos transportes públicos ao nível da Fertagus, etc., foram praticamente obrigadas a criar estacionamento gratuito para as pessoas deixarem os carros junto das estações da Fertagus para as pessoas se deslocarem para Lisboa, utilizando o transporte público. -----

Na Covilhã não conheço nenhuma medida desse género que é possibilitar a quem vem do Tortosendo, por exemplo, estacionar num espaço gratuito, tendo a possibilidade de apanhar um transporte público para vir ao Pelourinho ou a qualquer outro local.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O Grupo Municipal do CDS – Partido Popular vota contra este ponto porque as áreas que estão identificadas no Anexo I do Regulamento que estamos a aprovar são áreas em aberto e que em nada dizem respeito àquilo que foi apresentado nas sessões públicas, nomeadamente com as zonas das bolsas de estacionamento não pago que aqui foram tão apregoadas e que, neste momento, aquilo que estamos a aprovar é que, dentro destes quadrinhos que aqui estão, tudo pode ser tarifado em qualquer lugar sem nenhuma exceção. -----

Portanto, o CDS não pode pactuar com uma decisão em branco destas. Obviamente que as razões que já foram aduzidas, nomeadamente e sobretudo a de não estarem previstas, nestas zonas, zonas especificamente gratuitas de acesso às áreas de mobilidade (que são a Central de Camionagem, ...), a todas as zonas que dão acesso a transportes públicos urbanos dentro da Covilhã, é uma razão que nos leva a votar contra. -----

Que fique em ata que foi levantada a questão do impedimento de um deputado que participou ativamente e mais que ativamente nesta matéria durante todo o processo da Câmara e que se fez “tábua rasa”, permitindo a sua intervenção e a sua votação neste ponto, colocando em causa a validade da própria votação.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)**: “A nossa declaração de voto justificando o voto contra tem muito a ver com o facto de, além de não concordarmos muito com esta situação do

regulamento das zonas de estacionamento tarifado, julgamos que um plano de mobilidade devia cumprir aquilo que foi aqui dito que o plano seria: um plano avançado e dos mais avançados. -----

Mas não achamos que seja assim e, como tal, podia contemplar, por exemplo, um estacionamento através de um selo verde para viaturas elétricas a custar, por exemplo, 1 euro por mês e 12 euros por ano e obrigar a empresa concessionária, em vez de os autocarros serem a gasóleo, a utilizarem autocarros a gás natural e a eletricidade.” -----

### **3.8 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de maio de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2998 de 23.05.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.25)** *“De acordo com a lei habilitante (Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto), parece que o regulamento está bem elaborado e atende às características naturais da nossa região.* -----

*Apenas salientar 3 aspetos que nos parecem atendíveis.* -----

*Este regulamento terá de ser revisto com a periodicidade não superior a 5 anos (Art.º 7.º, n.º 2), o que poderá permitir ajustes e atualizações ao conhecimento científico (de acordo com o espírito da lei).* -----

*Portanto, não deverá ser assumido como imutável.* -----

*Terá que ser feito (em tempo útil) o inventário municipal do arvoredo em meio urbano (Art.º 7.º, n.º 1).* -----

*Este inventário será feito por quem, concretamente? ADC? Técnicos da CMC? Há técnicos suficientes que tenham conhecimento científico para fazer este inventário? Está garantida a qualidade do inventário?* -----

*Não estão contempladas situações de experiências científicas. Living labs, como por exemplo a Pocket Forest da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, no jardim do lago... -----*

*O regimento poderá adaptar a estas novas situações? De estudo e pesquisa? -----*

*Votamos favoravelmente.” -----*

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Da nota justificativa deste regulamento, “*Sendo as árvores o pulmão das cidades, impõe-se garantir que o arvoredo urbano não seja abandonado e erradicar podas e intervenções sem critério. Com a diminuição dos espaços verdes e as preocupantes e crescentes alterações climáticas, importa que se olhe para o arvoredo como parte integrante da cidade a preservar.*” -----

Aquilo que temos visto nos últimos meses tem sido o contrário disto. Tem sido cortes de árvores sem que nada seja explicado, sem que a população seja informada que realmente não havia outra hipótese. Ver cortar árvores em 2023 custa um bocado – árvores que demoraram décadas para chegarem à dimensão a que chegaram. São as árvores que retêm as águas no solo quando estamos com problemas, de ano para ano, de secas a aumentarem. -----

Será que isto é devidamente explicado à população? Será que a população, neste momento, está informada de qual é a razão para se abaterem árvores de porte enorme? Então por que é que há tanta discussão sobre o assunto? Por que é que as pessoas nas redes sociais estão descontentes e ficam indignadas com essa situação?” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** “O Regulamento permite “operações de plantação, transplante e substituição de árvores”. -----

Deixar o alerta daquilo que é a ANIL e na envolvente da mesma em que há, e é unânime, demasiados choupos naquele local. Quando as árvores acabam por soltar aquele “algodão”, traz efetivamente muitos problemas, por exemplo respiratórios, mas, para além disso, sendo uma árvore de crescimento rápido (pode parecer muito bonito), também temos o problema de as raízes levantarem a calçada. -----

Acho que há outras soluções que podem ser ali implementadas de forma a que traga vantagens para tudo, não só à própria população, mas também à calçada propriamente dita. Há outras árvores (hibiscos, azevinhos, ...) que trazem flor, crescimento lento e que, efetivamente, para além do lado ornamental das mesmas, trazem menos problemas à calçada e à saúde pública.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Este Regulamento, em primeiro lugar, advém da aplicação do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano – Lei n.º 59/2021 – e acaba por ser uma transposição para este Regulamento Municipal. -----

O objetivo será sempre o de haver aqui um equilíbrio entre a preservação da natureza e o edificado, haver até responsabilização aquando da aprovação de uma urbanização e de se fazer o

levantamento do arvoredo que porventura exista e, na medida do possível, tentar mantê-lo ou então substituí-lo de uma forma clara, através de critérios que ficam definidos aqui neste Regulamento. -----

Vamos votar favoravelmente porque este Regulamento vai, acima de tudo, clarificar algumas coisas que aqui também já foram ditas e de muitas vezes virem para as redes sociais criticarem a questão da poda ou do abate das árvores. Há critérios que ficam definidos aqui em termos técnicos e operacionais do que é passível de ser podado, de ser monitorizado em termos deste arvoredo e que possa, eventualmente, até causar algum perigo para a população. Muitas vezes, as árvores são abatidas porque existe essa monitorização e vê-se até que ponto a árvore está podre ou que há, porventura, alguma probabilidade dela poder cair, daí que, independentemente do grande porte da árvore, se possa justificar o seu abate. -----

Estas regras vêm clarificadas e, portanto, será bom para todos. Em primeiro lugar, garantimos a preservação da natureza; permite-nos eventualmente classificar a classificação do arvoredo de interesse público, regras que se aplicam quer para o público, quer para o privado; e sabemos com o que contamos, evitamos essa especulação pública e há critérios definidos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que “este Regulamento, a merecer a vossa aprovação, nos 30 dias em que se seguem, tem de ser entregue na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para ser objeto de apreciação e só depois entrará em vigor. -----

Vejo com muitos bons olhos o reforço da informação, relativamente quer às podas, quer ao abate.

Posso-vos mostrar fotografias de plátanos frondosos, com folhagem extraordinária e bonitos em que o tronco está completamente oco: um vento, um toque naquela árvore e cai em cima de uma pessoa e causa uma desgraça. -----

Este Regulamento vem, na prática, facilitar-nos a vida a todos, ou seja, vem explicar quando, como e por que é que se abate e vejo com bons olhos que se publicite mais quando chegar a altura e estabelecer as regras relativamente à poda porque já vi, ao longo de muitos anos, tanto na Covilhã como em outros sítios, podas indevidas. Uns acham que deve ser radical, outros acham que se devem deixar uns ramos e cada um faz à sua maneira. -----

Devemos uniformizar práticas e tomar cautela porque todos já temos conhecimento de situações onde ocorreram tragédias devido à existência de árvores que não gozavam de boa saúde e que podiam causar graves danos, quer corporais quer materiais, e é por isso que é fundamental que este Regulamento exista e funcione.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano**, foi a mesma **aprovada por maioria com 21 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 05 abstenções (PPD/PSD)**. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP), Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Cortes do Meio, Erada, Ferro, Paul, São Jorge da Beira, Tortosendo, Unhais da Serra, Barco e Coutada, Casegas e Ourondo Covilhã e Canhoso. -----

### 3.9 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL – PROGRAMA COVILHÃ MAIS SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de maio de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 3000 de 23.05.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.26)** “A Câmara Municipal vem propor um regulamento municipal – denominado Programa Covilhã Mais Social – para um conjunto de apoios de carácter eventual e excecional, podendo ser pecuniários ou em espécie/géneros. -----

*Sendo prática existente – atribuir apoios pontuais para pagamento de rendas, água, luz e medicamentos – é adequado, para a atribuição dos mesmos, a existência de um regulamento. ----*

*O regulamento que nos é proposto define o âmbito e a população alvo - -----*

*Cidadãos que residem no Concelho e que se encontram em situação social económica precária ou de grave carência ou em situação de emergência social. -----*

*E quem são? diz o regulamento que são todos aqueles que recebem valor igual ou menor a 70% do IAS (Índice dos Apoios Sociais) per capita, ou seja, um valor próximo dos 336,30 €. -----*

*Parece-nos um per capita baixo, apesar da dedução de despesas com a habitação estar prevista, mas..... levando em conta os valores das reformas do regime geral existentes e o limiar da pobreza se situar perto dos 500 €, vai deixar de fora do programa muita gente. -----*



*Por outro lado a instrução da candidatura é um calvário.....que pode levar à desistência de potenciais necessitados...como agilizar sem se perder a eficácia? Uma questão que devem os serviços avaliar. -----*

*Por último, consideramos os limites dos apoios (300€/ano/por agregado; 150 €/ano/ se residir em habitação social e 100 €/ano/ pessoa isolada) muito limitados, apesar de ter um carácter eventual e excepcional e.. por isso mesmo...deverá, na nossa opinião, serem mais elevados.” -----*

*Apesar disso tudo, com esses apontamentos ao valor per capita que deixa, na nossa opinião, muita gente de fora e aos valores atribuídos, iremos votar favoravelmente.” -----*

**- Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “O Partido Socialista vai, naturalmente, votar favoravelmente este Regulamento por diversas razões. Por uma questão de matriz ideológica, desde logo, porque valer aqueles que mais necessitam numa altura em que, de facto, necessitam do apoio do setor público e das instituições do Estado é um papel fundamental do Estado. -----

Por outro lado, há uma preocupação com o receber bem da Covilhã porque não faz distinção entre pessoas que tenham nacionalidade portuguesa, mas também aqueles que, sendo estrangeiros tenham residência em Portugal – as más condições e as dificuldades podem chegar a todos e concordamos também com isso. -----

Mas não podemos deixar de ter uma maior ambição e de apelar à Câmara Municipal para que reveja também o valor do limite no próximo ano e também o montante global de 260 mil euros, porque achamos que haverá espaço para melhorar esse montante global, tendo presente que este Regulamento é para apoios sociais que se somam a tantos outros que o Município, neste momento, já tem (passes sociais, tarifário social, ...). -----

O Partido Socialista não poderá deixar de fazer um apelo para que, podendo, a Câmara Municipal possa reforçar este valor no próximo ano.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Municipal – Programa Covilhã Mais Social**, foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 02 abstenções (CDS-PP).** -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Cortes do Meio, Erada, Ferro, Paul, São Jorge da Beira, Tortosendo, Unhais da Serra, Verdelhos, Barco e Coutada, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso e Vale Formoso e Aldeia do Souto. -----**

### 3.10 - TOMADA DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DE FUNCIONAMENTO E DA CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de maio de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 3001 de 23.05.2023 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A minha questão é “tomada de conhecimento através de um documento enviado ou através de uma apresentação que será feita?” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.27)** “Exmo Sr Presidente da Mesa da Ass. Municipal -----

*Estamos perante um regimento “normal”, não temos nada a opor. -----*

*Embora possa ser enriquecido/recomposto...por exemplo: -----*

*No Art.º 3.º, n.º 1 diz que a EVIL é composta por 5 a 10 pessoas nomeadas pelo presidente da CMC. Entretanto, já estão 11! -----*

*A AM poderá indicar até 4 elementos para esta comissão... a AM vai indicar algum nome? -----*

*Ainda sobre o Art.º 3.º, n.º 2, alínea d) ponto iii) Um representante de ONG com assento no Conselho Consultivo da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) ou especialista da bolsa de especialistas da CIG. -----*

**Ora o MDM é membro do Conselho Consultivo da CIG e tem estrutura ativa na Covilhã. -----**

*Inclusivamente, no passado dia 27 de maio realizou uma atividade no Museu da Covilhã. Não deveria fazer parte desta equipa? É que a Covilhã tem mesmo um membro do Conselho Consultivo da CIG e não o aproveita? -----*

*Nem todos os municípios têm essa sorte!” -----*

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Destacar e valorizar o trabalho que tem sido feito pelo Executivo, não só neste mandato, mas nos mandatos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, naquilo que são as políticas da promoção da igualdade, da inclusão, do combate à

exclusão que me parece que até é uma vontade transversal e que reflete, de alguma forma, aquilo que é o sentimento de todos os eleitos independentemente dos partidos. -----

A verdade é que esse trabalho tem sido feito nos mandatos do Partido Socialista e não poderia deixar de sinalizar, enfatizar e enaltecer este trabalho que é muito importante para os órgãos, mas também para a população. -----

Vivemos numa sociedade cada vez mais intolerante e mais individualista e tudo aquilo que sejam instrumentos que permitam a inclusão, a promoção da igualdade, ... são instrumentos bem-vindos.” -----

**--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento dos Termos de Funcionamento e da Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local.** -----

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã

Sr. Presidente da Câmara

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal

Sras. e Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia

Sras. e Srs. Do Staff Municipal

Sras. e Srs. da Comunicação Social

Estimadas e Estimados Concidãos

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Com uma Assistência que muito deve orgulhar e agradar a todos nós, constituída por estudantes do nosso concelho, é indicativo que a democracia está viva e deve ser preservada.

Em democracia, temos e devemos ter, opiniões diferentes, para que possamos com as ideias dos vários grupos políticos convergir para fazer o melhor pelo e para o nosso concelho.

Estar nesta casa de debate político, não é sinónimo de de dizer e estar sempre em desacordo com as políticas encetadas pelo executivo, e, uma vez que temos estudantes connosco, devemos felicitar o executivo pela medida implementada dos passes gratuitos para os estudantes dos vários níveis de ensino do Concelho, medida que sempre defendemos e a que demos ênfase no 20 de Outubro do ano anterior.

Contudo não poderei deixar de chamar à atenção do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, para o estado em que muitas escolas se encontram, escolas essas, muitas vezes as segundas casas para as crianças e jovens, onde deve existir uma sempre aturada preservação dos espaços, de cuidado, de comodidade, de conforto e de infraestruturas, onde a mobilidade e o bem estar de todos deve existir, uma vez que a educação é uma garantia imposta pela nossa Constituição.

Uma nota final de agradecimento pela visita que estes estudantes nos vieram fazer, destacando uma frase por eles proferida “ Pretendemos Ser felizes na Escola” reiterando uma questão que tem sido abordada desde a instalação da da presente Assembleia Municipal.

Sr. Presidente para quando a transmissão das Sessões da Assembleia, através das plataformas digitais, de forma a que chegue a todos os interessados, nomeadamente às Escolas e às suas aulas de Cidadania!?!?!?



(Doc. 02)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

fb  
A  
j

## 1. PAOD

### 1.3. Intervenção política.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Grupo Parlamentar do PCP realizou nos dias 19 e 20 as suas Jornadas Parlamentares na Serra da Estrela envolvendo os distritos de Castelo Branco e da Guarda.

O centro da atividade teve lugar na cidade da Covilhã.

Com visitas várias no Concelho da Covilhã procuraram os senhores deputados conhecer os problemas e apontar soluções em iniciativas própria na Assembleia da República.

Concluíram que

- 1- Cada um destes distritos perdeu, entre 2011 e 2021, mais de 18 mil habitantes, o que no distrito da Guarda corresponde a 11% da população.

2- O processo de desindustrialização teve efeitos nefastos na região.

3- O tradicional sector têxtil viu encerrar muitas empresas e continua a sofrer encerramentos e dificuldades. Os dois distritos continuam a perder postos de trabalho.

4 - A persistência de portagens na A23 e A25 limita a acessibilidade à maioria da população e às pequenas empresas para favorecer o negócio ruinoso das parcerias público-privadas. A falta de investimento em acessibilidades como o IC6, o IC7, o IC31 ou o IC37, a degradação do transporte ferroviário e a não reabertura da linha do Douro entre Pocinho e Barca d'Alva, o encerramento durante anos da Linha da Beira Baixa e agora o arrastamento das obras na Linha da Beira Alta, assim como a ausência de melhoria de oferta de transportes rodoviários e de passes sociais acessíveis, **comprometem a mobilidade das populações.**

5 - As soluções para a região não passarão pelo incentivo ao teletrabalho no interior, nem pelos projetos predadores da natureza e exploradores de mão-de-obra, ou pelos mega projectos turísticos na Serra da Estrela, enquanto prossegue o encerramento de escolas, serviços de saúde, estações dos CTT, agências bancárias, ou postos da GNR.

6 - A fusão e agregação de serviços de saúde conduziu à perda de capacidade e de valências. São cada vez mais frequentes as notícias de dificuldades de funcionamento dos serviços no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, mais recentemente na urgência e no serviço de obstetrícia, invariavelmente relacionados com a falta de pessoal.

7 - Também o Hospital de Seia foi esvaziado de valências desde a criação da ULS da Guarda há quinze anos e dezenas de extensões de saúde encerraram, num caminho contrário às necessidades das populações.



O desinvestimento no SNS tem sido acompanhado por mais transferências para os grupos privados que fazem investimentos a partir da predação de fundos públicos, multiplicando os anúncios de mais unidades hospitalares privadas na Covilhã e na Guarda, ou da construção de uma estrutura residencial para idosos por uma multinacional do sector, também na Covilhã.

A extensão e gravidade dos problemas que os Distritos de Castelo Branco e da Guarda enfrentam exigem a adoção de uma política que rompa com a política de direita.

Concluíram, ainda que

É necessária outra política que avance com investimento público (na Saúde, Educação, Rede Viária) e apoio à produção nacional, apoio à agricultura familiar e às MPME, assim como é necessário um processo sério de descentralização, inseparável da criação das regiões administrativas.

Só valorizando quem trabalha, valorizando as funções sociais do Estado e os serviços públicos será possível combater as assimetrias sociais e regionais.

Como medidas e iniciativas futuras o grupo parlamentar anunciou que

- No próximo dia 28 de junho, o Grupo Parlamentar do PCP vai realizar uma Interpelação ao Governo, que será centrada no agravamento das condições de vida, no combate às desigualdades e injustiças sociais, e na degradação do acesso a serviços públicos que asseguram o cumprimento de direitos fundamentais.

- Apresentar uma iniciativa legislativa para a revogação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, reconstituindo as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, garantindo a



manutenção dos seus núcleos de atendimento e restabelecendo os serviços de proximidade junto dos agricultores.

- Apresentar **Projeto de Resolução** para que o Governo desenvolva uma estratégia de valorização da lã nacional e particularmente a proveniente de raças autóctones, em articulação com a valorização do leite e queijo de ovelha, envolvendo as estruturas representativas dos produtores.
- Apresentar um **Projeto de Resolução** para que o Governo assegure, de forma célere, a requalificação e modernização do regadio da Cova da Beira, bem como a construção do regadio a sul da Gardunha de modo a melhorar as condições de produção agrícola e pecuária na região, salvaguardando água para consumo humano.
- Requerer a audição do Ministro do Ambiente e da Ação Climática para se conhecer o planeamento e o estado de concretização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) e para obter esclarecimentos quanto à execução da medida inscrita no OE2023, por proposta do PCP, relativa à atualização dos planos de ordenamento das áreas protegidas.
- Apresentar um projeto de lei para a elaboração e concretização de um programa de identificação, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras, de espécies oportunistas e outras pragas nas áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- Apresentar de imediato um projeto de resolução para uma nova política de proteção civil, bem como um projeto de resolução para que o país seja dotado de meios aéreos próprios afetos às missões de proteção civil, incluindo busca, salvamento, evacuação de sinistrados e combate aos fogos rurais, de modo a pôr termo à situação existente em que para combate aos fogos



rurais o país está sujeito às contingências do mercado para ter acesso aos meios aéreos de que necessita.

- **Requerer a audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Educação e Ciência para o reforço** do orçamento das instituições do ensino superior garantindo o correto funcionamento geral das mesmas e permitindo a integração dos milhares de investigadores precários que têm prestado um papel essencial no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (STCN).

Disse

Vítor Reis Silva  
Manquinho

Marco Gabriel

Pedro



Handwritten signatures in blue and black ink.

Covilhã, 26 de junho de 2023

### 1.3 – Intervenções - PAOD

Exmos:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Estimadas e Estimados concidadãos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Faltam 4 dias para ser implementado, em pleno, o sistema de Mobilidade da Covilhã, que tem como responsável a empresa “ MOBI Covilhã “ pertencente ao grupo TRANSDEV.

Trata-se de um dos projetos deste executivo camarário, que teve a maior contestação por parte da sua oposição á direita.

Desde que os atuais protagonistas e responsáveis políticos da Coligação Covilhã Juntos Fazemos Melhor, quer na Camara Municipal quer nesta Assembleia Municipal, tomaram posse, nunca votaram a favor ou se quer apoiaram este contrato de mobilidade para a Covilhã. Antes pelo contrário, sempre se manifestaram contra e sempre instigaram o executivo camarário a esclarecer publicamente, detalhe a detalhe, o contrato de





mobilidade, por forma a que os covilhanenses pudessem avaliar o que realmente estava a ser negociado.

Nesta casa, foram várias as diligências feitas pela bancada do PSD , para a empresa vencedora do concurso de concessão vir prestar esclarecimentos a este órgão , pedido que nunca obteve resposta positiva por parte do executivo camarário.

O actual mandato político iniciou já com este Contrato “desenhado” e a aguardar visto do Tribunal de Contas, pelo que as primeiras manifestações públicas de repúdio por este contrato megalómano e monopolista manifestaram-se, assim que houve necessidade de se realizarem contratos de 6 em 6 meses com a Trandev, uma vez que o Contrato de mobilidade ainda não tinha o visto do TdC.

Foram 6 contratos assinados, ao longo deste período, que honoraram o município em mais de cerca de 3 milhões de euros, e que não contaram com o voto favorável dos vereadores da oposição, nas várias reuniões câmara.

A par destes contratos estava no TdC um contrato de quase 21 milhões de euros, concessionando, em regime de Monopólio, todos os transportes públicos , todo o estacionamento, os elevadores, as bicicletas e trotinetes e ainda centenas de plataformas de publicidade, pela cidade. Um contrato onde todas as receitas vão para a empresa concessionária e todos os encargos ficam no município.



As contas, os prós e contras deste Sistema de Mobilidade integrado foram exaustivamente feitas, apresentadas e explicadas nos vários “esclarecimentos” que a coligação e os partidos que a integram realizaram no mês de Janeiro, com o objetivo de esclarecer os Covilhanenses.

Só perante estas iniciativas o executivo e o partido que o apoia viu necessidade de esclarecer os Covilhanenses. Mas ficaram os Covilhanenses bem esclarecidos ?

Parece-nos que não !!!! até porque hoje se mostram, os covilhanenses, surpreendidos e revoltados com algumas iniciativas já feitas pela TRANDEV e ainda só passaram 5 meses do inicio da concessão.

Mas o que mais impressiona é que não é só o comum dos cidadãos que se mostra surpreendido e revoltado mas também o próprio titular da decisão desta concessão, o Presidente da Câmara Dr. Vitor Pereira.

Pois é Sr. Presidente , desculpe, mas vai ter mesmo que ouvir isto : Nós avisamos , nós alertámos. Uma concessão tão monopolista só podia dar nisto...

Agora vê necessidade de fazer ultimatós á empresa concessionária !!! Vamos ver se resultam.... Mas os problemas antes de se resolverem , evitam-se e para isso bastava terem-nos dado ouvidos.

Mas vamos lá falar do que efetivamente importa ás pessoas e na vida das pessoas. Sr. Presidente, o problema não está só no estacionamento dos silos do Pelourinho, eu sei que já lhe chegaram outras queixas, nomeadamente dos utentes dos transportes públicos, que se estão a ver



Handwritten signatures in blue and black ink.

obrigados a financiar a alteração do sistema de leitura de cartões nos autocarros, com o pagamento de 5 €, para substituição dos cartões.

Como imagino que concorde isto só tem um nome : roubo. E acredite que não são as borlas que o contrato publicita que irão calar a injustiça desta cobrança.

Continuamos a estar convictos que este não é o contrato de concessão que serve os interesses dos covilhanenses, de todos os que estudam e trabalham na Covilhã e daqueles que nos visitam.

Faltam 4 dias para todos os equipamentos e serviços constantes no “famoso” contrato de Mobilidade da Covilhã arranque em pleno. Pelo menos este foi o compromisso feito em comunicado a 31/01/2023 pela empresa concecionária Trandev . Estamos a falar de 10 novos autocarros, 200 trotinetes, 120 bicicletas, 21 estações e 172 docas, 50 novos abrigos, uma APP, um novo site e um novo sistema de Bilhética.

Por isso sr. Presidente e a par deste 2 problemas específicos : estacionamento e cartões de utilizador, parece-me que vai ter de fazer muitos ultimatoss, porque dia 1 é já Sábado e será que temos mesmo o sistema de mobilidade a funcionar em pleno e sem problemas ?

Estaremos cá todos para avaliar .....

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Vanda Ferreira



Cumprimentar a Comunicação Social que desta vez e após insistências várias, veio dar eco ao que nesta Assembleia se tem pugnado, dando notícia dos anseios da população do Concelho que necessitam de recorrer à Justiça dos Tribunais e têm que infelizmente continuar a deslocar-se para Castelo Branco, quando podiam e deviam ver as contendas decididas na Covilhã e no Fundão.

Cumprimentar o Sporting Clube da Covilhã pelo seu centenário, deixar um grito de alerta porque a Cidade e o Concelho só têm a beneficiar se o S.C.C. voltar a pisar palcos de outra notoriedade que lhe é devida.

É o momento de o município também intervir, mediando orgulhos e querelas antigas, entre várias instituições desportivas da cidade, para que o futuro possa ser risonho começando nos escalões de formação e terminando no desporto profissional.

Todos sabemos que massa humana capaz e talentosa é o que não falta no nosso Concelho.

Daí que não se estranhe que a equipa feminina sub-14 do Unidos Futebol Clube do Tortosendo se tenha sagrado Campeã da Taça Nacional de Basquetebol e que o Afonso Fernandes da Vila do carvalho se tenha sagrado Campeão Nacional de sub-18 nos 110 metros barreiras.

Também não se estranha se recordarmos os dois últimos passados sábados, o quanto as marchas Populares demonstraram como está vivo o Associativismo do Concelho o quão importantes são todos os polos de desenvolvimento que já geram e podem continuar a gerar.

Cultura popular que já está muito para além dos limites geográficos do nosso Concelho e que já se exige que todos os anos saiam à rua. Convidem a Sra. Ministra Ana Abrunhosa porque as nossas Marchas já merecem divulgação nacional.

As Associações merecem palcos, e se o Teatro Municipal da Covilhã, depois de devolvido à Cidade, não tem disponibilidade de agenda, haja a coragem de descentralizar, há uma sala de espectáculos no Unido do Tortosendo que de quando em vez e não de vez em quando deve ser premiada com espectáculos, deixar de estar no rol do esquecimento e ser utilizada apenas quando surgem discutíveis alternativas cidadinas.

Até porque, as adesões em massa à cultura cidadina sentem-se cada vez mais nas ruas e menos no T.M.C.

Uma nota final,

No centésimo quadragésimo oitavo Aniversário dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que ocorreu no passado dia 21 de Junho, o Sr. Comandante Luis Marques referiu que “têm que se criar incentivos para que as pessoas venham para os bombeiros, precisamos de mais bombeiros e defini 120 como o número ajustado à nossa realidade”

Deixo um apelo aos Srs. Presidentes de Junta, que cada um, dentro dos conhecimentos profundos que têm das vossas freguesias, das vossas gentes, que se proponham sensibilizar e e conseguir presentear os nossoa Bombeiros com um ou dois voluntários.





Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e restantes membros da Mesa,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Sras e Srs. Diretores de Serviços da Câmara Municipal

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Cumprimento às Escolas presentes – S. Silvestre e Largo da Feira

## **PAOD**

### **Intervenção - Tópicos**

Devemos elogiar e destacar bons exemplos e trabalhos com bons resultados como forma de motivação e de reconhecimento, incentivando outros a seguir o exemplo.

Neste espírito, permitam-me destacar:

A UBI:

- 6 investigadores nos mais bem classificados a nível nacional;

- Diana Gomes, investigadora a quem, em maio, foi atribuída 1 bolsa Fullbright para investigação e em junho foi premiada por apresentações em congressos no Porto e em Lisboa;



- Fernando Neves, investigador eleito para o Instituto americano da Área Aeronáutica, distinguido pelas suas importantes contribuições e realizações para a comunidade aeroespacial;

- 2 projetos aprovados para financiamento através do programa RESTART, promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia;

- A acreditação obtida para o Mestrado em Design Multimédia e para o Doutoramento em Física, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, o que demonstra a qualidade de ensino que a UBI proporciona;

- O “passo gigante” (assim descrito) para o desenvolvimento da pesquisa da doença de Parkinson, realizado por investigadores da UBI ligados à empresa de biotecnologia NeuroSoV;

- Felicitar o membro desta assembleia Afonso Gomes, pela sua nomeação para provedor do estudante, fazendo votos para que o seu trabalho seja reconhecido e bem-sucedido.

Na área do Desporto, felicitar:

- O Penta Clube da Covilhã pelos 3 atletas que se sagraram campeões nacionais de triatle;

- A APPACDM, com 2 atletas integrados na equipa de basquetebol que conquistou a medalha de prata em Berlim, nos Special Olympics World Games;

- Flávio Sainhas, por mais 1 vitória em Clássicos na Rampa Serra da Estrela;



- Laura Taborda, covilhanense que representou a seleção nacional nos Campeonatos de Europa de Equipas em atletismo;
- 3 atletas de uma equipa do Teixoso que participaram no World Championship Pro;
- Hugo Manteigas, covilhanense, pelo 1º lugar na categoria Master 40 na Taça de Portugal de DownTown;
- 3 atletas do Grupo Desportivo Teixosense, com marcas de referência em prova de ciclismo “São Mamede Grafondo”;
- Ao Unidos FC Tortosendo, pela brilhante vitória na Final Four da Taça Sub-14 feminina;
- Sr. vereador José Miguel Oliveira pelo trabalho realizado no evento Covilhã Desportiva;
- Ao Sporting Clube da Covilhã, clube que felicitamos pelo seu centenário.
- Corrida de atletismo Sport Tortosendo e Benfica – maior evento da época.

Assinalar, ainda, de sinalizar a realização e organização da 10ª edição do Wool – Festiva de Arte Urbana da Covilhã, com uma palavra especial à Lara e ao Pedro Seixo Rodrigues e a todos os que com ele colaboraram na organização do evento;

Uma palavra para as Marchas Populares pela adesão e forma como decorreram;

Destaque final para o AE a Lã e a Neve, com um cumprimento e felicitação especial que faço na pessoa do seu diretor, Dr. Ricardo



Silva, pelo reconhecimento obtido como Escola Embaixadora – RedEscolas Anticorrupção, pelas suas práticas de promoção do sentido de espaço público e bem comum que tanta falta faz nestes últimos tempos.

Termino com um assunto que já havíamos trazido a esta Assembleia em 19/12/2022, sobre a venda da Altice.

O que parecia um rumor configura-se agora como uma certeza e o negócio pretende ser finalizado até final de julho. As informações disponíveis permitem um otimismo relativamente à manutenção da atividade e, porventura, o acréscimo da mesma.

Se assim for, está a CMC em condições de garantir a possibilidade de crescimento da empresa?

E o que sucede aos benefícios atribuídos à Altice, não sendo esta a empresa que continuará a operação?

E o novo quartel da GNR do Tortosendo, o valor de 1.6 milhões é suficiente para a obra?

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Covilhã, 26 de Junho de 2023

### 1.3 – Intervenções - PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras. e Srs. Vereadores,  
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

A Covilhã é um dos municípios que integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, esta Comunidade tem como missão promover o desenvolvimento da região, defender os interesses comuns dos municípios associados e reforçar a identidade conjunta da região. Tem como alguns dos objetivos estratégicos a coesão territorial e intermunicipal, a promoção do desenvolvimento económico e social da região, assim como fomentar a participação nas decisões dos municípios associados.

Qualquer município goza de independência para se poder pronunciar e/ou mesmo efetivar da sua saída de uma determinada Comunidade Intermunicipal para outra, esta possibilidade já foi mesmo equacionada pelo atual Presidente de Câmara da Covilhã Dr. Vítor



Handwritten signatures in blue and black ink.

Pereira em Outubro de 2021, alegando que o Concelho da Covilhã e passo a citar” tem mais a ver com a Beira Baixa e muito menos com a esmagadora maioria dos municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela” fim de citação.

Recentemente fomos informados da decisão dos concelhos de Vila de Rei e Sertã de saírem da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo e integrarem a Comunidade Intermunicipal Beira Baixa, esta decisão foi tomada à revelia das Assembleias Municipais dos respetivos concelhos, foi uma decisão puramente administrativa levada a cabo pela senhora Ministra da Coesão Territorial Dra. Ana Abrunhosa e o senhor deputado Tiago Soares Monteiro do PS pelo distrito de Castelo Branco defendeu na Assembleia da Republica que a CIM Beira Baixa deve incluir Belmonte, Fundão e Covilhã, é caso para perguntar quem encomendou este assunto a este senhor deputado. O PSD Covilhã não se opõe a que haja mexidas nas atuais CIM Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela mas entende que esta matéria é de extrema importância e a mesma deve ser tratada nos órgãos próprios do Município e um desses órgãos é a Assembleia Municipal, não aceitamos que uma decisão desta importância seja tomada no Concelho da Covilhã sem a Assembleia Municipal da Covilhã se pronunciar, desafio aqui nesta Assembleia as forças politicas aqui representadas a pronunciarem-se acerca desta matéria.

Ao contrário de quem preferiu o interesse particular ao público, estaremos sempre na defesa da centralidade e importância que a Covilhã tem.

A Covilhã deve ter sempre presente que não nos devemos separar



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'BANKADA'.

da Serra da Estrela porque ela é um todo, e fisicamente a Covilhã é parte dela e só temos a ganhar abraçando-a.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Luis Rodrigues

## VOTO DE LOUVOR

No passado dia 18 de junho de 2023, no Pavilhão do Unidos do Tortosendo, vivemos um momento histórico para a freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã e toda a região.

A equipa feminina de basquetebol Sub14 do Unidos do Tortosendo conquistou de forma brilhante a Taça Nacional Sub14 em Basquetebol.

Um feito histórico que é o corolário de muitos anos de trabalho de uma das mais importantes e emblemáticas instituições do nosso concelho.

Porque deve esta Assembleia Municipal reconhecer este marcante momento e a conquista de uma competição nacional, proponho um Voto de Louvor ao Unidos do Tortosendo, suas atletas, treinadores e treinadoras, dirigentes e aos Pais e Encarregados de Educação das atletas campeãs.

Que a aprovação deste Voto de Louvor seja seguida de um forte aplauso de Todos nós, simbolizando o emotivo ambiente vivido no Pavilhão do Unidos com tão importante conquista.

Covilhã, 26 de junho de 2023

David Silva



(Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo)





## Voto de Louvor

### Vencedoras da IV Taça Nacional Sub14 femininas - Unidos do Tortosendo

No passado dia 18 de junho a equipa de basquetebol feminina sub14 do Unidos Tortosendo - basquetebol venceu a IV Taça Nacional.

Pela primeira vez na história a equipa feminina de sub14 do Unidos, venceu uma final da taça nacional e enche de orgulho toda a sua Vila e Município. O clube do Unidos do Tortosendo preza sempre pela prática do desporto e aposta sempre na formação continua dos seus atletas que com foco, determinação e garra conseguem alcançar resultados de excelência. Esta vitória é mais uma vez a prova disso, há trabalho a ser feito, por parte dos atletas e dos treinadores.

O Unidos Clube tem uma história longínqua e preza sempre por dar o melhor em campo e obter bons resultados. Pela quinta vez na história disputou uma final e alcançou a vitória.

A bancada do partido socialista congratula a equipa vencedora e todos os envolvidos, propondo um voto de louvor por parte desta Assembleia Municipal.

Parabéns ao Unidos do Tortosendo, à equipa feminina de sub14 por presentear o município com esta grande vitória.

*ps flsbls*

*PS*

*Al. B. L.*  
*Afonso Gomes*

*Carla Mendes*  
*T. Mendes*

*Hilário Laf*



## MOÇÃO

### VIAS PEDONAIS E CICLÁVEIS - TCT e SERRA DA ESTRELA

As crescentes preocupações ambientais, de mobilidade e bem-estar, desafiam as cidades modernas a criar vias de circulação de pessoas entre os vários pontos onde os habitantes residem, estudam ou trabalham.

As vias pedonais e cicláveis são uma resposta à necessidade de promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de carbono, enquanto incentivam um estilo de vida mais saudável, melhor qualidade de vida e proporcionam espaços agradáveis para as pessoas se movimentarem e interagirem com a cidade.

A criação dessas vias também contribui para reduzir o congestionamento, melhora a segurança viária e trazem vários benefícios económicos, facilitando a mobilidade sustentável.

Um projeto inovador e integrado pode prever e aproveitar estes projetos de renovação urbana para instalar infraestruturas de eletricidade e telecomunicações entre os pontos que pretende unir, instaladas no subsolo das vias pedonais e cicláveis, eliminando o impacto visual destas infraestruturas e garante própria segurança, durabilidade e fiabilidade destas redes, com grandes benefícios para os operadores e utilizadores.

A grande Covilhã tem enorme carência destas vias, unindo pontos de concentração de zonas residenciais, infraestruturas empresariais e zonas de forte afluxo turístico.

A integração das zonas entre o Tortosendo, Covilhã e Canhoso, e a ligação da Covilhã às Penhas da Saúde surgem com forte importância estratégica na mobilidade urbana.



Neste âmbito, o PSD vem propor a criação de vias pedonais e cicláveis paralelas ou integradas ao longo do eixo TCT entre Canhoso e Tortosendo e entre a zona norte da Covilhã e as Penhas da Saúde, com largura para complementar a circulação pedonal e de bicicletas na mesma via, aumentando consideravelmente a segurança de todos quantos irão utilizar estes canais de circulação urbana.

A importância estrutural destas vias deverá prever a melhoria ou renovação das redes de eletricidade e telecomunicações, permitindo a negociação com os operadores para sustentarem parte do investimento a realizar, pois serão também largamente beneficiados pela renovação das suas próprias redes de distribuição, reduzindo custos de manutenção e aumento da sua durabilidade e fiabilidade.

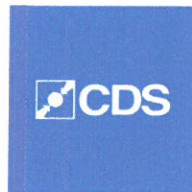
A elaboração do projeto destas vias deverá beneficiar do indispensável contributo técnico da Universidade da Beira Interior, que integra nas suas áreas científicas a Arquitetura e a Engenharia Civil.

O elevado valor estratégico destas infraestruturas deverão prever o recurso ao PRR num dos vários programas criados para esta tipologia de investimentos.

Covilhã, 26 de Junho de 2023

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Lino Torgal





**Assembleia Municipal da Covilhã  
Reunião de 26 de junho de 2023  
Voto de louvor**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,  
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,  
Senhores Vereadores,  
Representantes dos órgãos de comunicação social  
Senhoras e Senhores Munícipes

Nos últimos tempos a Covilhã tem assistido a um desenvolvimento turístico e cultural promovido por particulares, a quem este município deve não só uma palavra de agradecimento, mas sobretudo de incentivo.

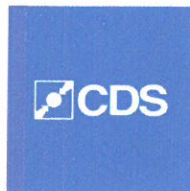
Uma destas iniciativas decorreu recentemente, a qual, pela sua organização, dinâmica, projeção nacional e internacional, leva o nome do nosso concelho, pelas melhores razões, por esse mundo fora, sobretudo por fazer desta forma de intervenção cultural uma verdadeira reabilitação urbana do nosso centro histórico, associando esta forma artística à tradição da indústria de lanifícios da região e conferindo-lhe a vida e atividade que todos almejamos e muito poucos alcançam.

Assim, e porque é, unanimemente, reconhecido que o Festival de Arte Urbana WOOL tem dado uma enorme projeção à cidade e, mais do que se manter, a cada edição revela uma maior vitalidade e pujança, dignas de menção e de louvor, apesar das conhecidas vicissitudes e dificuldades que os seus organizadores enfrentam, e cuja resiliência e criatividade reveladas merecem a nossa admiração, propõe-se que a Assembleia Municipal de Covilhã, reunida em sessão no dia 26 de Junho de 2023, delibere:

Aprovar um voto de louvor e de incentivo ao Wool – Festival de Arte Urbana da Covilhã, nas pessoas dos seus promotores e organizadores, Pedro Seixo Rodrigues, Elisabet Carceller e Lara Seixo Rodrigues e demais colaboradores e artistas envolvidos no projeto, transmitir-lhes o agradecimento deste Órgão Municipal, pelo excelente trabalho realizado até ao momento, nomeadamente, que se constatou na última edição, do corrente ano, ficando a aguardar com a maior expectativa e todo o nosso apoio, pelas próximas intervenções e edições.

O Grupo Municipal do CDS-PP

*António Pedro de Jesus N. de S.*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



R

**Assembleia Municipal da Covilhã  
Reunião de 26 de junho de 2023  
Voto de louvor**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,  
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,  
Senhores Vereadores,  
Representantes dos órgãos de comunicação social  
Senhoras e Senhores Munícipes

O Turismo tem sido e continua a ser uma alavanca do motor da Economia Nacional e, como não podia deixar de ser, no nosso Concelho não é diferente.

Existem exemplos na forma de trabalhar o Turismo, como é o caso da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, que devem ser apontados como boas práticas e servir de incentivo para que outras freguesias criem os seus próprios produtos turísticos, promovendo destinos menos conhecidos e incentivando os portugueses a explorar novas regiões no país.

A caminhada PR17 CVL – Rota das Pontes, em Cortes do Meio, venceu o prémio “Best of Responsible Trails”, promovido pela A2Z Consulting, que distingue anualmente os percursos ao ar livre (walking and cycling) que se destacaram no ano anterior pelas melhores práticas, nas categorias Inteligente, Conservação e Comunidade.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Covilhã, reunida em sessão no dia 26 de Junho de 2023, delibere:

Aprovar um voto de louvor e de incentivo à Junta de Freguesia de Cortes do Meio, pelo excelente contributo para a divulgação do património natural da Covilhã e para o desenvolvimento do turismo interno, com programas de turismo responsável e sustentável, tendo em consideração a preservação do meio ambiente e a redução do impacto negativo sobre os recursos naturais e culturais.

O Grupo Municipal do CDS-PP

*António Sérgio de Sousa*

*[Signature]*

*[Signature]*



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Louvor

A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vem por este meio congratular-se pelo 100.º aniversário do Sporting Clube da Covilhã, uma das instituições de maior relevo no panorama desportivo e social da freguesia, do concelho e da beira interior, que tem levado o nome da Covilhã pelo país e pelo Mundo.

Felicitar também o Sr. Miguel Saraiva pelo lançamento de um novo livro, onde, em conjunto com o anterior, compila toda a história desta grande instituições, deixando assim um legado literário e histórico para as gerações futuras.

Covilhã, 26 de Junho de 2023



---

## **Voto de Louvor**

### **100º Aniversário do Sporting Clube da Covilhã**

O Sporting Clube da Covilhã, fez no passado dia 02 de junho, 100 anos de vida.

No início dos anos 20 do século passado a Covilhã era já um pujante e dinâmico centro urbano de Portugal, com um vida social e um tecido empresarial em franco crescimento e afirmação.

O futebol era, como hoje, um desporto que arrasta multidões e desperta paixões. Não existindo grandes clubes na região e existindo uma simpatia generalizada dos covilhanenses pelo Sporting Clube de Portugal, o comerciante e Presidente do “Estrela Foot-ball Club”, António Rebelo de Matos, contacta o Presidente do Sporting Clube de Portugal no sentido de estabelecer na Covilhã uma filial deste clube nacional.

Foi assim que a 2 de junho de 1923 se reúnem em casa de António Rebelo de Matos, António Estrela dos Santos, Joaquim Meruje, Joao de Oliveira com Amilcar Pinto - dirigente do SCP, ficando decidido que o Estrela Foot-ball Clube se transformaria em Sporting Clube da Covilhã, 8ª filial do Sporting Clube de Portugal.

O SCC conta com quatro títulos da segunda divisão e do seu espólio faz parte uma das mais desejadas taças portuguesas, a Monumental Taça “O Século”, que pode ser admirada na exposição permanente do Museu da Covilhã, e agora em destaque na exposição comemorativa do centenário.

Para além do 3º Conde da Covilhã e da sua família, é justo assinalar-se no desenvolvimento do clube a figura de Ernesto Cruz que com 17 anos fez parte da primeira equipa e foi mais tarde seu dirigente, durante esse tempo na primeira divisão nacional que integrou depois de 1947/1948.

Nestes 100 anos, por aqui passaram estrelas nacionais e mundiais como Simoni, Cesar Brito ou Rui Barros.

Não só no futebol o Clube fez história. Foi possuidor de uma biblioteca para os seus sócios, e promotor de várias modalidades como ciclismo, tiro ao prato, basquetebol, atletismo, hóqueis, xadrez, ginástica, entre outras.

O SCC assumiu-se como importante catalisador de união e de orgulho entre os covilhanenses, que, hoje, como há cem anos, lhe dedicam uma paixão incondicional.

A resiliência deste clube estabeleceu uma tradição desportiva que perdura ao longo de décadas, contabilizando atualmente milhares de sócios e adeptos.

A 23 março de 1981 SCC por despacho de Sua Excelência, o Primeiro Ministro, recebe o diploma de “Utilidade Pública”, publicado no Diário da República, II série n.º 83, de 9 de abril de 1981, pelo seu contributo em prol do desporto.

Em 1998, pelas *Bodas de Diamante*, no 75º Aniversário o Clube recebeu a Medalha de Mérito Desportivo, pelo então Ministro Adjunto, Eng. José Socrates.

Os “Leões da Serra” são assim exemplo de perseverança, determinação, orgulho regional e transmissão de valores a novas gerações. Foi esta exemplaridade que neste brevíssimo resumo pretendemos sublinhar, a resiliência com que o Sporting da Covilhã teceu a sua História e que certamente o levará por novos caminhos de conquistas.

A sua história pode bem ler-se, nas obras em livro dos Covilhanenes Miguel Saraiva e João de Jesus Nunes e agora podemos também conhecê-la melhor no Museu da Covilhã, com a exposição comemorativa “Um Clube. Uma História.”, que estará patente até setembro.

É unanime que história do Sporting Clube da Covilhã, se funde com a do próprio futebol português e com a história recente da nossa cidade.

Face à dimensão deste clube e a sua relevância na história da cidade e para a cidade, não poderia a Assembleia Municipal da Covilhã deixar passar esta data sem uma justa homenagem ao Clube.



Sessão Ordinária - 26 de junho de 2023

Propõem-se por isso um Voto de Louvor ao Sporting Clube da Covilhã, aos seus Associados, aos Dirigentes e aos Atletas que ao longo destes 100 anos construíram uma história grandiosa sendo hoje uma importante marca e um dos principais embaixadores do Concelho e da região.

Hélio Luís

Al. B. C.

Afonso Gomes

R.S.

Paulo Mendes

Augusto Fernandes

Almeida

Patrícia Matos

Janet

João Ferreira

Rubén

Sérgio Rodrigues

Luís Carlos

João

Adriano  
~~Tristão~~  
Saulo Lustosa



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Louvor

A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vem por este meio congratular-se pela realização das Marchas Populares da Covilhã e por toda a dinâmica do movimento associativo, assim como as magnificas criações culturais que a freguesia e o concelho, ano após ano conseguem produzir.

Felicitar todas as marchas que participaram no evento e que demonstraram, mais uma vez, tudo o que de muito bom se faz em termos associativos, culturais e desportivos no concelho.

Covilhã, 26 de Junho de 2023



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Louvor

A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vem por este meio apresentar um voto de louvor ao Professor Doutor Manuel Santos Silva que preferiu a sua última aula enquanto professor da Universidade da Beira Interior.

Ao longo da sua vida académica, profissional e de intervenção na sociedade, desempenhou vários cargos relevantes, entre os quais o de Presidente deste mesmo órgão onde nos encontramos, assim como um papel vital no crescimento da nossa Universidade, durante os longos anos em que foi reitor da mesma.

Covilhã, 26 de Junho de 2023

*António de Sousa Afonso*



Covilhã, 26 de Junho de 2023

## 2.1 – Informação Escrita Atividade Municipal

Exmo. Sr. Presidente de Câmara, o documento da Informação Escrita reflete a atividade do município nos diversos setores da sua governação. Nas atividades promovidas/realizadas pelo Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, não encontramos referência à festa de rua do “Pâmpano” na Boidobra promovida pelo Agrupamento de Escuteiros 1222, nem referência às comemorações da elevação da Boidobra a vila, assim como à “Feira da Cereja” no Ferro e “Feira da Chavelha em Peraboa”, é nosso entendimento que tais eventos são merecedores de promoção e divulgação pelo Município.

Continuamos a entender que a atividade cultural do município é muito redutora e muito já foi dito e sugerido pelo PSD sobre o Teatro Municipal e a sua gestão.

Na Divisão de Desporto e Associativismo queremos aqui parabenizar o Município pelo evento “Covilhã Desportiva”.

No Associativismo quero aqui realçar o edifício do Conservatório Regional de Música, localizado na Rua Nuno Alvares Pereira, que finalmente foi entregue às instituições que tanto careciam de um espaço para aí exercerem as suas atividades.

No âmbito da Ação Social e com a transferência de competências desta matéria para os órgãos municipais, é visível o aumento dos





A

processos de pedido de Rendimento de Inserção Social, fruto não só da conjuntura económica Internacional e Nacional, mas também por más políticas levadas a cabo neste âmbito pelo Governo da República Portuguesa.

A informação financeira continua a ser genérica e efetivamente pouco informa, continua a não ter qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela lei.

A informação escrita que aqui estamos a analisar, não tem nada sobre o Programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, assim como não é referido qualquer trabalho no âmbito da preparação da época dos incêndios para 2023.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

## 2 - POD

### 2.2 – Apreciação da informação escrita

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Temos os registo de:

um conjunto de despachos de delegação de competências;

da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura;

do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;

de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo;

a atividade da Divisão da Ação Social e Saúde

O Gabinete de Promoção Turística desaparece, acompanhando a Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento e incluem, finalmente a Divisão de Desporto e Associativismo.

Esperava alguma informação sobre a Piscina dos Penedos Altos encerrada ou sobre a nova Piscina Municipal e Pavilhão Multiusos a construir ou não, junto ao complexo desportivo, e como se vão enquadrar estes equipamentos com terrenos cedidos a uma imobiliária para a construção do hospital privado da CUF.

Talvez o Sr Presidente com uma planta de localização dos

equipamentos, de acordo com Plano aprovado para o Complexo Desportivo da Covilhã nos possa explicar como tudo isto se compagina e porque quer financiar uma imobiliária em milhões de euros, valor dos 25 mil m2 que pretende ceder.

Quais as intervenções que estão em curso e procedimentos concursais, nomeadamente as anunciadas em Abril, financiadas com o saldo do ano anterior.

Pode o Sr Presidente da Câmara, com a listagem lida na última Assembleia Municipal, informar do grau de execução de cada delas?

Bom, hoje temos informação das empresas do perímetro municipal.

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM, de acordo com a Lei.

O que continua a não acontecer

Para além das questões atrás referidas volto a colocar as questões que não foram respondidas na sessão da AM de Abril.

– Se o Hostel no denominado Ananda Valley, na União de Freguesias de Casegas e Ourondo, se encontra devidamente licenciado, pelas entidades competentes, nomeadamente a APA, quando se trata de reserva ecológica e talvez em zona de cheia

–Falando com mineiros que transitam à noite na estrada Ourondo – Parada – EM 512, eles continuam a referir o perigo pela ausência de um piso adequado e ausência de sinalização horizontal e vertical.

O sentimento de falta de segurança é muito elevado pelo perigo e possibilidade de se ir pela encosta abaixo.

– Qual a solução proposta pela Câmara Municipal e seus serviços para os candeeiros com globos situados no Paul que se encontram inativos à mais de dez anos, a degradar-se, e que dificultam a mobilidade das pessoas ?

– Para quando a reabertura dos sanitários na cidade ou a colocação de outros, mais modernos, no espaço público ?

– No Tortosendo, na área dos transportes, foi salvaguardado no Plano de Mobilidade, a extensão dos transportes urbanos e respetivos passes e bilhetes à zona dos Maiorais de Cima ?

– Questionar, ainda, o Sr Presidente, quanto ao material circulante nos transportes inter urbanos no Concelho da Covilhã, nomeadamente na zona sul do concelho.

Têm sido vários adultos e jovens transportados para as escolas da cidade que falam na falta de condições dos autocarros.

Quem tem o dever de fiscalizar a qualidade do material circulante ?

Quem tem o dever de verificar se os mesmos têm o conforto mínimo para transportar pessoas ?

Quem pode intervir junto da empresa ?

9 – Para quando a circular à Covilhã ou uma outra via de acesso à Serra alternativa à atual passagem pela Rua Ruy Faleiro ?

Vítor Reis Silva  
Manquinho

Marco Gabriel

Pedro





(Doc. 18)

**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
**Sessão de 26 de Junho de 2023**

**Senhor Presidente,**  
**Senhoras e Senhores Deputados,**  
**Presidentes de Junta de Freguesia,**  
**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

O Relatório que hoje é apresentado nesta Assembleia Municipal, está estruturado de acordo com os 7 eixos do Plano de Atividades da CPCJ da Covilhã de 2022, a saber:

**Eixo 1 – Movimento Processual**

**Eixo 2 – Formação, proximidade e visibilidade** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas)

**Eixo 3 – Violência doméstica** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas)

**Eixo 4 – Parentalidade positiva negligência** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas, exceto: - inclusão na formação profissional promovida pelo IEFP da temática da capacitação familiar)

**Eixo 5 – Abandono/absentismo escolar** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas)

**Eixo 6 – Comportamento das crianças e jovens** (apenas não foi possível realizar “Promoção e capacitação positiva na diversão noturna e a atividade “noite da juventude sem álcool”)

**Eixo 7 – Comemoração de dias temáticos** (todas as tarefas neste eixo foram realizadas à exceção do “Dia Mundial de Combate ao Bullying”)

Não menosprezando a importantíssima atividade desenvolvida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, permitam-me tecer algumas considerações:

Relativamente aos Eixos 2 a 7, as únicas referências que temos no relatório são as de “todas as tarefas nestes eixos foram realizadas” com exceção de algumas atividades.

Sugerimos que o relatório possa incorporar o plano de atividades para que se possa efetivamente fazer uma análise entre o planeado e o executado. Fica a proposta.

Sugerimos ainda que o relatório possa incorporar elementos estruturais como os recursos humanos, técnicos e logísticos ao serviço da comissão, por forma a poder avaliar as insuficiências e efetuar recomendações à Câmara Municipal da Covilhã.

Relativamente ao Eixo 1 – Movimento Processual, de destacar:

329 Processos, 150 do ano 2021, 179 novos em 2022

Foram arquivados 162 – Transitam 167 (mais 17 que em 2021)

Foram realizados 238 atendimentos, 102 visitas domiciliárias – 340 no total, média de 1 atendimento/visita por processo. Existem meses sem visitas domiciliárias ou apenas com 1 ou 2 visitas.

**Sabendo que muitos processos requerem acompanhamento continuado, não será escasso este acompanhamento? A que se deve esta situação? Escassos recursos? Qual o tempo de resolução de cada processo? Qual o tempo que decorre entre a denúncia/queixa/sinalização até à realização do primeiro contacto/visita?**

155 processos foram arquivados/cessados em fase pós-preliminar, após AP – Abertura de Processo; 85 processos foram arquivados/cessados devido a “A situação de perigo já não subsiste”; 15 foram para tribunal; Só em 5 processos “A situação de perigo não se confirma”; Só 3 processos foram arquivados devido a “Decorreu o prazo de duração da medida e a situação de perigo já não subsiste”

Sobre a caracterização das crianças, apenas se caracteriza a sua origem geográfica:

Covilhã e Canhoso – 125; Tortosendo – 58; Teixoso e Sarzedo – 40; Paul – 16; Peraboa – 14; Cantar Galo e Vila do Carvalho – 11; Boidobra – 7

Esta caracterização é importante para estabelecer relações em termos de incidência percentual da população residente, mas o certo é que não é feito neste relatório essa conexão.

Falta ainda a caracterização das crianças relativamente à sua idade, à escolaridade ou à sua

condição social e económica. Seria importante caracterizar o agregado familiar das crianças acompanhadas.

**Uma preocupação sobre a evolução dos processos acompanhados:**

Em 2010 183, Em 2022 329, aumento de 80%, Em 2010 transitaram de ano 75 processos e em 2022 transitaram 150. Exatamente o dobro

**Duas constatações:**

O Mês de Agosto é o mês com mais processos arquivados,

Julho foi o 2º mês com menor atividade em termos de reuniões, visitas e atendimentos

É ainda referido no relatório que “as freguesias cujos processos assumem maior peso, são freguesias situadas em zonas urbanas e têm inseridas uma grande comunidade cigana”

Sobre a questão das comunidades ciganas, relativamente ao abandono escolar merece ser muito mais aprofundada. Não é feita nenhuma caracterização por freguesia mas é feita esta conclusão. Em minha opinião carecia de ser melhor fundamentada.

Conclui ainda o relatório que “é preciso analisar as alterações que a sociedade tem vindo a sofrer ao nível social, cultural, político, económico, tecnológico, desde 2010.

**A pergunta que se impõe é portanto a seguinte:**

O que vamos decidir, enquanto Assembleia Municipal e Município sobre esta conclusão e que ações devem ser tomadas para que esta análise seja feita?

Disse.

**Os eleitos do PCP**

Marco Gabriel

Vitor Reis Silva

Pedro Manquinho





Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e restantes membros da Mesa,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Sras e Srs. Diretores de Serviços da Câmara Municipal

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

## **2.4 – Prestação de Contas Consolidadas de 2022**

A documentação disponibilizada sobre este ponto, refere na sua página 6, dentro da declaração de voto dos vereadores Pedro Farromba, Marta Alçada e Ricardo Silva, um email, que não vem na documentação, mas cujo teor podemos depreender que seja uma informação do Tribunal de Contas a autorizar a Parkurbis a apresentar as contas no modelo de relato anterior.

Esta autorização não significa que a empresa cumpre as obrigações de relato da forma legalmente prevista, mas sim, que pode apresentar, leia-se “entregar” contas ao Tribunal de Contas e de forma a apresenta-las mesmo que num normativo “errado”.

Há muito tempo que vamos chamando a atenção para este facto e voltamos a confrontar-nos com a mesma situação e desta vez com o Tribunal de Contas a concordar com a nossa posição.



Ou seja a Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, E.M., S.A. é uma Entidade Pública Reclassificada, informação confirmada na lista de Entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas – 2022, divulgada pelo INE e cuja página 83, que deixamos aqui para quem tenha interesse em confirmar, significando isso que por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas. Assim, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a Parkurbis é obrigada a aplicar o SNC-AP, incluindo a contabilidade orçamental.

Deste modo não concordamos com o referido no relatório consolidado e que citamos: “Os valores apresentados nos mapas orçamentais consolidados têm por base apenas os valores das contas individuais do Município da Covilhã pelo facto de as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação, não estarem sujeitas a contabilidade orçamental.”.

Pois, mas não é assim e o TC também concorda que a Parkurbis está obrigada a aplicar a contabilidade orçamental.

Por outro lado, e não menos importante, nos termos da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais Consolidadas (página 27) são as demonstrações orçamentais do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse.

As demonstrações orçamentais consolidadas, que complementam as demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a



realização das homogeneizações e das eliminações de operações internas, que vêm especificados na própria norma, para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos das entidades que compõem o perímetro de consolidação.

No entanto, as Demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas (página 31) são única e exclusivamente as demonstrações individuais do município da Covilhã!

Existe uma incoerência entre as Demonstrações orçamentais consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, traduzidas pela diferença entre o «Saldo para a Gerência seguinte» (13.464.100,41 €) e o valor apresentado na rubrica do balanço «Caixa e depósitos» (14.542.552,00 €) – uma diferença inexplicável de cerca de 1,1 milhões de euros. (pág. 32 e 36 do Doc.)

Presumimos que a explicação que nos vai ser dada venha no sentido de dizer que as contas foram validadas pelo ROC e como tal feitas de forma correta e sem merecer reparos.

Mas atendendo a que a preparação das Demonstrações Financeiras é da responsabilidade do Órgão de Gestão, é só sobre estas que o ROC se vai pronunciar.

No entanto e com todo o respeito pelo trabalho realizado, estranhamos que o ROC que analisa as contas consolidadas não tenha registado nenhuma menção à não aplicação do SNS\_AP por parte da Parkurbis, nem em Enfase nem em Reserva, quando o ROC desta última mencionou o facto como Enfase.





Nessa sequência a Ênfase referida, reforça a nossa convicção quando o ROC afirma e citamos:

“Não obstante estar abrangida pelo sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas – SNC-AP.”

Atendendo a que o ROC das contas individuais da Parkurbis exprime a sua opinião sobre as demonstrações financeiras e não sobre as eventuais demonstrações orçamentais, uma vez que teria de aplicar o SNC-AP, esta matéria vem como ênfase, caso contrário não duvidaríamos que seria uma Reserva.

No entanto e ainda mais grave, a Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aplica-se também a todas as entidades públicas reclassificadas, ou seja, aplicar-se-á à Parkurbis.

Desta forma toda a despesa assumida pela Parkurbis no ano 2022 e anteriores, reiteramos toda a despesa, foi assumida de forma ilegal por não obedecer à preceituada LCPA.

Sabendo que a consolidação não incluiu todas as empresas do perímetro de consolidação, designadamente em termos orçamentais, concluímos também que a informação não está errada, mas sim incompleta.



Por fim, sabendo que as contas das empresas municipais estão encerradas desde 31 de março de 2023, praticamente 3 meses! não se entende porque não foram remetidas as contas individuais, em observância do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, para uma análise rigorosa e atempada das contas consolidadas e para que este órgão possa desempenhar as suas funções legais de acompanhamento e controlo das referidas empresas.

Recordamos, mais uma vez, que, nos termos da alínea d) do n.º 1 do citado artigo 42.º, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação anual de contas aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, reiteramos Órgão Deliberativo, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo

Assim, referimos que, nos termos do n.º 2 do supracitado artigo 42.º, a violação do dever legal de informação de forma completa e atempada, previsto no n.º 1, implica a dissolução dos respetivos órgãos das empresas locais.

Por tudo o exposto e porque não podemos assumir responsabilidade solidária, através do voto, por algo que não está dentro da Lei, votaremos Contra.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores

#### 4 – Contas consolidadas

A Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia, para apreciação e votação da prestação de contas consolidadas de 2022, com as demonstrações financeiras consolidadas das empresas do perímetro municipal, Parkurbis, Icovi, AdC, Associação Parkurbis Incubação e a Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.

Pela leitura do documento verifica-se a apresentação de relatórios sumários da atividade desenvolvida em 2022 e alguns objetivos para 2023.

Os ativos aumentaram por razões de acertos contabilísticos de infraestruturas e rede viária existente.

Que se verificou um aumento global nos impostos, contribuições e taxas, penalizando, como é óbvio, os munícipes.

Quanto às demonstrações financeiras temos só as do Município individualizadas. Quanto às empresas não temos contas

consolidadas individualizadas, estão integrados nos diferentes mapas globais com o município

Saliente-se que o município, no balanço consolidado, é de 98%.

Ao nível das informações relativas aos procedimentos de consolidação e, nomeadamente, aos movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação de contas, mais parece um acerto de contas entre as empresas do grupo municipal.

Anulações de investimentos, anulações de aquisições, anulações de rendas, anulação de pagamentos, anulação de dívidas, adições monetárias, incorporação de depreciações, anulação de métodos de equivalência de património, anulação da prestação de serviços, anulação dos acordos de gestão, etc..etc

Quanto a este, anulação dos acordos de gestão, entre o município da Covilhã e a AdC, no valor de 8 693 558,00, por contrapartida de provisões e acréscimos de proveitos, solicitava mais informação sobre implicações e consequências nos proveitos do parceiro privado.

Assim como se deve clarificar o movimento 1, página 62, com a anulação do investimento financeiro pela diminuição das participações financeiras do município na Icovi.

Este movimento deverá ser compaginado com o movimento 21, página 65, com o movimento da Icovi para a AdC, no valor de 7 497 469,71, entre outros.

O que é que estes movimentos significam ?

A absorção das provisões do município, de 9 milhões, pela Icovi?  
Com redução do seu capital social ?

De sublinhar que na informação financeira consta como provisões do município o valor de 9 041 392,28 €, identificado pelo ROC como dívida do município à AdC, e que a eliminação de créditos/dividas recíprocas é de 9.469 761,24 (pág 69).

Assim, podemos concluir que com este acerto de contas, entre as empresas do perímetro municipal, parte da dívida do município transitou para a Icovi que por sua vez compensou a AdC com uma redução do seu capital social.

E o parceiro privado recebe os 49% dos 9 041 392,28 € ?

As provisões/divida à AdC desaparecem das contas do município ?

A ICOVI fica ou não com seu capital reduzido, de 70 para 60 milhões ?

Quem pode explicar a engenharia financeira ?

Vítor Reis Silva  
Manquinho

Marco Gabriel

Pedro





Handwritten signature in blue ink.

Covilhã, 26 de Junho de 2023

## **2.6 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica**

Exmo. Sr. Presidente de Câmara, agradecemos que nos explique as vantagens para o Concelho da Covilhã ou Cidade em integrar a Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica. Aparentemente a Covilhã não tem tradição na Cerâmica, é mencionado na proposta de adesão a existência de vários edifícios com azulejos e chaminés em tijolo, estes não deixam de ter o seu valor artístico e patrimonial, e devem de ser preservados, mas é condição suficiente para a adesão a esta Associação?

Porque não é referido na proposta de adesão a Igreja de Santa Maria? Considerada uma das mais belas igrejas de Portugal e a maior fachada em azulejo na cidade da Covilhã e talvez até do distrito de Castelo Branco. Sr. Presidente, o Município está a pedir a adesão a esta Associação porque a Igreja de Santa Maria não o fez?

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues



## **Assembleia Municipal da Covilhã – Sessão Ordinária de 26 de Junho de 2023**

### Apreciação e deliberação sobre a proposta de Adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica (ponto 3.6.)

Exmo Sr. Presidente da AMC, Dr. João Casteleiro e restante mesa

Exmo Sr. Presidente da CMC, Dr. Vitor Pereira

Exma Sra Vereadora e Exmos Srs. Vereadores

Caros colegas deputados,

Publico presente e Comunicação Social

Começo por deixar os meus cumprimentos!

A APTCVC, (Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica) é uma associação sem fins lucrativos composta por municípios e outras entidades, que tem como missão promover e incentivar o desenvolvimento económico, turístico e patrimonial dos territórios com larga expressão cerâmica, de modo a reforçar a identidade cultural e preservar a memória coletiva associada à atividade cerâmica. Com o objetivo paralelo, pretende desenvolver as artes, o artesanato e o design ligados à Cerâmica a nível Nacional.

A adesão a esta associação enquadra-se no projeto Covilhã Cidade do Design e, especificamente, na estratégia de colaboração, promoção e desenvolvimento no âmbito da Rede Portuguesa de Cidades Criativas da UNESCO. Esta estratégia esteve patente na participação de duas cidades criativas do artesanato, Barcelos e Caldas da Rainha, na primeira edição da FIADA. A adesão foi-nos apresentada por Caldas da Rainha, com o intuito de participarmos no desenvolvimento das artes e do design ligados à Cerâmica a nível Nacional.

A Covilhã tem uma longa história ligada aos lanifícios, existindo, contudo, várias alusões às artes da cerâmica. E entre os recursos económicos à época, sendo a



## **Partido Socialista**

tecelagem da lã o mais evidente, tínhamos também os curtumes e a olaria. Pelas ruas da cidade e das vilas podemos ter acesso a esta arte ancestral. A prática ceramista existe desde o período romano, quando pensamos por exemplo, na criação dos utensílios de uso doméstico ou nos pesos de tear. Mais tarde, no século XV tal atividade era tão evidente, que podemos ler no I vol. Da História da Covilhã, esta prática associada à toponímia da então vila. Os nomes refletem o conhecimento vivencial dos espaços, e na Covilhã existia “o caminho da olaria” e a “Olaria velha”, sabendo que esta última se localiza onde se erguia a adega da Igreja de Santa Maria.

No início do séc. XX há um aparecimento de apontamentos artísticos inspirados na *Arte Nova*, na qual era usada a cerâmica presente nos edifícios da cidade e com mais abundância na Vila do Tortosendo. Não só como embelezador dos edifícios, mas também por maior salubridade e durabilidade, o “azulejo” era usado nas fachadas de exteriores, mas também nos interiores. Por vermos a arte espelhada nas fachadas e ainda nas placas toponímicas, temos que defender, valorizar e divulgar o nosso património cultural e histórico cerâmico.

Ao pertencermos a esta associação pretendemos promover a conservação e valorização do património, incrementação de programas de formação na atividade cerâmica, promover a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica e o incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre municípios associados que partilhem realidades próximas.

A Covilhã é ainda berço de um dos primeiros artistas a exercer funções de ceramista, modelador e desenhador na fábrica de Porcelana da Vista Alegre: o escultor, pintor, gravador ourives e medalhista Manuel Morais da Silva Ramos, mais conhecido por Morais do Convento.

No presente, a Covilhã tem alguns exemplos interessantes de criatividade nesta área, nomeadamente o coletivo do Atelier Cores e Formas da Terra, Sebastião Pimenta e Luís da Cruz.

Por estas e demais razões, a bancada do partido socialista vota favoravelmente a adesão à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica.





Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sra e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Tomando hoje conhecimento neste órgão do regulamento das zonas de estacionamento tarifado vamos claramente votar contra não pela parte técnica do documento propriamente dito mas por aquilo que está na base desta regulamentação.

Entendemos que a Covilhã e os Covilhanenses não precisam de um estacionamento á superfície tarifado, nos moldes que encontramos em Cidades como Lisboa ou Porto. E é nossa convicção que em quanto for possível, quer pela dimensão do território urbano, quer pelo volume de população, podemos e devemos poupar os nossos concidadãos a mais um encargo mensal e assim penalizar, ainda mais, quem insisti em viver em territórios do Interior como é o caso da Covilhã.



Não concordamos com os valores a cobrar muito menos com limites no período de permanência que na verdade penalizam, por exemplo, quem estaciona para fazer um turno de trabalho de 8 horas e não tem um cartão de residente ou empresa.

Aproveito para perguntar ao Sr. Presidente se o parque de estacionamento que diz que vai construir, na zona do mercado municipal se também entra no contrato de Mobilidade ou vai ser gerido pelo município, entrando, este, em concorrência com a trandev.

Obrigada,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Vanda Ferreira.





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

## 2. 7 – Regulamento de Estacionamento Tarifado

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos Senhores Vereadores

Exmos Senhores Deputados Municipais

O Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Tarifado é uma das peças que compõe a decisão municipal de concessão dos transportes públicos.

O estacionamento pago à superfície já foi moeda de troca para embelezar e remunerar a concessão dos silos auto do Pelourinho.

E foi motivo e argumento para a empresa concessionário dos silos pedir a cessação da concessão por justa causa tendo sido remunerada em mais de 9 milhões de Euros.

Com os PS, a concessão dos transportes públicos urbanos da Covilhã, para ser mais apetecível, dá-se à empresa a exploração de 450 lugares de estacionamento à superfície, para além de elevadores e funiculares, de bicicletas e trotinetas e publicidade.

Aliás, esta concessão, poderá ficar a ser conhecida como a concessão das trotinetas, fator que desequilibrou a seu favor os índices finais.

Para se garantirem os 450 lugares, o PS, para além do estacionamento pago na zona histórica da cidade alarga a outras zonas da cidade, penalizando, como é evidente quem por ali mora, trabalha e visita.

Coloca a cidade a render, no estacionamento, para uma empresa privada, que à semelhança de qualquer PPPs terá sempre o rendimento garantido.

No início deste processo, sempre defendemos, que estávamos perante a oportunidade de criarmos o serviço municipal de transportes ou de mobilidade.

Não foi esta a opção, justificando-se, na época que ficaria mais cara.

Afinal a opção pelo privado já levou mais de um milhão de euros do que estava previsto e ainda vai ter outros proveitos.

Durante os últimos tempos, tempo do Covid, e alargamento dos prazos para o estacionamento não tarifado, não ouvi qualquer reclamação dos condutores nem dos comerciantes, nem qualquer exigência para se tarifar o estacionamento.

Tarifar o estacionamento não é uma necessidade sentida pela população.

Tarifar o estacionamento é uma opção do PS em pôr a população a pagar as suas opções na sua estratégia de mobilidade.

Uma política pública de transporte, valorizando os transportes públicos com a aplicação do PART e a redução efetiva dos custos na mobilidade das pessoas iria reduzir o número de veículos ligeiros em movimento na cidade.

Não é o estacionamento tarifado que aumenta o número de lugares de estacionamento disponíveis.

Quem reside na Covilhã, se não tiver transportes acessíveis irá continuar a deslocar-se na sua viatura dentro da cidade, e pagar estacionamento nas zonas tarifadas onde não reside.

Quem reside nas freguesias e se desloca e trabalha na cidade não vai ter estacionamento ilimitado.

Talvez se verifique o aumento de residentes na cidade, por esta via. Se vive na freguesia e trabalha na cidade, paga estacionamento.

Se mudar para a cidade deixa de ter três ou mais despesas, a do carro (combustível e manutenção) e a do 1º veículo no estacionamento, se conseguir lugar.

A desvantagem é que ficam as freguesias mais despovoadas e a pressão na cidade aumenta.

Os comerciantes também irão ser contemplados com mais uma despesa mensal.

Se querem estacionamento ilimitado tem que pagar 25 € mensais, sem garantia de ter lugar disponível junto do seu comércio.

O problema do estacionamento na cidade da Covilhã não existe.

O PS e a Câmara Municipal é que vão criar um problema e aprofundar o empobrecimento da população quando lhe retiram do bolso o dinheiro necessário para a alimentação, a renda e educação dos filhos.

Votamos contra, pois claro.

Vítor Reis Silva

Marco Gabriel

Pedro Manquinho





(Doc. 25)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

## 2.8 – Regulamento Gestão do Arvoredo

**Exmo Senhor Presidente da Mesa da AM**

De acordo com a lei habilitante (Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto), parece que o regulamento está bem elaborado e atende às características naturais da nossa região.

Apenas salientar 3 aspetos que nos parecem atendíveis

Este regulamento terá de ser revisto com a periodicidade não superior a 5 anos (Art.º 7.º, n.º 2), o que poderá permitir ajustes e atualizações ao conhecimento científico (de acordo com o espírito da lei).

Portanto, não deverá ser assumido como imutável.

Terá que ser feito (em tempo útil) o inventário municipal do arvoredo em meio urbano (Art.º 7.º, n.º 1).

Este inventário será feito por quem, concretamente? ADC? Técnicos da CMC? Há técnicos suficientes que tenham conhecimento científico para fazer este inventário? Está garantida a qualidade do inventário?

Não estão contempladas situações de experiências científicas. Living labs, como por exemplo a Pocket Forest da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, no jardim do lago...

O regimento poderá adaptar a estas novas situações? De estudo e pesquisa?

Votamos favoravelmente.

Vítor Reis Silva  
Manquinho

Marco Gabriel

Pedro



(Doc. 26)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

## **2. 9 . Reg. Municipal – Programa Covilhã Mais Social**

Exmo Sr Presidente da Mesa da Ass. Municipal

Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal

Exmos Senhores Vereadores

Exmos Senhores Deputados Municipais

A Câmara Municipal vem propor um regulamento municipal – denominado Programa Covilhã Mais Social – para um conjunto de apoios de carácter eventual e excecional, podendo ser pecuniários ou em espécie/géneros.

Sendo prática existente – atribuir apoios pontuais para pagamento de rendas, água, luz e medicamentos – é adequado, para a atribuição dos mesmos, a existência de um regulamento.

O regulamento que nos é proposto define o âmbito e a população alvo –

Cidadãos que residem no Concelho e que se encontram em situação social económica precária ou de grave carência ou em situação de emergência social.

E quem são ? diz o regulamento que são todos aqueles que recebem valor igual ou menor a 70% do IAS (Índice dos Apoios Sociais) per capita, ou seja, um valor próximo dos 336,3 €.

Parece-nos um per capita baixo, apesar da dedução de despesas com a habitação estar prevista, mas..... levando em conta os valores das reformas do regime geral existentes e o limiar da pobreza se situar perto dos 500 €, vai deixar de fora do programa muita gente.

Por outro lado a instrução da candidatura é um calvário.....que pode levar à desistência de potenciais necessitados...como agilizar sem se perder a eficácia ? Uma questão que devem os serviços avaliar.

Por último, consideramos os limites dos apoios (300€/ano/por agregado ; 150 €/ano/ se residir em habitação social e 100 €/ano/ pessoa isolada) muito limitados, apesar de ter um carácter eventual e excepcional e.. por isso mesmo...deverá, na nossa opinião, serem mais elevados.

Vítor Reis Silva

Marco Gabriel

Pedro Manquinho



(Doc. 27)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-06-2023

## **2.10. Regime de Funcionamento da EVIL - Equipa para a Igualdade na Vida Local.**

Exmo Sr Presidente da Mesa da Ass. Municipal

Estamos perante um regimento “normal”, não temos nada a opor.

Embora possa ser enriquecido/recomposto... por exemplo:

No Art.º 3.º, n.º 1 diz que a EVIL é composta por 5 a 10 pessoas nomeadas pelo presidente da CMC. Entretanto, já estão 11!

A AM poderá indicar até 4 elementos para esta comissão... a AM vai indicar algum nome?

Ainda sobre o Art.º 3.º, n.º 2, alínea d) ponto iii) Um representante de ONG com assento no Conselho Consultivo da CIG ( Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) ou especialista da bolsa de especialistas da CIG.

**Ora o MDM é membro do Conselho Consultivo da CIG e tem estrutura ativa na Covilhã.**

Inclusivamente, no passado dia 27 de maio realizou uma atividade no Museu da Covilhã. Não deveria fazer parte desta equipa? É que a Covilhã tem mesmo um membro do Conselho Consultivo da CIG e não o aproveita?

Nem todos os municípios têm essa sorte!

Vítor Reis Silva

Marco Gabriel

Pedro Manquinho